

ATA DA 2.ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ANGRA DO HEROÍSMO RELATIVA AO ANO 2026

Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis pelas nove horas e trinta e cinco minutos, reuniu no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo na sua 2.ª sessão ordinária, a cujos trabalhos presidiu o senhor deputado municipal José Gabriel do Álamo de Meneses no exercício das funções de presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelas senhoras secretárias municipais: Wendy Mary Toste Ferreira Vieira e Tânia Gil da Rocha Lemos.

A senhora secretária Wendy Mary Toste Ferreira Vieira procedeu à chamada, tendo-se verificado as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA:

Alexandra Cristina Santos Freitas – Arnaldo José da Silveira Teixeira – Carlos Jorge Belerique Ormonde – Cidália de Lurdes Correia Parreira – Cláudia Alexandra Coelho Cardoso – Cláudia Fabiana Nunes Melo – Eduína Maria Ferreira Ornelas Borges – Frederico Vaz Cardoso – Hélio António Guerrinha Ávila – Honória de Fátima Dias Leandro Lourenço – Isabel Maria Diniz Berbereia – José Clemente Nunes da Silva – José Gabriel do Álamo de Meneses – José Miguel de Freitas Toste – Luís Miguel da Silveira Soares – Maria da Graça Rebelo Cunha – Marília Margarida Enes Garcia de Vargas – Paulo Alexandre Ávila Fagundes – Paulo Henrique Lopes de Mendonça – Ricardo Manuel Pires Meneses – Rita Belo Santos – Rogério Paulo Nogueira e Sousa – Tânia Gil da Rocha Lemos – Wendy Mary Toste Ferreira Vieira.

GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA:

Alberto Gonçalves de Melo – Cesário Alberto Ferreira Pamplona – Chantell Loureiro Pacheco – Délio Francisco Freitas Ormonde Borges – Guilherme Carlos da Rocha Bizarro – João Alberto de Melo Bettencourt – Luís Manuel Mendes Leal – Marco Paulo Rocha – Maria Guilhermina Ourique Moniz Silva – Renata Andreia Vieira Toledo – Séfora Veríssimo Costa – Vanessa Cota Dias.

GRUPO MUNICIPAL DO CDS-PP:

André Melo Castro – Michéle Soveta Aguiar – Sónia de Freitas Gonçalves Capaz Teixeira Pinto.

GRUPO MUNICIPAL DO CHEGA:

José Macedo Rodrigues Bernardo.

CÂMARA MUNICIPAL:

Presidente: Maria da Conceição Lobão Santos da Silveira Amorim.

Vereadores: Guido de Luna da Silva Teles – João Alexandre de Sousa Barata Feio de Oliveira – Luísa da Costa Barcelos – Rui Miguel Ornelas Drumonde – Sónia Alexandra Fernandes Ferreira.

A ata da 1.ª sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia 20 de fevereiro de 2026 foi posta à discussão.

Sr. d. m. André Castro: – Bom dia senhor presidente e senhoras membros da Mesa, senhora presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados.

Lembro que, na sessão anterior e no sentido de evitar quaisquer conflitos de interesse, ausentei-me da sala antes do início da discussão do Ponto 1.3, mas tal não está referido na ata.

Após votação com a correção referida, a ata da 1.ª sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia 20 de fevereiro de 2026 foi aprovada com 36 votos a favor e quatro abstenções.

O senhor presidente da Mesa procedeu à leitura resumida do expediente, informando que o mesmo fora distribuído pelos grupos municipais e dando conta do seguinte:

- **Da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores:**
 - Um Voto de Congratulação ao cidadão José do Rosário Bettencourt Cabeceiras de Ávila.
 - Um Voto de Congratulação à CARITAS da ilha Terceira.
 - Um Voto de Congratulação à atleta Ana Filipe.
 - Um Voto de Congratulação à Karuna Biotech Solutions e a Rui Lourenço.
- **Da Associação Nacional das Assembleias Municipais:**
 - Receção do relatório de atividades e contas referente ao ano 2025.
 - O anúncio da disponibilização *online* de um conjunto de recursos.

PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Sr. presidente da Mesa: – Na generalidade das sessões da Assembleia Municipal, não temos intervenções do público, mas hoje temos quatro cidadãos que pretendem intervir, por isso os informo do seguinte:

O período destinado à intervenção do público tem um máximo de dez minutos, terminado o qual, poderá haver uma resposta global de três minutos para cada intervenção, que serão distribuídos pela Câmara Municipal e qualquer um dos senhores membros da Assembleia.

Município Nuno Miguel Areias Medeiros: – Bom dia senhor presidente da Assembleia e senhoras membros da Mesa, senhora presidente e senhor vice-presidente da Câmara, senhor vereador Rui Drumonde.

Certamente, muitos dos senhores deputados municipais já estavam a par do assunto que aqui trago hoje, mas não quiseram fazer nada, por isso faço eu sem qualquer problema.

Não sei se sabem do contrato que foi celebrado entre a Câmara Municipal através da Exma. senhora presidente Fátima Amorim e a empresa Floriazoris do senhor deputado municipal, no valor de 181 999,44 € mais IVA para a prestação do serviço de corte, remoção e aplicação de controlo químico da vegetação na muralha da Fortaleza de São João Batista. Isto não é permitido por lei e a maior parte das investigações que temos em Portugal por parte do Ministério Público é devida a este tipo de situações.

Agora sabemos que o senhor deputado não se candidatou para governar, mas para receber dinheiro. O problema é que a vegetação ainda lá está e a relva cresceu vinte centímetros durante sete meses. Isto para não falar do contrato de 35 mil euros que o senhor celebrou dois dias antes das eleições, e a última vez foi em 2023.

Para que as pessoas percebam qual o meu interesse, tenho aqui as faturas. No mês passado paguei 600 euros a esta Câmara Municipal. É uma taxa devida do erário público, que deve ser investida e bem utilizada, e não para o senhor receber 35 mil euros todos os meses.

O senhor presidente da Assembleia Municipal Álamo de Meneses disse e muito bem, que a senhora presidente Fátima Amorim dispõe de três minutos para responder à questão global e não às catorze perguntas que ontem redigi e remeti à Câmara Municipal para que a Exma. senhora presidente tenha tempo de responder.

Faço aqui a primeira dessas catorze perguntas: por que razão, não foram solicitados orçamentos a outras empresas para a prestação do mesmo serviço e qual a intenção de se recorrer ao ajuste direto, tendo em conta os limites legais aplicáveis, sendo que o ajuste direto só é permitido em valores inferiores a 75 mil euros? Quando o Tribunal de Contas fizer uma auditoria de responsabilidade financeira, a situação recai em quem assinou, que foi a senhora presidente da Câmara e não eu.

Não sei quanto tempo já passou por isso não me quero alongar mais, mas pergunto por que razão a senhora não renunciou ou considera não renunciar ao cargo de presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo. Muito obrigado.

Sr. presidente da Mesa: – O novo regimento desta Assembleia Municipal entra hoje em vigor; peço desculpa pelo facto de o mesmo não ter sido distribuído porque não houve tempo para mandar imprimir, dada a necessidade de inclusão da legislação mais importante sobre as competências da Assembleia Municipal. Fica a promessa de que, na próxima sessão da Assembleia Municipal, terão em cima das vossas mesas um exemplar do regimento que, entretanto, foi publicado no Jornal Oficial e distribuído eletronicamente.

O artigo 26.º do nosso regimento diz o seguinte: «*A Mesa ou qualquer membro da Assembleia Municipal ou da Câmara Municipal prestarão os esclarecimentos solicitados, ou, se tal não for possível, será o cidadão esclarecido, posteriormente, por escrito.*»

As perguntas serão todas devidamente respondidas. Enviarei o documento que deu entrada na Mesa, à senhora presidente da Câmara, que depois responderá como entender.

Sra. presidente da Câmara: – Senhor presidente da Assembleia e Membros da Mesa, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais, muito bom dia a todos.

Como o munícipe Nuno Medeiros deve perceber, são-me feitas catorze perguntas, algumas de uma certa gravidade, que recebi ontem após o almoço. Neste momento estão a ser devidamente preparadas pelo nosso gabinete jurídico e pela secção de contabilidade, respostas a todas as catorze perguntas.

Existem aqui algumas informações e valores que não correspondem ao que está escrito no Portal BASE e a informação tem que ser enviada com rigor, tanto para o senhor presidente, como para cada um dos senhores membros da Assembleia Municipal.

Como é minha obrigação, faço questão de responder a todas as questões que me são colocadas para que tudo fique esclarecido de uma vez por todas. Este ajuste direto que o senhor Nuno Medeiros aqui refere foi precedido de um concurso público que ficou deserto, mas as respostas foram dadas rapidamente, tanto ao senhor presidente, como a todos os senhores membros da Assembleia Municipal. Quero que a situação seja, o mais transparente e rigorosa possível, como é apanágio desta casa.

Esta carta e todas as outras que foram recebidas por este município, vão ser reencaminhadas para outras entidades, que depois procederão em conformidade relativamente a cada uma destas situações, porque são acusações muito graves relativamente à minha pessoa, não só em relação a esta carta, como também a outras que foram enviadas a esta Câmara e terão que ser devidamente analisadas nas instituições com competências nesta matéria.

Terei muito gosto em esclarecer esta Assembleia a respeito destas questões, uma a uma e ponto por ponto, porque tem sido esta a minha postura como presidente da Câmara Municipal desde o início do mandato. Todas estas questões estão a ser trabalhadas pelo nosso gabinete jurídico e também pelo executivo. Sempre assumi e assumirei todas as responsabilidades pelos atos que praticar.

Sr. presidente da Mesa: – As respostas que nos forem enviadas serão comunicadas à Assembleia Municipal na próxima sessão.

Sr. d. m. Carlos Ormonde: – Bom dia senhor presidente e senhoras membros da Mesa, senhora presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais e público que nos ouve.

Relativamente ao que aqui foi proferido, começo por dizer que quem não deve, não teme; contudo, não deixa de ser difícil ouvir o meu nome e o nome da minha empresa arrastados para uma situação de devassa pública com afirmações falsas à mistura, que revelam um desconhecimento total do tipo de trabalho que está em causa. É evidente que não vou discutir em público, os pontos em que é envolvido o meu nome e o nome da minha empresa, até porque não tenho tempo para tal. Reservo o meu direito de resposta nas instâncias próprias, ficando, para tal, completamente disponível desde já.

A minha empresa completa trinta anos no dia 1 de outubro de 2026 e ao longo destes anos não houve um único dia que não tivéssemos posto em prática quatro lemas muito importantes: em primeiro lugar a honestidade, em segundo o trabalho, em terceiro o trabalho e em quarto, também o trabalho.

A forma como foi feita esta intervenção antes da Ordem do Dia ajuda-me a perceber porque é que há tantas pessoas inteligentes e com enormes capacidades de análise, que poderiam dar um enorme contributo ao nosso concelho, à nossa ilha e à nossa sociedade, mas fogem da política, como o diabo foge da cruz. Volto a dizer que quem não deve, não teme, aqui estou e aqui estarei.

Munícipe José António Pires: – Muito bom dia senhor presidente e membros da Mesa, senhora presidente da Câmara e restante executivo, demais membros da Assembleia Municipal aqui presentes.

Sou do continente e vim para cá trabalhar e morar. Em 2022 comprei e remodelei uma habitação com mais de cinquenta anos com um anexo de 20 m² nas traseiras. Esse anexo continha telha de fibrocimento, que removi e coloquei telha sanduiche. Entretanto, foi feita uma queixa na Câmara Municipal por um vizinho, e no dia 19 de novembro, um fiscal da Câmara foi fiscalizar a obra. Passados 27 dias fui notificado do embargo da obra, que já estava pronta, e o fiscal tirou as fotografias que constam no auto. O telhado estava pronto, foi só retirar a telha de fibrocimento e colocar a telha sanduiche. Para mais conforto, foi colocado pladur no interior, que estava em azulejo. Entretanto e para meu espanto, recebo o auto de embargo assinado pela senhora doutora Fátima, que era a vereadora na altura.

Tenho aqui o auto, o documento oficial, que diz o seguinte: «*Fica notificado para proceder à realização de trabalhos de correção necessários e tem um prazo de sessenta dias para legalizar.*» Entretanto, entro com um projeto de arquitetura para um anexo. Dei entrada na Câmara, de todo o processo que se arrastou durante todo o ano de 2025, com pedidos de esclarecimento, pedidos de arquitetura, da lei de ruído, etc., ou seja, sempre respondi ao que me foi solicitado e é pena que não esteja cá o senhor vereador Paulo Lima para o confirmar.

Na certidão que o senhor fiscal assinou, é dito que me notificou em casa às onze horas da manhã e anexou uma testemunha; é o senhor Daniel Neves que deve ser um funcionário da Câmara. Notificou-me às onze horas da manhã na minha casa na Rua do Caminho Novo, quando, nesse mesmo dia eu estava de férias na Áustria, e tenho provas disso.

O senhor fiscal ligou-me para o telemóvel durante a tarde, dizendo que tinha uma notificação para eu assinar e eu respondi-lhe: «Não estou em Portugal, estou fora do país. Pode enviar-me por *e-mail* e quando eu chegar a Portugal, analiso e assino.» Efetivamente, ele enviou-me um *e-mail* a dizer: «*Conforme telefonicamente (...) quando puder, devolva-me assinado...*»; entretanto, diz lá noutro embargo, num documento oficial da Câmara, que me notificou presencialmente e é estranho que tenha outra testemunha. Como é possível? Além do fiscal, como é possível que esta testemunha tenha assinado que eu estava lá? Isto vai ser depois esclarecido noutro âmbito.

A nota de embargo diz que me dão sessenta dias, eu registo tudo e envio para a Câmara; depois, o senhor vereador, (o que é muito estranho), no dia 3-11-2025, informou-me desta forma: «Assunto: *Substituição de cobertura de anexo. Notifico V. Exa. para apresentar novo pedido para o mesmo fim, ficando dispensado de juntar novos documentos, encontrando-se válidos os documentos já entregues na Câmara no dia 3-11.*» Neste mesmo dia 3-11, o senhor vereador envia para o Ministério Público «Crime de desobediência.» O próprio assina os dois ofícios, notifica-me para apresentar novo pedido e depois diz ao Ministério Público que há um crime de desobediência. Isto são falsas declarações num documento oficial. Passo a citar o que consta no ofício que ele enviou ao Tribunal: «*Constatou-se que o senhor José António Fernandes Pires não deu cumprimento à ordem de reposição da obra que lhe foi decretada por despacho da, então vereadora, no dia 9-12-2024.*» O despacho da senhora vereadora dava-me sessenta dias para entregar projetos e eu entreguei. Estive todo o ano 2025 a tentar legalizar e ele induz o Tribunal em erro, dizendo que eu não cumpri um despacho? Isto é denegar a justiça. Isto está a induzir o Tribunal em erro!

É tudo. Irá ser formalizada uma queixa-crime por falsas declarações e falsificação de documentos, juntamente com o senhor vereador, o senhor fiscal e esta testemunha que disse que eu estava lá. Infelizmente, parece que sou omnipresente, que estou em todo o lado.

Sra. presidente da Câmara: – Não vou abordar agora aqui especificamente este caso, mas terei todo o gosto em sentar-me consigo para verificarmos toda a documentação. Sendo, na altura, vereadora do urbanismo e porque segui inicialmente este processo, gostaria de dizer o seguinte: a obra do anexo em causa foi construída sem ter o devido processo aqui na Câmara Municipal. Sabemos que tem que dar entrada na Câmara, um processo de licenciamento de construção para qualquer obra que se execute nas nossas habitações, a fim de verificarmos se as mesmas cumprem a legislação em vigor.

O município está a cumprir o Regulamento Geral de Urbanizações e Edificações e, tratando-se de obras realizadas na zona classificada, deve ser também cumprido o Plano de Pormenor de Salvaguarda de Angra do Heroísmo. A obra foi embargada porque não cumpria esses requisitos, não tinha sido submetido um projeto, e estamos a proceder da mesma forma em relação a muitas outras obras ilegais. Foi dado um tempo ao munícipe para apresentar os elementos necessários para a legalização daquele anexo, caso seja possível.

Quando uma obra é embargada, a lei obriga-nos a comunicar ao Ministério Público e à Conservatória, ou seja, temos que obedecer a uma série de procedimentos. Imagine que pretende vender aquela habitação sem o registo daquela ocorrência? A pessoa que vai comprar pode estar a ser induzida em erro.

Procedemos da mesma forma para com todos os munícipes do concelho que constroem ilegalmente. O município tem que dar cumprimento ao Regulamento Geral de Urbanizações e Edificações e também ao Plano de Pormenor de Salvaguarda de Angra do Heroísmo, quando se trata de obras efetuadas na zona classificada.

O senhor José Pires tem todo o direito de fazer o que acabou de dizer e eu terei todo o gosto em recebê-lo no meu gabinete para falarmos em conjunto e analisarmos toda a

documentação referente ao processo em causa. É assim que tenho feito com todos os munícipes que pretendem falar comigo no meu gabinete. Peço desculpa porque não tive o gosto de me dizerem que tinha uma audiência marcada comigo.

Sr. presidente da Mesa: – O munícipe José António Pires receberá com certeza uma resposta formal acerca desta matéria.

Munícipe Marco Paulo Vieira: – Muito bom dia a todos. A minha intervenção será curta e diz respeito ao Plano Diretor Municipal. Na altura a senhora Fátima Amorim era vereadora da Câmara Municipal e não sei se se lembra de uma reunião que tivemos há cerca de dois anos e continuo à espera que a situação se resolva; ainda há pouco aqui estive e, pelos vistos, tudo continua parado.

No que diz respeito à construção, em certas situações a lei obriga-nos a desperdiçar terreno desnecessariamente. No meu caso e no que me era permitido construir, desperdiçava muito terreno. Pretendo construir uma garagem para acomodar as minhas máquinas agrícolas, que custam muito a comprar e a manter, e continuo sem conseguir porque isto nunca foi para a frente.

Acho que está na hora de se dar volta à situação. Quero proceder legalmente, mas por vezes parece que obrigam as pessoas a construírem de forma ilegal. Não o quero fazer, continuo a aguardar e agradeço que me deem uma resposta em relação a esta situação.

Sra. presidente da Câmara: – Obrigada pela questão que me coloca. O Plano Diretor Municipal não está parado e, à semelhança do que acontece noutros municípios dos Açores, as coisas levam o seu tempo. Não basta, por exemplo, alterarmos num regulamento, as distâncias de um determinado edifício em relação à via; é necessário um conjunto de documentos para se proceder à revisão do Plano Diretor Municipal.

A Câmara Municipal de Angra do Heroísmo contratou uma empresa a nível nacional com experiência na matéria, que tem estado a trabalhar na revisão do PDM. Um dos documentos mais difíceis de produzir por esta empresa, que conta com a ajuda de outras, é o mapa de ruído.

Houve um enorme trabalho e esforço da parte do município, que optou por criar nova cartografia do concelho, já que a que existia estava desatualizada. Esta cartografia foi aprovada no ano passado após um trabalho bastante intenso em conjunto com o Governo Regional dos Açores. A revisão foi feita com base na nova cartografia e o PDM está pronto para ser enviado à Direção Regional da Cooperação com o Poder Local, com a qual foram realizadas várias reuniões para esclarecimento de algumas dúvidas relativas a este processo, que será objeto de pareceres da parte de diversas entidades. Uma das questões colocadas tem a ver com o facto de não se poder construir em terrenos de reserva agrícola, por isso existe uma equipa do Governo Regional que vai avaliar o que estamos a propor.

Pretendemos algumas alterações significativas para se poder construir mais no concelho de Angra do Heroísmo e tentar eliminar situações que causam alguns constrangimentos. Após uma análise desta equipa nomeada pelo Governo Regional, haverá uma discussão pública e a

proposta de plano será dada a conhecer à população, que poderá apresentar sugestões relativas a alterações ao que foi aprovado, à semelhança do que aconteceu com o Plano de Ordenamento da Orla Costeira, que vem reduzir em alguns locais, as áreas onde se pode construir.

O Plano Diretor Municipal está pronto para ser entregue e há orientações na Unidade de Urbanismo para que seja enviado ao Governo Regional nos próximos dias. Tratando-se de um documento que não se altera em dois ou três dias, contratámos serviços externos com competência na matéria.

Munícipe Ana Rita Pimentel do Couto: – Olá, bom dia. Cumprimento o senhor presidente da Mesa, professor Álamo de Meneses, a senhora presidente da Câmara, engenheira Fátima Amorim e restante executivo e todos os senhores membros da Assembleia Municipal aqui presentes.

Estas questões urbanísticas são muito complexas e toda a gente compreenderá que tem que haver regras; contudo, penso que deve existir um equilíbrio entre a liberdade de decisão de cada pessoa em relação à escolha dos materiais pretendidos para a sua habitação e aquilo que é permitido por lei.

O que me traz aqui é o Plano de Pormenor de Salvaguarda de Angra do Heroísmo, que é a legislação que está em vigor relativamente à habitação na nossa cidade, um normativo feito há muitos anos, ou seja, são regras que vêm desde a altura da reconstrução pós-sismo de 1980. Durante estes quarenta anos houve uma evolução técnica e tecnológica relativamente a materiais de construção e um contexto epidemiológico que se alterou totalmente. O centro histórico de Angra do Heroísmo tem que se reger por normativos que cumpram as leis urbanísticas, mas também as leis europeias que têm a ver com a UNESCO, por se tratar de uma cidade património mundial.

Por me encontrar numa situação em que também não me foi concedida a licença de habitabilidade pelo facto de não cumprir com determinadas normas do Plano de Pormenor de Salvaguarda de Angra do Heroísmo, fiz um percurso de avaliação deste normativo e as razões têm apenas a ver apenas com uma molécula, ou seja, com o material em PVC que coloquei nas minhas janelas, que não é permitido de acordo com o artigo 74.º deste Plano, que permite apenas a utilização de madeira pintada a tinta de óleo e alumínio termolacado em algumas unidades homogéneas de Angra do Heroísmo. Poderíamos debater também a ideia do alumínio que, na verdade, não é assim tão parecido com as caixilharias antigas de madeira que são permitidas e não são pintadas a tinta de óleo, mas feitas de madeira lacada com químicos diferentes.

As térmitas trouxeram-nos também um problema ecológico porque temos que utilizar uma enorme quantidade de químicos para tentar combater a infestação. O PVC é um material que se assemelha em muito às caixilharias que cumprem com as eficiências térmicas e acústicas que são requeridas por lei, que é cada vez mais rigorosa relativamente às eficiências exigidas em cada habitação.

Por estas e outras razões, não compreendo porque não é feita uma revisão ao artigo 74.º do Plano de Pormenor de Salvaguarda de Angra do Heroísmo relativamente aos materiais aprovados. Como estão na moda, criei uma petição para provocar este tipo de discussão pública.

A Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e a Direção Regional dos Assuntos Culturais são as entidades com competências nesta matéria que, quanto a mim, deve ser debatida em conjunto com a Ordem dos Arquitetos, com os engenheiros civis e com os munícipes, que são quem paga a fatura. Temos que dar também a nossa opinião relativamente ao que achamos melhor em termos de manutenção, de custos económicos e de eficiência térmica e acústica para as nossas habitações. Em vez de uma convergência de esforços, penso existir aqui alguma falha de comunicação.

Faltam apenas cinco para alcançar as trezentas assinaturas, que é o mínimo exigido para entregar esta petição pública na Assembleia Legislativa Regional; convido todos a assiná-la para que haja uma discussão franca deste assunto, que não deve ser um tabu com regras que não sejam uniformes para todos, ou seja, não posso a passar numa rua e ver 70 % das janelas construídas em PVC ou com outro material que não é permitido pelo Plano de Pormenor de Salvaguarda, e ser uma das pessoas que está a sofrer as consequências desse facto.

Talvez este não seja um dos assuntos mais urgentes para resolver em Angra do Heroísmo, mas é uma matéria que, quanto a mim, tem que ser vista com cuidado e alguma celeridade porque afeta alguns munícipes, uns com mais consequências do que outros que, se calhar, só as sofrerão daqui a algum tempo. Agradeço a oportunidade para expor aqui este problema.

Sra. presidente da Câmara: – Agradeço a questão que me é colocada, que tem sido uma preocupação nas reuniões que tenho mantido com a senhora Ana. Estamos a falar de um decreto legislativo regional de 2015, concordo com tudo o que referiu e tenho muita vontade de assinar também a petição.

Após a nomeação recente da senhora Diretora Regional dos Assuntos Culturais, temos mantido contactos regulares e algumas reuniões, sendo que, numa delas foi referida a criação um grupo de trabalho composto por técnicos da Câmara Municipal e técnicos da Direção Regional dos Assuntos Culturais com o intuito de se apresentar ao Governo Regional, uma proposta de alteração do decreto regulamentar regional em consonância com o decreto legislativo regional, por se tratar de matérias que são aprovadas por diferentes órgãos.

O que lhe posso adiantar é que, da nossa parte, vai ser realizado este trabalho com a DRAC porque não temos interesse em enviar constantemente ofícios aos nossos munícipes para reporem a legalidade quando utilizam PVC no lugar de madeiras e temos graves problemas causados por térmitas na nossa cidade. O artigo 74.º dá-nos alguma abertura, podendo ser utilizados outros materiais, caso os materiais existentes sejam danificados e não haja maneira de os recuperar.

Vamos fazer este trabalho em conjunto, enviando a proposta ao Governo Regional e esperando que sejam sensíveis à situação de Angra do Heroísmo, porque houve uma grande

evolução em termos de materiais. Se queremos vivas as nossas cidades, temos que facilitar também a vida dos nossos munícipes dentro do que é legal.

Sr. d. m. Délio Borges: – Bom dia senhor presidente e senhoras membros da Mesa, senhora presidente da Câmara e senhores vereadores, caros deputados municipais e público que nos assiste.

No seguimento da intervenção da senhora presidente da Câmara e tratando-se de uma situação recorrente, a peticionária terá também a minha assinatura; apenas preciso de saber onde assinar.

Quero agradecer aos quatro cidadãos que hoje intervieram nesta sessão da Assembleia Municipal, apresentando as suas questões, algo que não tem acontecido, como bem referiu o senhor presidente da Mesa. Tomei nota que a senhora presidente da Câmara vai prestar os devidos esclarecimentos e gostaria de lembrar uma perspetiva muito pedagógica. Sem prejuízo de qualquer cidadão angrense poder e dever cá vir dizer de sua justiça, porque a porta da Assembleia Municipal está sempre aberta, lembro que existem outros mecanismos legais que dão voz ao cidadão. Falo em concreto de duas ferramentas que a Câmara Municipal ou outro qualquer serviço da administração pública local, regional ou nacional devem promover: o Livro de Reclamações e do Canal da Denúncia, uma ferramenta que foi introduzida pelo MENAC (Mecanismo Nacional Anticorrupção), através do qual podem ser recebidas denúncias anónimas. A Câmara Municipal de Angra do Heroísmo também o tem; digamos que não está muito visível, mas está lá. Os munícipes podem utilizar mecanismos formais que obrigam a uma resposta formal por parte das entidades públicas, neste caso, da Câmara Municipal.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Sr. d. m. Délio Borges: – Visto estarmos na 2.^a sessão ordinária da Assembleia Municipal de abril, gostaria que a senhora presidente da Câmara nos fizesse o ponto da situação do concurso referente à escola das Cinco Ribeiras.

Ainda acerca do Plano Diretor Municipal, a senhora presidente adiantou alguma informação ao munícipe que se queixou da morosidade do processo, referindo a questão dos «próximos dias» que se vem repetindo há muito tempo. Tal como este cidadão, outros referem também um conjunto de investimentos particulares ou de grupos que estão a ser adiados, por isso urge percebermos o que se passa em relação ao PDM.

Está a aproximar-se do fim, o prazo de execução do PRR na área da habitação que envolve um investimento robusto, por isso peço à senhora presidente da Câmara o ponto da situação relativamente às habitações que já foram reabilitadas, as que ainda estão em processo de reabilitação e se existiu alguma construção nova também no âmbito do PRR Habitação.

Sra. presidente da Câmara: – Respondendo à questão da escola das Cinco Ribeiras, como já referi em reunião de Câmara, o concurso público foi lançado e houve demonstração de interesse, mas acabou por não se concretizar, por isso está a ser lançado um novo concurso.

Como tenho dito desde a primeira hora, este executivo assumiu o compromisso de efetuar as obras necessárias na escola das Cinco Ribeiras, um assunto que tem sido discutido com o senhor diretor regional da educação e com o senhor presidente do conselho executivo da escola. Dentro de pouco tempo terei uma reunião marcada com as associações de pais.

Lembro mais uma vez que os concursos têm ficado desertos, mas esperamos ver esta obra adjudicada em breve para reabilitarmos devidamente o edifício da escola das Cinco Ribeiras, um investimento de mais de 500 mil euros que está cabimentado no orçamento desta Câmara Municipal e é para executar efetivamente. A obra já estaria feita se a nossa candidatura ao anterior aviso do PO 2030 tivesse sido elegível e aprovada.

O PDM teve várias fases e não podemos esquecer que a Direção Regional do Ordenamento do Território levou mais de um ano para homologar a cartografia que nos permitia avançar com o processo de revisão do plano. Um outro documento que levou também algum tempo a ser aprovado pelas entidades regionais, foi a reserva ecológica, o que é natural, por se tratar de documentos sujeitos a uma análise bastante exaustiva. Basta ler a lei da gestão do território para se ver o que é exigido numa revisão do PDM, um trabalho ao qual temos dado prioridade absoluta.

É importante referir também que, durante este período, decorreram muitas reuniões entre a equipa que está a proceder à revisão do PDM, o município de Angra do Heroísmo e a Direção Regional da Cooperação com o Poder Local devido à necessidade de clarificação de algumas dúvidas. Há relativamente pouco tempo reuni presencialmente com o senhor diretor regional do poder local para abordar este e outros temas.

Tem havido um importante trabalho de articulação e gostaríamos de ter o PDM já aprovado, mas lembro que são poucos os municípios dos Açores que o fizeram. Se me enviarem hoje a versão final, a mesma será remetida na próxima segunda-feira à Direção Regional da Cooperação com o Poder Local. Dei orientações à nossa Unidade de Urbanismo, que estabelece a ligação com a empresa RRPLANNING, para que os documentos nos sejam enviados o mais rapidamente possível, no máximo na próxima semana, para que os possamos remeter à DRCPL.

Quanto ao PRR, informo os senhores membros da Assembleia que o IHRU (Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana) não aprovou todas as candidaturas submetidas na Estratégia Local de Habitação. Tínhamos candidatado 449 habitações sociais do município e quarenta novas construções, das quais foram aprovadas 326 candidaturas que totalizaram um investimento superior a 35 milhões de euros. Numa conferência ocorrida a semana passada foi comentada com autarcas de diversos municípios açorianos e do continente, a grande demora na decisão da parte do IHRU relativamente às diversas candidaturas, que tem implicado desistências de alguns municípios. Correndo algum risco, avançámos com concursos

públicos mesmo sem as candidaturas aprovadas, daí podermos considerar que o município de Angra tem tido muito êxito no que respeita ao PRR Habitação.

Temos em execução tudo o que foi aprovado pelo IHRU. Foram apenas aprovados três blocos do bairro do Lameirinho que correspondem a mais de cem casas, sendo que não foram ainda aprovadas as restantes 122, que passaram para o regime especial e para o 1.º Direito. Estão concluídos onze dos três blocos do Lameirinho com as pessoas já a viverem nessas habitações.

Foram entregues 196 casas à população e temos 130 em execução, faltando 122 que não foram aprovadas pelo IHRU, assim como não foram ainda aprovadas as quarenta casas de nova construção, que passaram para o regime especial. O executivo da Câmara Municipal preparou os processos de licenciamento, de arquitetura e de especialidade e elaborou também o estudo financeiro.

Pretendemos que estas casas sejam direcionadas para os jovens e para a classe média. Temos trabalhado muito bem ao nível social com esta reabilitação do nosso parque habitacional, procurando dar melhores condições de vida às pessoas.

Numa reunião ocorrida a semana passada na Associação Nacional de Municípios, foi com espanto que os municípios receberam uma carta com a informação de que as obras teriam que terminar em junho, contrariamente ao prazo que nos tinha sido transmitido inicialmente, ou seja, no mês de agosto. Depois recebemos uma informação verbal, que afinal seria em agosto, mas a informação por escrito refere o mês de junho; no entanto, estas situações não nos impedirão de fazermos o nosso trabalho.

Tínhamos apresentado 134 candidaturas de beneficiários diretos, das quais, vinte foram aprovadas pelo IHRU, o que me preocupou quando recebi a comunicação referente ao final das obras em junho de 2026. Estes beneficiários diretos são pessoas com carência financeira extrema e as suas candidaturas não podem transitar para o regime especial, financiadas apenas a 85 ou 75 %; como têm que ser financiadas a 100 %, o município está a conduzir todo o processo para que estas candidaturas sejam finalizadas no mês de agosto. Na semana passada questioneei o IHRU a respeito da decisão sobre as candidaturas do município e dos beneficiários diretos que não foram aprovadas e fui informada que não sabiam devido à carga excessiva de trabalho e aos seus poucos recursos humanos.

O município vai avançar com a construção das novas quarenta casas porque o nosso nível de endividamento o permite, caso tenhamos que contrair um empréstimo para assumirmos os compromissos para com os municípios de Angra do Heroísmo. Temos tudo preparado para o lançamento de concursos públicos e assim podermos avançar com a construção de habitação de forma faseada. É pena que só o município de Angra do Heroísmo esteja a investir em habitação no nosso concelho até este momento, tanto na requalificação, como na construção de novas habitações.

Sra. d. m. Vanessa Dias: – Cumprimento o senhor presidente da Assembleia e restante Mesa, a senhora presidente da Câmara e os senhores vereadores, as senhoras e os senhores deputados municipais. Bom dia a todos.

O grupo municipal do PSD propõe um plano para a comemoração do Dia de Portugal na ilha Terceira, que consiste em valorizar Angra do Heroísmo enquanto centro histórico e capital nacional em momentos decisivos. O Dia de Portugal assume um significado especial na ilha Terceira, sendo uma oportunidade única para celebrar a identidade nacional e a riqueza histórica local. Angra do Heroísmo, cidade de valor patrimonial, oferece o cenário ideal para uma cerimónia que une tradição, memória e reconhecimento pelo seu papel na história de Portugal.

Angra do Heroísmo foi capital de Portugal em dois momentos de grande relevância: durante a crise de sucessão de 1580 quando serviu como bastião da independência nacional no governo de D. António Prior do Crato, de 5 de agosto de 1580 a 6 de agosto de 1582, e entre 1830 e 1833 no contexto da Guerra Civil, afirmando-se como centro de resiliência liberal.

Estas datas consolidam a cidade enquanto símbolo de coragem e determinação na defesa dos valores portugueses. A classificação do centro de histórico de Angra do Heroísmo como património mundial pela UNESCO em 1983 reconhece, não só a sua arquitetura singular, mas também o papel fundamental que desempenhou na expansão marítima e na histórica europeia. Esta distinção reforça a responsabilidade de preservar e valorizar a cidade enquanto referência património de Portugal.

Propõe-se que o evento decorra na freguesia da Sé, coração do centro histórico, pela sua proximidade com monumentos emblemáticos e capacidade de acolher a comunidade. Essa escolha destaca a importância da Sé como ponto de convergência cultural e religiosa, sublinhando o seu papel na construção da identidade local.

O desfile das Forças Armadas poderá realizar-se pela Rua Direita até a Igreja da Sé ou, alternativamente, do Altas Covas até à Sé envolvendo toda a comunidade num percurso que atravessa o património urbano.

Sugere-se que a tribuna seja colocada na parte superior da escadaria da Igreja da Sé, proporcionando uma vista privilegiada e dignificando o momento solene em sintonia com a grandiosidade histórica do local.

A celebração do Dia de Portugal em Angra do Heroísmo é uma ocasião para exaltar a história, a cultura e o património da ilha Terceira. Ao valorizar o centro histórico e envolver a população e as autoridades, reforça-se o orgulho local e reconhece-se o contributo da cidade para a identidade nacional num contexto que une passado, presente, memória e futuro.

Sra. presidente da Câmara: – As comemorações do dia de Portugal vão decorrer na ilha Terceira, na sua grande parte em Angra do Heroísmo, nos dias 9 e 10 de junho. Decorreram já várias reuniões com a equipa de protocolo do senhor presidente da República e a próxima acontecerá nos dias 28 e 29. A equipa visitou os diversos locais da ilha Terceira, onde terão lugar as diversas cerimónias, e reuniu com o Governo Regional, assim como com as forças de segurança no sentido de preparar o programa das comemorações do dia 10 de junho. Nos dias 28 e 29 reunirão com a Câmara Municipal, que terá a seu cargo uma parte dos preparativos da visita do senhor presidente da República.

Muito vai acontecer nesses dias em Angra do Heroísmo, mas nada foi decidido. À semelhança do que tem acontecido noutros municípios, esta Câmara Municipal não pode impor onde as cerimónias se vão realizar. Estamos a aguardar instruções da equipa da Presidência da República responsável pelo protocolo para, em conjunto com outras entidades envolvidas, ultimarmos os preparativos para estas celebrações num dia tão importante para Portugal. Preparámos um dossiê para a Presidência da República, indicando os diversos locais da cidade e as respetivas dimensões para que também os militares possam escolher onde realizar as cerimónias militares, e desconhecemos também onde vai decorrer o almoço no dia 10 de junho.

Não podemos impor um programa – que é decidido pela Presidência da República – mas temos dado sugestões. Não vos posso garantir que as mesmas sejam aceites, mas posso dizer-vos que a equipa de protocolo do senhor presidente da República tem consciência da importância da cidade de Angra do Heroísmo em termos históricos, por isso nos escolheram para realizar este evento tão importante para Portugal.

Sr. d. m. José Bernardo: – Bom dia senhor presidente da Assembleia Municipal, senhora presidente e senhores vereadores da Câmara Municipal, senhores deputados municipais, senhores presidentes de juntas de freguesia, munícipes deste concelho.

A função primordial da Câmara Municipal é defender os interesses dos seus munícipes. Não é complicar, não é travar, e muito menos afastar quem quer investir e contribuir para o desenvolvimento da nossa terra. A Câmara deve apoiar quem trabalha, quem cria emprego e quem gera riqueza; no entanto, o que vemos na prática é exatamente o contrário: um aumento constante da burocracia com mais exigências, mais entraves, mais atrasos e não só. Não chega justificar tudo com o cumprimento da lei ou com a falta de pessoal, argumentos que já não convencem ninguém.

O que se verifica é simples: quantos mais intervenientes, mais dificuldades. Quem quer investir, vê-se perdido num labirinto de pareceres, muitos deles emitidos por quem nunca teve qualquer experiência real, fora da esfera administrativa. É aqui que está o problema. Quem decide, muitas vezes não tem noção do impacto das suas decisões na vida de quem trabalha e arrisca. Esta realidade torna-se ainda mais evidente quando falamos da habitação no nosso concelho.

Desde que fui eleito para esta Assembleia, tenho ouvido de forma recorrente, referências à falta de habitação. Reconheço que o problema é real e merece toda a nossa atenção; no entanto, existe aqui um paradoxo, sobre o qual importa refletir. Por um lado, a Câmara Municipal investe em soluções habitacionais destinadas às camadas mais desfavorecidas e discute-se também o apoio à classe média; por outro, os jovens casais que aspiram legitimamente construir a sua própria casa, deparam-se desde logo com enormes dificuldades. Esses cidadãos enfrentam uma carga burocrática excessiva e muitas vezes incompreensível; são obrigados a despender tempo, energia e recursos financeiros significativos em processos administrativos, antes mesmo de conseguirem iniciar a construção das suas habitações.

Na minha perspetiva, deveria ser prioritário apoiar e facilitar a vida a estas pessoas, cidadãos que, com esforço, dedicação e ambição, procuram alcançar os seus objetivos de forma autónoma e responsável, sabendo que aquilo que é conquistado com esforço, tende a ser mais valorizado e preservado. Acresce que, por mais rigorosos que sejam os critérios para a atribuição da habitação, esses processos estão frequentemente sujeitos a interpretações de juízos de valor, o que pode gerar perceções de injustiça. Assim, enquanto uns enfrentam obstáculos significativos para construir, outros beneficiam de soluções já prontas.

Os angrenses que votaram em mim não me elegeram para ser mais um a concordar com tudo. Fui eleito para dizer o que muitos não podem dizer, para representar quem trabalha, quem investe e quem não tem voz, porque a realidade é dura. Cada vez há menos pessoas a produzirem riqueza, cada vez mais dependentes de um sistema que não cria valor, e não vale a pena fingir que não vemos para onde vamos, para onde caminhamos.

Este modelo é insustentável. Não é uma opinião, é um facto. Sou a favor de um Estado Social, mas sou frontalmente contra um Estado que sufoca quem produz para sustentar um sistema que se alimenta a si próprio. Se continuarmos neste caminho, chegaremos rapidamente a um ponto em que já não haverá riqueza para distribuir, porque simplesmente deixou de ser criada, e nesse momento já não haverá discursos que escondam a realidade. Importa, por isso, representar prioridades e encontrar soluções mais equilibradas e justas.

Garantimos que apoiamos, não só quem mais precisa, mas também quem procura por iniciativa própria, construir o seu futuro. É essa a resposta que os cidadãos esperam de nós. Aqueles que nos ouvem, aqueles que em nós confiaram o seu voto.

Sra. presidente da Câmara: – Este município tem um regulamento que define as regras para a atribuição de uma habitação social aos seus munícipes. Após uma inscrição, é avaliada a candidatura com base nos critérios definidos neste mesmo regulamento que foi aprovado em Assembleia Municipal.

Temos um dos maiores parques habitacionais dos Açores, quase 450 casas de habitação social distribuídas pelas pessoas que entregam a sua declaração de IRS na Câmara Municipal e são avaliadas em termos de rendimentos, um critério que está definido no referido regulamento.

Quanto às questões de urbanismo, o município cumpre a legislação nacional, assim como acontece com todos os municípios portugueses. Temos um regulamento municipal de urbanizações e edificações que foi apresentado em reunião de Câmara e consta no *site* da Câmara Municipal: «Menu/regulamentos/consulta pública.»

É certo que existe burocracia nestes processos, como já referi nesta Assembleia, mas não podemos desprezar a lei. Falava-se do Simpex Urbanístico que, afinal, é um complexo urbanístico, inclusive para os nossos técnicos que devem cumprir também com uma série de portarias que foram publicadas a seguir à lei e no fundo vieram exigir um conjunto de dados que, por mais que compreendamos a situação, temos que solicitar aos munícipes. Existe burocracia em muitas outras áreas além do urbanismo, que devemos continuar a tentar

mitigar, sendo certo que temos que ser rigorosos naquilo que estamos a aprovar para não criarmos situações fora da legalidade.

Tentamos sempre reduzir a burocracia em todos os regulamentos municipais que trazemos à Assembleia Municipal, como se poderá confirmar no processo de apoio ao arrendamento, que contém o mínimo de documentos dentro dos possíveis, e o mesmo se passa com os processos relativos à melhoria das condições de habitação.

Só poderemos diminuir a burocracia quando a lei geral aprovada na Assembleia da República, for alterada com vista à simplificação de procedimentos; enquanto tal não acontecer, teremos que continuar a solicitar aos munícipes, todos os elementos necessários.

Sra. d. m. Chantell Pacheco: – Boa tarde senhor presidente da Assembleia Municipal e membros da Mesa, senhora presidente da Câmara Municipal e senhores vereadores, senhores deputados municipais e público que nos assiste.

A Semana Académica, evento realizado há 35 anos consecutivos pela Associação de Estudantes do Campus de Angra do Heroísmo da Universidade dos Açores, que este ano celebra o seu 36.º aniversário, tem obtido sempre uma licença de ruído entre as 22h e as 4h da manhã. Este evento é esperado por todos os jovens da nossa ilha, de outras ilhas e de Portugal continental, pois o polo de Angra da nossa universidade recebe discentes de outras cidades de todo o país. Pergunto por que razão, no ano corrente, a sua licença foi reduzida e se há a possibilidade da revogação da hora para as que têm sido praticadas nos últimos anos.

Sra. presidente da Câmara: – Temos um regulamento de ruído que define os horários de funcionamento dos diversos estabelecimentos e recebemos reclamações dos munícipes que moram à volta daquele espaço. O horário definido no regulamento é até às 2h da manhã, tendo sido excecionalmente alargado até às 4h em anos anteriores; ora, se os munícipes se estão a queixar que há muito ruído a partir das 2h da manhã, não podemos conceder licenças a partir dessa hora. Em reuniões ocorridas com o senhor vereador Rui Drumonde e a organização, permitimos o alargamento do horário de forma excecional até às 3h da manhã, sabendo que vamos continuar a receber reclamações.

Percebo a situação dos nossos alunos, mas digo-vos muito claramente que a minha vontade é que se cumpra o horário até às 2h da manhã. Fui estudante e tive filhos estudantes, por isso reconheço a importância da Semana Académica, mas temos um regulamento que define horários corretos e não deve ser alterado. O alargamento até às 3h da manhã foi aceite pela Associação de Estudantes e parece-me mais do que suficiente para promoverem a Semana Académica.

Sr. d. m. André Castro: – No seguimento da intervenção de há pouco sobre a petição acerca da possibilidade de utilização de materiais alternativos à madeira no centro histórico de Angra do Heroísmo, lembro que o assunto tem criado grandes constrangimentos aos angrenses porque o regulamento está desadequado aos nossos tempos e urge ser alterado. Julgo que os angrenses vão aderir, tendo em conta a existência de materiais com

características que permitem cumprir o que é exigido nos vários diplomas. Somos favoráveis à petição que foi apresentada e cá estaremos para apoiar em conformidade.

Certamente a senhora presidente da Câmara se inteirará do assunto e resolverá a situação há pouco referida acerca do Plano Diretor Municipal de Angra do Heroísmo, mas pergunto se a homologação não teria sido mais célere, se a proposta de cartografia não tivesse sido enviada com vários erros e insuficiências, assim como a proposta de linhas de água do concelho, que também não foi enviada corretamente, dadas as várias solicitações para a sua correção.

Sra. presidente da Câmara: – Se não me falha a memória, a cartografia foi encomendada à mesma empresa que efetuou a cartografia para o Governo Regional, por isso tive o cuidado de referir que foi um trabalho feito, e muito bem, em articulação com a direção regional respetiva. Não passei culpas para ninguém, apenas disse que houve demora da parte da equipa do Governo Regional que estava a analisar a cartografia. Houve erros da parte da cartografia que vos foi entregue e foram-se limando arestas ao longo do tempo, uma situação que não é inédita, mas houve também atrasos na análise por parte da própria direção regional. Há duas semanas estivemos a analisar a cartografia e verificámos algumas situações, por isso tive o cuidado de dizer que se trata de um trabalho que leva o seu tempo até obtermos um documento que corresponda às necessidades do nosso concelho.

O que me interessa é que tenhamos um Plano Diretor Municipal que sirva os munícipes do concelho e evite certos constrangimentos para a construção de uma habitação, apesar de sabermos que não corresponderá a 100 % às ambições dos nossos munícipes, tal como aconteceu com o Plano de Ordenamento da Orla Costeira. Participei na discussão pública e achei muito bem que tivessem sido retiradas aquelas áreas, já que não era possível construir ali por questões de segurança, embora não tivesse havido concordância da parte das pessoas que estavam a assistir, tal como decerto acontecerá na discussão pública do PDM. As pessoas continuarão a defender a ideia de construir em determinadas áreas, como estão a fazer atualmente.

As coisas levaram o seu tempo e não quero que considerem as minhas intervenções como uma crítica ao Governo Regional. Houve uma articulação por parte de ambas as entidades em termos de correção da documentação e a cartografia foi feita por uma empresa externa, algo que não é inédito e acontece em todos os processos.

Sr. d.m. José Toste: – Bom dia senhor presidente e senhoras membros da Mesa, senhora presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais, senhores presidentes de juntas de freguesia.

Quero deixar uma palavra de regozijo e de grande satisfação pelo facto de o novo presidente da República António José Seguro, ter escolhido a cidade de Angra do Heroísmo para as comemorações do seu primeiro dia 10 de junho, facto anunciado no passado dia 18 de março de 2026. No fundo, com esta escolha pretende-se homenagear os 50 anos da autonomia regional, destacando-se ao mesmo tempo o papel das regiões autónomas na construção de um Portugal mais coeso, plural e solidário.

A escolha de Angra do Heroísmo, capital de facto da cultura dos Açores – algo que deve ser sempre sublinhado – engrandece-nos e a todos deve orgulhar. A escolha de António José Seguro marca um momento simbólico de celebração da história da nossa autonomia.

Refiro uma vez mais que é com regozijo que o grupo municipal do Partido Socialista vê esta escolha e sabe que tem havido um envolvimento atento da parte do município de Angra do Heroísmo nestas cerimónias comemorativas do dia máximo de Portugal, das nossas comunidades e também de Camões, cuja obra foi recentemente tema de umas festas Sanjoaninas.

A região autónoma dos Açores é um dos grandes contribuidores para as nossas comunidades; basta ver a quantidade de clubes espalhados pela nossa diáspora, onde os emigrantes açorianos têm um papel decisivo e fundamental.

Neste Período de Antes da Ordem do Dia, gostaria de voltar a falar de um problema que foi debatido na sessão anterior da Assembleia Municipal e me parece ter sido inflacionado nas redes sociais. Refiro-me às situações de vandalismo, aqui apresentadas e muito bem pelo senhor deputado municipal Guilherme Bizarro. Tem havido um problema de incêndios de baldes do lixo, inicialmente com alguma gravidade na freguesia da Sé, tendo-se alastrado por todo o concelho, atingindo também algumas freguesias do concelho da Praia da Vitória.

Desconheço a realidade, mas parecem terem sido levantadas nas redes sociais, algumas questões de criminalidade, eventualmente associadas ao fenómeno da imigração, o que tem ajudado a criar algum sentimento de insegurança. Aproveito para questionar a senhora presidente da Câmara no sentido de saber se há motivos para estas preocupações, aparentemente desmentidas pela realidade.

O clima de medo parece-me exagerado e provocado com algum tipo de intenção, enquanto o vandalismo é uma prática mais real que tem ajudado a criar também um sentimento de insegurança. Pergunto que diligências têm sido feitas pelo município junto das autoridades relativamente a estas práticas lesivas do erário público, dado que, na última sessão da Assembleia Municipal, se falou em danos que ascendem a dez mil euros, um valor que, provavelmente, terá duplicado.

Sra. presidente da Câmara: – As situações de vandalismo têm-nos preocupado muito, porque são vários os ecopontos que têm sido incendiados nos últimos tempos, um prejuízo para o erário público que ascende já a mais de catorze mil euros. Temos mantido contactos regulares com a PSP, que nos informou não existirem ainda conclusões a respeito desses atos, e tenho solicitado insistentemente que façam algumas rondas a determinadas horas em locais do nosso concelho que foram devidamente identificados, principalmente de sexta para sábado, de sábado para domingo e de domingo para segunda. O senhor comandante informou que a PSP está a fazer os possíveis, vamos ver o que acontece no próximo fim de semana.

Estes atos de vandalismo têm ocorrido em São Sebastião, em São Bento, no Relvão e em muitos outros locais. Relatámos também algumas situações de tráfico de droga que estavam a acontecer no jardim e a respeito de uns indivíduos que se estavam a injetar junto ao campo

de futebol da Terra Chã enquanto alguns jovens ali praticavam desporto, tendo a polícia atuado de imediato. Uma outra questão que coloquei ao senhor comandante da PSP foi a necessidade de vermos agentes da polícia a circular nas ruas de Angra do Heroísmo. Ontem vi apenas um e precisamos de mais.

Decorreu a reunião do Conselho Local de Educação para que fossem nomeados os seus representantes no Conselho Municipal de Segurança, cuja reunião está a ser preparada para acontecer nos próximos dias, onde pretendemos discutir estas e outras matérias.

Ando à noite sozinha nas ruas do nosso concelho e não sinto medo porque o considero seguro, mas precisamos de sentir a presença das forças de segurança. Independentemente do que foi circulando nas redes sociais, os relatórios indicam uma diminuição do índice de criminalidade, mas vamos continuar a fazer este trabalho juntamente com a PSP, um parceiro do município nestas e noutras situações.

Sr. d.m. Délio Borges: – Tendo em conta que, finalmente, apareceu a imagem do Senhor Santo Cristo das Misericórdias, que foi devidamente recuperada, deixamos aqui a sugestão para que a equipa da cultura da Câmara Municipal em estreita colaboração com a Santa Casa da Misericórdia, promovam um evento cultural no dia 24 de maio, o dia do padroeiro de Angra. Uma ideia que pode ser explorada, envolvendo também a Diocese numa componente religiosa.

Voltando ao assunto das comemorações do dia 10 de junho, e compreendendo o envolvimento de questões logísticas, o objetivo da nossa proposta não é impor, mas sensibilizar a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo no sentido de influenciar positivamente as escolhas das equipas que cá vieram conhecer o terreno, porque não é de somenos importância realizar um evento como este no cerrado do Bailão ou no centro histórico da cidade. Existindo essa possibilidade, pergunto que local a senhora presidente da Câmara sugeriria à comissão organizadora das comemorações do dia 10 de junho.

Volto a insistir que esta bancada solicitou na última sessão da Assembleia Municipal, os dados relativos à execução do investimento municipal por freguesia. Tinha esperança de ver essa mesma execução incluída nos documentos de prestação de contas, mas verificámos que apenas constam as questões da rede viária e os quilómetros que foram objeto de reabilitação. Continuamos a reiterar o interesse nesses dados.

Sra. presidente da Câmara: – Tive o gosto de estar presente no dia em que a imagem regressou à casa mãe, a Igreja da Misericórdia. Nesse mesmo dia o senhor provedor sugeriu à Câmara Municipal a realização de uma cerimónia em honra do padroeiro no dia 24 de maio, o que aceitei, dizendo-lhe que faríamos esse trabalho em conjunto. Sugeriu ainda que não o fizéssemos este ano devido às comemorações do dia 10 de junho, mas respondi que será possível articular e nada impede que o evento aconteça este ano nessa data também sugerida pelo senhor deputado; contudo, não sei se a cerimónia terá lugar este ano ou no próximo e tudo dependerá da reunião que teremos com o senhor provedor da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo.

Ainda a respeito das comemorações do dia 10 de junho, tal como disse há pouco, preparámos um dossiê com todos os locais de Angra onde gostaríamos de ver realizadas as cerimónias. Depois de visitarem vários locais, os membros da equipa da Presidência da República, num momento inicial referiam o Fanal, depois o Bailão e também a praça de toiros. Fora da praça de toiros manifestei a minha tristeza – se assim se pode dizer – por não considerar aquele lugar com a dignidade que se exige a uma cerimónia comemorativa do dia 10 de junho, assim como também não me parece que o Bailão reúna as condições necessárias. O Fanal seria um local a considerar, tendo em conta o espaço suficiente para os militares e poderíamos ter ancoradas as fragatas na baía. Decorrerão alguns eventos na Praça Velha e no Pátio da Alfândega, mas há dúvidas quanto ao local das cerimónias militares. Para agrado meu, penso ter-se já excluído a praça de toiros porque queremos que as cerimónias se realizem em locais que dignifiquem o nosso concelho e a ilha Terceira.

Refiro mais uma vez que a decisão cabe à equipa da Presidência da República que está a coordenar todo este processo. Apenas posso sugerir os melhores lugares de acordo com a minha opinião e apresentei também sugestões acerca dos concertos que irão decorrer no dia 9 de junho e de outras questões relativas ao almoço do dia 10. Deu-nos muito trabalho mas, quando os membros da equipa da Presidência da República cá chegaram, tinham um dossiê devidamente preparado, referindo os melhores locais por nós sugeridos para as cerimónias comemorativas do dia 10 de junho.

Quanto à informação que o senhor deputado nos solicitou relativamente às freguesias, eu tinha ideia que, entre os muitos documentos que constam na pasta, existe um mapa de delegação de competências nas diversas freguesias do concelho; se assim não for, faço questão de preparar esse mesmo mapa, referindo que na antepenúltima reunião de Câmara aprovámos os contratos interadministrativos com as juntas de freguesia, cuja listagem vos vou disponibilizar, assim como outros contratos para as freguesias que nos foram solicitando, fora dos contratos dos vinte mil euros. Remeterei esses mesmos mapas ao senhor presidente da Assembleia Municipal para que faça o favor de proceder à respetiva distribuição por todas as bancadas.

Sra. d. m. Guilhermina Silva: – Bom dia senhor presidente da Assembleia e restante Mesa, senhora presidente da Câmara e senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

Senhora presidente, no que diz respeito ao programa «Estudo Acompanhado» criado para apoiar os alunos do concelho com maiores dificuldades socioeconómicas, gostaríamos de saber quantos alunos estão atualmente abrangidos pelo programa, quantos dele beneficiaram no último ano letivo, se se regista algum crescimento face ao ano letivo anterior e se há indicadores demonstrativos do sucesso deste apoio.

Sra. presidente da Câmara: – Contrariamente ao que se passa com o programa «Estuda+» e as bolsas de estudo, como já referi mais do que uma vez também nesta Assembleia, o «Estudo Acompanhado» não tem obtido o sucesso de que gostaríamos, apresentando um decréscimo no número de alunos. Embora se diga que o problema não

reside no regulamento, na última reunião do Conselho Local de Educação houve uma proposta da nossa parte para a criação de um grupo de trabalho com vista à sua análise e melhoramento.

Pretendemos um regulamento que faça a diferença e vá de encontro às necessidades da população. O «Estudo Acompanhado» está dividido em duas componentes, uma destinada aos alunos do 1.º, 2.º e 3.º Ciclos e uma outra referente às explicações do ensino secundário, para as quais tem havido muito poucos candidatos, daí que este programa seja uma grande ajuda, tendo em conta o preço a que estão as explicações.

Houve sugestões da parte das escolas para uniformizarmos a documentação que solicitamos, o que faz todo o sentido. Se for entregue numa escola, documentação para colocar um aluno num determinado escalão, não vemos qualquer problema caso os encarregados de educação permitam que esta mesma documentação seja facultada à Câmara Municipal.

Como tive oportunidade de referir, este regulamento foi alterado no mandato anterior com vista a diminuir o número de alunos por sala de aula e permitir que estas salas de estudo decorram nas próprias escolas, se as mesmas assim o entenderem, evitando a deslocação dos alunos.

O Conselho Local de Educação reúne pessoas e entidades ligadas à educação, desde escolas a associações de pais que, em conjunto, poderão contribuir para melhorar este regulamento. Este ano temos um número diminuto de alunos e queremos mais, por isso temos feito um esforço, procurando sensibilizar as diversas entidades.

Tive oportunidade de reunir com pais e encarregados de educação e constatei que cada família tem as suas prioridades. Em conjunto com o Conselho Local de Educação, vamos fazer uma revisão ao regulamento de acordo com o que foi definido e consta em ata. Peço à Mesa que permita ao senhor vereador dar-vos conta dos números.

Sr. vereador Rui Drumonde: – Bom dia senhor Presidente e senhoras secretárias da Mesa, senhora presidente da Câmara e restantes vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

A senhora presidente da Câmara teve a oportunidade de explicar o processo e a dificuldade na obtenção de novas salas, uma situação que foi discutida na reunião do Conselho Local de Educação. Enviei um *e-mail* aos senhores conselheiros com toda a documentação associada, ficando o compromisso de os mesmos enviarem mais propostas de alteração, além das que foram apresentadas durante a referida reunião. Está prevista a realização de uma reunião extraordinária do CLE durante o mês de maio com vista à reanálise do documento, para que possa ser implementado já no próximo ano letivo com a expectativa de obtenção de melhores resultados após estas alterações.

Atualmente, temos duas entidades com este «Estudo Acompanhado» em vigor: a CARITAS da ilha Terceira e a Junta de Freguesia de São Mateus da Calheta. Temos cerca de doze alunos a frequentarem este programa desde o início deste ano letivo.

Sra. d. m. Chantell Pacheco: – Pergunto por que razão, no Orçamento Participativo, não é permitida a votação em áreas distintas de investimento.

Sra. presidente da Câmara: – O Orçamento Participativo resulta das regras definidas no regulamento que foi apresentado e votado nesta Assembleia Municipal, sendo que, no mandato anterior, foi feito um avanço significativo permitindo a votação *online*. O controlo é feito através do Cartão de Cidadão e do telemóvel e cada munícipe pode votar uma única vez nos projetos apresentados a discussão e votação, seja na área social ou noutras. São apresentados vários projetos e as pessoas votam no que acharem que melhor se enquadra. Se a senhora deputada me está a perguntar por que razão não é possível votar em diversas áreas, o regulamento não foi aprovado nesse sentido; contudo, poderá ser uma sugestão a equacionar para uma possível alteração ao que está em vigor.

Sr. d. m. Guilherme Bizarro (presidente da J. F. de São Sebastião): – Bom dia senhor presidente da Assembleia e senhoras secretárias da Mesa, senhora presidente da Câmara Municipal, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados, caros colegas presidentes de juntas de freguesia e seus representantes.

Como referiu a senhora presidente da Câmara, concordo que é efetivamente necessária uma reunião do Conselho Municipal de Segurança. Apesar de alguns exageros que vamos assistindo nas redes sociais, a verdade é que têm acontecido alguns casos de vandalismo. Grande parte das situações não chega ao conhecimento das autoridades porque algumas pessoas, pura e simplesmente não se queixam com receio de represálias, enquanto outras talvez já não acreditem nos resultados dessas mesmas queixas, por isso é muito importante que estes assuntos sejam apresentados na reunião do Conselho Municipal de Segurança onde estão representadas diversas entidades e forças de segurança da nossa ilha.

Quanto aos incêndios que se têm verificado nos ecopontos e nos baldes do lixo, poderemos estar perante ações que vão além do simples vandalismo, praticadas por algum incendiário devido à semelhança do *modus operandi* em todas as situações.

As situações de tráfico de droga há pouco referidas pela senhora presidente da Câmara são um problema de todas as freguesias do nosso concelho e da ilha. Em São Sebastião vão existindo, pelo menos três pontos de distribuição, já referenciados às autoridades.

A respeito da falta de efetivos de forças de segurança, regozijo-me que a senhora presidente tenha visto um agente da polícia a pé pela cidade, algo que eu gostaria de ver também na vila de São Sebastião; por vezes passa por lá uma viatura, mas não é suficiente.

Existe de facto, tráfico e consumo de droga nesta ilha e são escassas as forças de segurança para o combater enquanto, de acordo com algumas leis que vão sendo aprovadas, há certos atos que deixam de ser considerados crime, o que vai tornando cada vez mais difíceis as investigações. Cada vez me apercebo mais destas situações nas discussões que vou tendo com as forças de segurança.

Sra. presidente da Câmara: – Convém lembrar que, apesar do sistema de videovigilância que lá foi instalado, o ecocentro de São Sebastião continua a ser um problema por falta de

civismo. Reunimos com o nosso gabinete jurídico no sentido de se implementar medidas, inclusive a aplicação de coimas, para que não se repita o que ali tem acontecido. As pessoas têm que perceber que as coisas devem ser bem utilizadas e não podemos tolerar os graus de destruição que têm acontecido a vários níveis. O ecocentro de São Sebastião tem sido um problema desde o início; foi construído para um determinado fim e não está a ser devidamente utilizado, por isso haverá regras mais apertadas. Infelizmente é assim que tem que se atuar.

Sr. d. m. André Castro: – Na sequência do encontro com a Comissão Nacional de Internato Médico que ocorreu recentemente na Quinta da Nasce água, questiono a senhora presidente da Câmara se foi abordado algum tema de colaboração entre as autarquias a respeito de políticas de incentivo da fixação de profissionais de saúde na ilha Terceira, à semelhança do que já acontece noutros municípios do interior do país. Sem pretender que substitua o Governo Regional e atuando de forma complementar, gostaria de saber qual a posição do município de Angra do Heroísmo e se está prevista a adoção de medidas nesta área.

Sra. presidente da Câmara: – Por questões de agenda não estive presente na sessão de abertura; no entanto, antes dessa reunião, tive a oportunidade de reunir com o médico do Hospital de Santo Espírito responsável pela organização das jornadas. Sabendo que não temos casas disponíveis neste momento, identificámos alguns edifícios, inclusive do Governo Regional, que poderiam ser parte da solução para a captação de médicos com vista a fazerem o internato no nosso hospital, e fiz também referência às novas quarenta habitações que pretendemos construir.

Tal como foi falado na reunião que tive com o responsável pela organização das jornadas e tenho dito também aos senhores presidentes de juntas de freguesia, antes de pensarmos em construir de raiz, devemos procurar saber o que é possível recuperar ao nível da edificação existente no nosso concelho, soluções que, decerto, sairão mais em conta.

Mostrei toda a minha disponibilidade para colaborar no sentido de captarmos mais recursos humanos qualificados para o nosso hospital e é com muito gosto que hoje vou receber na Câmara Municipal, o grupo e o responsável pela organização das jornadas.

Sr. d. m. Alberto Melo (presidente da J. F. da Ribeirinha): – Bom dia Exmo. senhor presidente e senhoras secretárias da Mesa da Assembleia, senhora presidente e senhor vice-presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais, colegas presidentes de juntas de freguesia.

A pedido de um freguês da Ribeirinha, trago um assunto relacionado com a segurança rodoviária e a proteção de peões na Rua Padre António Ornelas Simões, freguesia da Ribeirinha. Foi identificado pelo requerente e pelos moradores desta rua, um problema persistente e grave de segurança rodoviária decorrente do incumprimento sistemático dos limites de velocidade, em especial num troço localizado imediatamente após uma curva com visibilidade relativa. Acresce referir que neste local existe uma paragem de autocarros

utilizada pela população; no entanto, não está instalada qualquer passadeira de peões devidamente sinalizada, o que obriga os utilizadores de transporte público a atravessarem a via em condições, manifestamente inseguros, aumentando significativamente o risco de atropelamento.

Em setembro e outubro de 2025 foi apresentado à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, um pedido formal de intervenção acompanhado de um abaixo-assinado dos moradores e de registos fotográficos, solicitando a instalação de uma lombada redutora de velocidade. A Comissão Municipal de Trânsito indeferiu o pedido que, após audiência prévia, foi tornado definitivo por despacho do vereador com competência delegada, em fevereiro de 2026.

Apesar da documentação apresentada por *e-mail* à Câmara, o requerimento ainda aguarda resposta substantiva à questão da responsabilidade do município perante uma futura eventual ocorrência de um acidente no local onde o perigo foi previamente identificado, comunicado e registado.

Perante esta situação, na qualidade de presidente da Junta da Freguesia reitero a preocupação descrita e solicito que a Câmara Municipal seja questionada quanto aos critérios que sustentaram o indeferimento do pedido, a responsabilidade municipal face a riscos rodoviários devidamente sinalizados, nomeadamente responsabilidades financeiras, psicológicas e eventualmente físicas em caso de um futuro incidente naquele local que, sinceramente, espero não voltar a ocorrer, e quanto à possibilidade de reabilitação do local, considerando as soluções interativas, nomeadamente medidas de acalmia de tráfico e a instalação de uma passadeira de peões junto à paragem dos autocarros, garantindo condições mínimas de segurança para peões e utilizadores dos transportes públicos.

Sra. presidente da Câmara: – Senhor presidente da Junta de Freguesia da Ribeirinha, o que tenho a referir é que seguimos o que é determinado pela Comissão de Trânsito, que avalia a pertinência da instalação de lombas redutoras de velocidades ou outros mecanismos. Voltarei a analisar as situações que o senhor me está a colocar, que serão de novo remetidas à Comissão de Trânsito, se tal se justificar, e voltarei a falar consigo. Para mim, o mais importante é a segurança da população e a Câmara Municipal apenas deu seguimento ao indeferimento da Comissão de Trânsito, tal como tem acontecido em todas as situações.

Sra. d. m. Marília Vargas: – Bom dia senhor presidente da Assembleia e membros da Mesa, senhora presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas deputados municipais.

Esta minha intervenção vem no seguimento da preocupação do senhor deputado municipal André Castro acerca do incentivo da permanência dos médicos na nossa ilha, uma situação que também nos preocupa. Conheço três casos de médicos que estão cá há mais de três anos e ainda não receberam os incentivos a que têm direito, o que deveria ser uma prioridade. Além destes, deve haver muitos mais casos de incentivos por regularizar, lembrando que as câmaras municipais do continente têm financiamento para a saúde, o que

não se verifica com as câmaras municipais da região; mesmo assim, a nossa Câmara Municipal já se disponibilizou para ajudar, e muito bem.

Uma outra forma de incentivar os médicos é acompanhar a evolução da medicina. Se tem estado atento às notícias, o senhor deputado saberá que o Governo Regional adquiriu um robô cirúrgico no valor de 2,5 milhões de euros para o Hospital do Espírito Santo de Ponta Delgada – o que é muito bom – mas o Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira não terá um robô cirúrgico para a cirurgia abdominal. Acho que o Governo Regional está a aproveitar-se um pouco da precária literacia na saúde e do desconhecimento das pessoas, que me parece não terem a noção do que isto representa para o nosso futuro.

Um robô cirúrgico é um equipamento que vai contribuir para uma maior precisão das cirurgias abdominais, que são realizadas aqui no HSEIT e também no HDES, que passará a ter melhor equipamento, ou seja, a população abrangida pelo HDES será tratada com mais qualidade e precisão.

Toda a gente já deve ter ouvido falar, por exemplo, das cirurgias da próstata que, ao serem efetuadas por um robô, implicam um menor risco de lesão dos nervos; pois, aqui no HSEIT vamos continuar a fazê-las à moda antiga, por assim dizer. Um equipamento robô é também uma enorme ajuda na técnica de laparoscopia na cirurgia abdominal ao estômago e ao intestino, na cirurgia ginecológica aos ovários e ao útero, na cirurgia urológica, etc., que vamos continuar a realizar no HSEIT segundo técnicas antigas sem acompanharmos a evolução da medicina.

Se querem incentivar os médicos a virem para cá, arranjem um robô para auxiliar a cirurgia abdominal, que também fazemos no HSEIT. Pelo que ouvi dizer, havia a possibilidade de aquisição de dois robôs, um para Ponta Delgada e outro para Angra do Heroísmo, mas preferiram comprar um robô topo de gama para o HDES e deixar o HSEIT de fora.

Peço desculpa por falar assim de coisas muito específicas. De forma simples que se perceba, infelizmente o Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira está muito atrasado no que diz respeito à evolução médica.

Em 2021, os serviços cirúrgicos do HSEIT fizeram um pedido de equipamento para essa tal cirurgia laparoscópica, a cirurgia das pequenas incisões com uma câmara 3D que nos foi prometida através do PRR, mas ainda estamos à espera. O HDES e o Hospital da Horta têm essa câmara 3D, uma tecnologia anterior ao robô, que permite melhor visualização e precisão nas cirurgias, e o HSEIT nem isso tem.

Perdemos o comboio da câmara 3D e estamos a perdê-lo também no que diz respeito à robótica. Se queremos incentivar os médicos a permanecerem cá, temos que acompanhar a evolução tecnológica da medicina.

Sr. d. m. André Castro: – A saúde é uma área que domino e a senhora deputada Marília Vargas deveria ter assistido ao ciclo de conferências sobre reflexão da autonomia, que o CDS-PP organizou recentemente. A senhora presidente da Câmara esteve presente e falámos sobre a saúde, e certamente a senhora deputada teria gostado do que lá se ouviu. Quanto às

políticas do Governo Regional e aos equipamentos de que falou, peço ao senhor presidente da Mesa que passe a palavra à minha colega Michéle Aguiar.

Sra. d. m. Michéle Aguiar: – Bom dia senhor presidente e senhoras membros da Mesa, senhora presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores, colegas deputados municipais.

Não posso permitir que se aceite como verdade total, as declarações da senhora deputada Marília Vargas, porque existe um conjunto de investimentos em curso respeitantes a equipamentos para o Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira; os contratos estão todos assinados, o PRR tem um prazo de execução até 30 de junho e nessa data os equipamentos estarão no HSEIT. Não é correto dizer-se perante a Assembleia Municipal e a população em geral, que os investimentos não foram concretizados. Não existe efetivamente um robô cirúrgico para o HSEIT, mas há um conjunto de outros equipamentos que são uma realidade. Não é correto dizer que os equipamentos não existem e não há modernização, porque ela vai acontecer.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

O senhor presidente da Mesa procedeu a uma leitura resumida dos pontos da Ordem de Trabalhos.

1. DA CÂMARA MUNICIPAL:

1.1– Ent. 11109 - Informação da Senhora Presidente da Câmara Municipal, relativa à atividade municipal desenvolvida durante o período de 1 de fevereiro a 31 de março de 2026, bem como informação sobre a situação financeira da Câmara. Para apreciação nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de outubro.

Sra. presidente da Câmara: – O relatório que aqui vos apresentamos refere todo o trabalho desenvolvido neste período por cada uma das unidades que compõem a orgânica desta Câmara Municipal, assim como as representações do executivo nos diversos eventos que se realizaram no concelho.

Como tiveram oportunidade de a visitar, a obra do Mercado Municipal está a decorrer dentro do período que estava previsto. Houve uma derrocada naquela parede que dá para a Rua do Rego mas, tratando-se de uma obra de conceção-construção, o empreiteiro está a proceder à devida consolidação.

Uma situação que nos tem vindo a preocupar devido à guerra que está a acontecer é o aumento significativo dos preços, sendo que a revisão de valores da obra do Mercado Municipal está acima dos duzentos mil euros, assim como a requalificação das habitações sociais, cujo valor ultrapassa um milhão de euros.

Estamos na fase final da obra do Centro de Interpretação da Fortaleza de São João Batista, um edifício importante para visitação, lembrando que o cont eudo do seu interior será da responsabilidade da Direc o Regional dos Assuntos Culturais.

Realizámos também obras no edifício que d  apoio ao Cemitério do Livramento, fizemos intervenc es importantes em muitas escolas do concelho que são propriedade da Câmara Municipal, concluímos o miradouro da Rua Baixinha, terminámos o bairro da Terra Ch  e continuamos com obras no bairro do Lameirinho. A obra da zona verde do Fanal está também em fase final de execu o e estamos a proceder a intervenc es nas zonas balneares, preparando-as para a época balnear.

Ainda ao nível das atividades municipais decorridas neste período, teve lugar aqui uma conferência muito importante sobre os quarenta anos de integra o de Portugal na União Europeia e a sua importância para o desenvolvimento da nossa região. Aconteceu neste Salão Nobre, uma cerim nia de homenagem aos músicos com mais de cinquenta anos de atividade e aos mestres no ativo há mais de 25 anos. Preparámos também todo o processo referente às Sanjoaninas com a apresenta o pública do cartaz da Feira de São João e do séquito real, além de muitas outras iniciativas no âmbito das festas da cidade.

Decorreu também neste período a nossa participa o na BTL (Bolsa de Turismo de Lisboa), um evento muito importante para a promo o do concelho de Angra do Hero simo e das festas da nossa ilha, no qual estabelecemos contactos muito importantes com diversos empresários. O público que se dirigiu   BTL naquele período teve a oportunidade de conhecer o que cada concelho tem para oferecer.

Neste documento relativo   atividade municipal, constam também os projetos que candidat mos ao PO 2030, estando já esgotada a verba que estava alocada ao município de Angra do Hero simo no âmbito deste programa. Temos alguns projetos aprovados, outros em análise e outros ainda em fase de prepara o. Dos projetos aprovados, destaco o reservatório da Fonte da Telha que aguarda o visto do Tribunal de Contas para que possamos dar início   obra que trará mais condi es de abastecimento de água   popula o.

Se bem se lembram, há o compromisso de alargamento do parque industrial com mais quarenta lotes. Foi aberto um primeiro concurso para dezassete lotes, um processo que estamos a encerrar neste momento, faltando os restantes que precisamos de estruturar através de uma candidatura ao PO 2030. Este alargamento de mais quarenta lotes no parque industrial vai permitir a capta o de investimento para o nosso concelho, como está a acontecer nos dezassete lotes que colocámos a concurso, onde se vai instalar uma empresa de fora da região.

Temos também candidaturas ao nível da protec o civil, que nunca são demais no sentido de equiparmos a Câmara Municipal para nos prepararmos para uma qualquer eventualidade.

Encontra-se aprovada e em execu o, a candidatura relativa   gestão de resíduos e está a decorrer a empreitada da rede de abastecimento de água, nomeadamente a obra que está a ser executada na Vinha Brava por um grupo de entidades adjudicantes, uma parceria entre o

Governo Regional e o município de Angra, que tem a seu cargo um financiamento de valor superior a um milhão de euros. Esta obra no âmbito do PRR leva um atraso significativo por parte do empreiteiro, o que nos deve preocupar a todos. Segundo os últimos relatórios, havia um atraso de seis meses, que se estendeu a dez. Houve uma insistência da parte do grupo das entidades adjudicantes no sentido de o empreiteiro disponibilizar mais recursos humanos para que a obra decorra sem mais atrasos, o que não tem sido fácil da parte do empreiteiro.

Neste relatório da atividade municipal incluímos um capítulo no qual discriminamos e elencamos devidamente todos os processos de contratação pública ao nível dos concursos públicos, ajustes diretos e ajustes diretos simplificados, tanto para a aquisição de bens e serviços, como para empreitadas. Paralelamente a este documento, foi também remetida a esta Assembleia uma listagem de todos os procedimentos ocorridos nos seis meses de mandato do atual executivo. Neste período, deram entrada na Câmara Municipal, mais de 3200 faturas, das quais foram pagas mais de 2400.

Temos tido um aumento muito significativo de processos referentes à melhoria de condições de habitação. Em 2025 despachámos 138 processos num valor superior a 557 mil euros e em 2026 vamos já com 164 projetos num valor superior a 743 mil euros. Seguimos o mesmo caminho de melhoria das condições de habitação no que diz respeito ao arrendamento, um programa complementar ao programa do Governo Regional. Em 2025 tínhamos 75 candidaturas e um total de 130 mil euros de apoio ao arrendamento e nos primeiros três meses deste ano contamos já com quarenta candidaturas num total de mais de 70 mil euros.

Sr. d. m. Guilherme Bizarro (presidente da J. F. de São Sebastião): – Gostei de ouvir dizer que serão aplicadas multas a quem prevarica no ecocentro de São Sebastião. Tal como fiz na sessão anterior da Assembleia Municipal, antes de vir para aqui hoje de manhã, fui ver como aquilo estava e nem parece um ecocentro, uma situação que vem acontecendo há muito. Os contentores estão todos cheios, são depositadas grandes quantidades de resíduos do lado de fora e já houve várias tentativas de resolução do problema por parte da Câmara Municipal que, por diversas vezes, notificou a GNR, segundo nos tem sido relatado nas reuniões da Assembleia Municipal.

O sistema de videovigilância do ecocentro de São Sebastião está ativo há alguns meses e procedeu-se a uma extraordinária iluminação daquele espaço, que mais parece um aeroporto, contrastando até com a iluminação pública de algumas ruas onde temos alguma falta de segurança.

A verdade é que todas as ações desenvolvidas até agora se têm revelado infrutíferas. Apesar do sistema de videovigilância, o ecocentro da vila de São Sebastião continua a ser alvo de depósito de resíduos indevidos por parte de empresas pequenas, médias e até de algumas de maior dimensão que, não só quebram as regras que aceitaram quando iniciaram atividade, como prejudicam as receitas municipais, não pagando para depositar os resíduos no local apropriado; praticam concorrência desleal perante as empresas que cumprem e contribuem para o aumento das despesas municipais na recolha daqueles mesmos resíduos. Estamos

perante um assunto sério que urge ser resolvido, por isso as multas devem ser aplicadas de forma eficaz e não perdoadas.

Um outro assunto que aqui trago tem a ver com algas, já que fomos mais uma vez vítimas da infestação asiática que, segundo parece, demorará pelo menos dez anos a ser controlada. Como teve início há cerca de quatro anos, estamos ainda na curva crescente, o que significa que a infestação durará mais seis ou sete anos, e tudo indica que este ano será pior do que o anterior porque tivemos uma grande acumulação de algas no solário dos Salgueiros.

Quero agradecer a amabilidade da senhora vereadora Sónia Ferreira por ouvir as minhas chamadas de atenção e ter mandado efetuar uma recolha de algas na sexta-feira da semana passada. Foi feita uma limpeza nos Salgueiros e na Salga, que hoje estava terrível, segundo uma fotografia que recebi. O problema é grave e não se limita às zonas balneares. Não sei se a recolha é feita sempre que necessário ou de forma periódica e se existe um plano para limpeza das zonas de calhau adjacentes às zonas balneares, mas a verdade é que as algas em estado de putrefação exalam um cheiro muito forte e talvez fosse bom tentar perceber se é prejudicial à saúde. Há habitações perto dessas zonas de acumulação de algas, o cheiro afeta também os moradores de Rua de São João na vila de São Sebastião perto da fronteira com o Porto Martins, e teme-se que se torne ainda mais forte daqui a dias com a vinda do calor. Infelizmente, devido aos custos exacerbados, a Junta de Freguesia de São Sebastião não pode proceder à remoção dessas algas.

Sra. presidente da Câmara: – Procedemos à limpeza do ecocentro de São Sebastião na quarta-feira e na quinta-feira estava igual; voltámos a limpar na quinta-feira, hoje estava na mesma. Aquele ecocentro deixará de funcionar durante 24 horas e serão feitas outras alterações significativas relativas a outros aspetos de sinalização e vigilância.

Quando não há civismo, temos que atuar de outra maneira, em especial a respeito do ecocentro de São Sebastião, que é o caso mais complicado. As coimas vão aparecer porque as pessoas têm que aprender. Temos que recolher tudo o que ali é depositado por essas grandes empresas, por isso é que as transferências do município para a TERAMB têm vindo a aumentar ao longo do tempo. Os empreiteiros devem depositar os materiais no local certo, que é a TERAMB. Tenho pena de o dizer, mas infelizmente as pessoas vão passar a perceber da pior maneira com a aplicação de coimas, porque estamos a atingir o ponto de saturação.

De acordo com as informações que o chefe de divisão Samuel enviou à vereadora Sónia, a situação está terrível no ecocentro de São Sebastião, que também recebe resíduos do concelho da Praia da Vitória. Não é justo estarmos a transferir verbas de 900 mil euros para a TERAMB para uma recolha de resíduos que não é da nossa responsabilidade. A videovigilância e as comunicações às autoridades não estão a ser suficientes, por isso vamos ter que optar por outros mecanismos para mitigar estes problemas.

No que respeita às zonas balneares, o documento da atividade municipal relata o que vamos fazendo ao longo do tempo, incluindo a remoção de algas, limpeza de limbos, etc. Cada limpeza que fazemos custa-nos cerca de 1500 euros e não podemos chamar uma empresa

sempre que surja um problema, por isso vamos abrir um concurso por um determinado valor para dispormos dos serviços de uma empresa que atue de imediato na limpeza das zonas balneares, ou seja, as áreas que são da nossa responsabilidade. Sei que as juntas de freguesia não dispõem de recursos financeiros nem humanos para esse fim, por isso vos disse que estamos a trabalhar num conjunto de zonas balneares, e a abertura deste concurso também fará com que permaneçam limpas durante a época balnear.

Sra. d. m. Michéle Aguiar: – Vou dividir a minha intervenção em duas partes, sendo a primeira muito breve e sintética relativa à situação financeira do município, e a segunda acerca de algumas questões da atividade municipal, que gostaria de ver respondidas.

O que mais se destaca nos documentos que nos foram apresentados é a continuidade de projetos herdados, enquanto os novos projetos previstos para terem início em 2026, têm baixa ou nenhuma execução, e alguns eixos estratégicos como a transição digital e a eficiência energética, não foram iniciados ou arrancaram a um ritmo mais lento.

O documento da atividade municipal é efetivamente muito extenso. A Câmara Municipal tem uma atividade intensa e intensiva e, a meu ver, não seria necessário refletir neste relatório o número de lançamentos contabilísticos realizados.

Ao fazer uma leitura do documento, verifiquei que houve uma ação de limpeza na zona industrial, já após o dia 31 de março, o período a que se refere este relatório. Assim como em ocasiões anteriores, reparei que havia muito plástico acumulado nas bermas, ou seja, junto aos limites da via pública. A minha sugestão é que haja alguma fiscalização porque todo aquele plástico resulta da operação diária das empresas que ali operam. Como estão ao lado da TERAMB, possuem todas as condições para procederem à reciclagem e não há motivos para largarem resíduos espalhados por ali ao ar livre sujeitos aos elementos e esvoaçando por toda a zona industrial.

No relatório da atividade municipal consta também uma instalação e manutenção no sanitário automático do Bailão, que ainda não estava funcional na última vez que lá fui.

Uma outra situação que verifiquei com bastante agrado neste relatório, foi a aquisição do edifício do hospital velho. Pergunto se foi conseguido um bom preço, já que, segundo a informação prestada numa anterior sessão desta Assembleia, os valores eram proibitivos.

Ainda na área dos imóveis, é referida a doação do parque de estacionamento sito à Canada dos Melancólicos; gostaria de saber se se trata do mesmo terreno que está envolvido no impasse entre a autarquia e o Governo Regional.

Solicito ainda informações acerca dos motivos do adicional que foi celebrado ao contrato referente às empreitadas das dezoito habitações na Carreirinha e das 31 habitações no Terreiro em São Mateus.

Verifiquei também que, no âmbito da contratação pública, houve um novo contrato no âmbito dos audiovisuais. Anteriormente a VITEC fazia uma cobertura integral das nossas sessões da Assembleia Municipal e no final recolhia os testemunhos dos líderes dos grupos e das representações municipais, o que atualmente não acontece, por isso pergunto se houve alguma alteração ao contrato ou se se trata de uma iniciativa da própria empresa.

Sra. presidente da Câmara: – A situação relativa aos audiovisuais não tem a ver com o contrato das transmissões das sessões da Assembleia Municipal; diz respeito às transmissões da VITEC, da missa da Igreja da Sé ao domingo e a eventos da Câmara Municipal que acontecem neste salão nobre.

No que toca ao parque de estacionamento da Canada dos Melancólicos, havia um compromisso do Governo Regional no sentido de o mesmo ser transferido para a Câmara Municipal, o que nunca se concretizou, mas também não recebemos resposta negativa, por isso a negociação continua em aberto.

Quanto à situação do edifício do hospital velho, eu já tinha dado por esse erro, que tem que deixar de constar no documento. Foi transmitido ao proprietário que o município não tencionava adquirir o edifício pelos valores que estavam a ser solicitados, o que voltámos a referir de forma clara em reuniões que decorreram há relativamente pouco tempo a respeito do assunto. Temos grandes investimentos em curso no concelho, alguns transitados do mandato anterior como, por exemplo, a obra do Mercado Municipal orçada em doze milhões de euros, que vai atingir valores superiores de acordo com as revisões de preços que temos vindo a receber. A aquisição deste edifício não constará no próximo relatório da atividade municipal e penso que o proprietário está já a procurar outras soluções.

Elaborámos o estudo económico e preparámos o loteamento, assim como os projetos de arquitetura e de especialidade, e estamos prontos para lançar os concursos referentes à construção das quarenta novas habitações. Estamos também a proceder aos estudos financeiros para lançarmos os concursos relativos a outros compromissos que constam no nosso manifesto eleitoral.

Não podemos executar em seis meses o que está previsto para quatro anos de mandato. Assim como no ano passado, lembro que temos um investimento superior a 34 milhões de euros e vamos lançando as obras, procurando manter equilibradas as contas desta Câmara Municipal. Em primeiro lugar, vamos concluindo as obras do mandato anterior, para depois darmos início a novas obras, como já vai acontecendo a vários níveis.

Respondendo à questão colocada pela senhora deputada Michéle Aguiar a respeito dos plásticos espalhados pelo parque industrial, posso informar que há uma fiscalização da parte da GNR. Na última reunião que tivemos com o senhor secretário regional do Ambiente e Ação Climática, foi-nos transmitido que os níveis de reciclagem na ilha Terceira são de apenas 20 %, o que significa que todos temos muito trabalho a fazer e tem que haver uma maior consciencialização da população para a importância da reciclagem.

A TERAMB continua a receber muitos resíduos indiferenciados misturados com outros materiais que deveriam ser reciclados. Existe uma intenção de investimento da parte do Governo Regional no tratamento mecânico e biológico, que poderá contribuir imenso para este trabalho de triagem dos materiais que vão para reciclagem, mas a população tem que perceber a importância da reciclagem e das questões do ambiente, que não podem ser apenas imputadas às entidades. Fazemos o que nos é possível, mas cada um deve ser responsável por não atirar a ponta do cigarro ou o papel para o chão, algo com que nos

debateamos diariamente na cidade, assim como à volta do parque industrial ou junto aos ecocentros. Apesar das campanhas, temos taxas de reciclagem de apenas 20 %, valores que poderão ser também confirmados pelo senhor deputado André Castro.

Estamos muito preocupados com o nosso passivo ambiental. Há dias visitámos a TERAMB juntamente com o senhor secretário e foi assustador vermos o que lá chega, em vez de seguir para a reciclagem. Assim como a GNR, também temos que fazer o nosso trabalho de fiscalização, mas cada um deve depositar o lixo nos diversos ecopontos que estão disponibilizados para o efeito. Estamos a fazer um investimento considerável superior a 600 mil euros em ecopontos, oleões e tudo o que é necessário para reciclagem, e mesmo assim a população não percebe. Fico muito preocupada por saber que chegam à TERAMB, garrafas de gás e animais misturados com os resíduos indiferenciados.

Todos temos que fazer passar a mensagem para o exterior, caso contrário, vamos continuar na mesma sem cumprir as metas que estão definidas pelas entidades competentes, nem cuidar do ambiente para as gerações futuras.

As instalações sanitárias do Relvão demonstram mais uma vez a falta de civismo da população. Comprámos um equipamento que foi danificado por diversas vezes, o que nos obrigou a mandar vir material do exterior. Está de novo a funcionar mas, para ser sincera, não sei por quanto tempo, dependendo da utilização que as pessoas fazem dos equipamentos.

Tenho pena que haja tanta falta de civismo e que estas coisas aconteçam na era em que vivemos. Há um funcionário nosso que se levanta muito cedo todos os dias para que possamos ter a cidade limpa, o que é reconhecido por quem nos visita, mas ainda não está como gostaríamos. Ainda ontem reuni com o Instituto Histórico para, em conjunto, programarmos uma ação em termos de educação para o património, mas vamos continuar na mesma, se cada um não cumprir com a sua parte.

Sr. d. m. José Bernardo: – As algas são um excelente fertilizante para a agricultura. Mandei um dos meus colaboradores apanhar um balde de algas ali em frente à Vila Maria para pôr no meu prédio. Passou um carro da polícia marítima, que abordou o meu funcionário, e ele teve que despejar o balde das algas. Os agentes ameaçaram-no, dizendo que sofreria uma coima se o voltasse a fazer. Para apanhar algas, é preciso ir à capitania pedir uma autorização. Meus senhores, é o que temos.

Sra. d. m. Honória Leandro (presidente da J. F. do Porto Judeu): – Boa tarde senhor presidente e restantes membros da Mesa, senhora presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores deputados municipais, caros colegas presidentes de juntas de freguesia.

Gostaria de dar uma achega à intervenção do meu colega presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião, dando os parabéns à Câmara Municipal por ter procedido à remoção das algas, apesar da limpeza das zonas balneares fazer parte da delegação de competências nas juntas de freguesia. A zona balnear do Porto Judeu não tem sido muito atingida por algas, ao contrário do que aconteceu no porto das pescas, onde as pessoas não podem sequer atravessar a pé.

Quero agradecer a atitude da Câmara Municipal para com todas as juntas de freguesia. Não me referindo a todas as secretarias, gostaria que houvesse este tipo de atenção da parte do Governo Regional, lembrando que a freguesia do Porto Judeu tem sido muito lesada.

Sr. d. m. Délio Borges: – Senhora presidente da Câmara, tendo em conta a sua revolta em relação a algumas beatas que encontra pelo caminho, não resisto em perguntar-lhe se alguma vez a Câmara Municipal multou algum cidadão, já que o pode fazer.

Quanto aos projetos que vêm do mandato anterior, solicito um ponto da situação relativamente ao processo de contratação dos conteúdos multimédia para o Centro Interpretativo de Angra do Heroísmo e pergunto por onde anda a nossa embaixadora da ilha Terceira, que nunca mais a vimos, qual D. Sebastião desaparecido entre as brumas. Como sabemos, a política de promoção do concelho, da ilha e da região tem vários atores responsáveis, assim como o município tem a sua cota-parte naquilo que entende como estratégia de promoção do concelho.

Sra. presidente da Câmara: – Está a decorrer neste concelho, um investimento muito grande com fundos próprios do município. Lembro mais uma vez a obra do Mercado Municipal, orçada em doze milhões de euros, e também a habitação social, investimentos que temos que ir escalonando ao longo do tempo.

O Centro Interpretativo não está esquecido. Como já foi explicado numa data anterior, houve mais de um ano de preparação dos conteúdos, que foram solicitados a diversas entidades. Temos já instalados equipamentos na primeira sala e estamos a aguardar a vinda de uma equipa da MEO.

A parte do projeto está pronta para a transição digital num valor superior a 2,6 milhões de euros, um compromisso que tencionamos cumprir sem financiamento de quaisquer fundos europeus, e estamos a preparar uma candidatura para aferirmos da possibilidade de algum financiamento da parte do Turismo de Portugal. O auditório tem sido bastante utilizado e a livraria do município está também a funcionar. Foi aberta uma hasta pública para exploração da cafetaria, mas devido à desistência da pessoa que concorreu, vamos lançar um novo concurso. Esperamos ter brevemente em funcionamento a primeira das restantes salas, que serão divididas por épocas da nossa história com temas alusivos ao nosso povoamento, à fauna, à flora, etc.

A embaixadora da ilha Terceira partiu de uma proposta que nos foi feita pela Câmara do Comércio com base no protocolo que estabelecemos anualmente para promoção do «Destino Terceira», incluindo a sua presença na BTL, o que não chegou a acontecer. Apesar de se ter previamente comprometido, após a primeira visita da embaixadora, a Câmara Municipal da Praia da Vitória informou que já não a aceitaria; no entanto, estará de novo presente na ilha Terceira pelas Sanjoaninas e fará mais algumas publicações sobre o concelho de Angra do Heroísmo. Passados seis meses, a Câmara do Comércio terminará o contrato de um ano que tinha celebrado com esta embaixadora.

O erário público tem que ser usado adequadamente e não desta forma, uma situação que tenho abordado permanentemente com a Câmara do Comércio, porque não aceito pagar

a uma embaixadora que não promove a nossa ilha. Não tendo sido escolhida por nós, aceitámo-la pelo número de visualizações das suas publicações e pelo impacto da telenovela da SIC que foi gravada na ilha Terceira, mas as coisas não correram bem. Voltará a fazer alguns trabalhos nos próximos meses e depois fica sanada de vez esta situação da embaixadora que, para nós, não faz qualquer sentido. Faria mais sentido, uma embaixadora da ilha Terceira que trabalhasse os dois concelhos, como tinha sido previamente transmitido à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo. No seguimento da decisão da Câmara Municipal da Praia da Vitória, depois das Sanjoaninas, também se acabará para nós a história da embaixadora.

Sr. d. m. José Toste: – Apetece dizer que ficámos com meia embaixadora, que era suposto ser para a ilha toda, mas acabou por representar um só concelho, aquele que se chegou à frente com a verba para o pagamento de um contrato de um ano que, afinal, vai durar apenas seis meses. Ainda assim, espero que a embaixadora esteja a «embaixar», ou seja, a fazer o seu trabalho de promoção fora da região nas suas redes sociais, onde foram vistas fotografias muito bonitas, e após estes seis meses haja consenso entre os dois municípios para se encontrar uma embaixadora ou um embaixador que promova condignamente toda a ilha Terceira e não apenas cada um dos dois concelhos.

É bom que este tipo de historietas e *fait divers* sejam postos de parte, que a relação entre os dois concelhos da ilha Terceira seja mais sólida e se obtenha resultados mais concretos. Não percam tempo com situações típicas de telenovelas, que não se querem imiscuídas nas relações entre instituições com a credibilidade que merecem ambos os municípios da ilha Terceira e a Câmara do Comércio e Indústria de Angra do Heroísmo.

Passando à situação do parque de estacionamento da Canada dos Melancólicos há pouco referida, na altura foi dada nota pública que esta mudança de propriedade resulta da contrapartida de um investimento assumido pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo. Em caso afirmativo, importa clarificar de que investimento se trata e quando o mesmo foi concluído, porque não me parece que o atraso ou demora do Governo Regional neste processo se deva a incumprimentos da parte do município.

Sra. presidente da Câmara: – Esqueci de o referir quando há pouco falei da Canada dos Melancólicos. Havia um acordo em que asfaltariamos a área exterior do Centro de Saúde e em contrapartida era-nos cedido aquele espaço para um parque de estacionamento. Como é nosso princípio, assumimos o nosso compromisso, procedemos ao asfaltamento da área em causa e falta a parte do Governo Regional. Existem ali casas que poderiam beneficiar de obras e servir também para acomodar os médicos que pretendam fixar-se na região. Segundo o compromisso que foi assumido, o município asfaltaria a via do Centro de Saúde e o parque passaria para a posse do município, o que não aconteceu.

Sra. d. m. Michéle Aguiar: – Julgo que uma das minhas intervenções não foi bem interpretada. Falei no adicional ao contrato de empreitada e não me estava a referir à construção das quarenta novas habitações, porque não é humanamente possível concretizar

o projeto e concluir a sua construção em seis meses. O que pergunto é a respeito do motivo do adicional, ou seja, se houve a necessidade de trabalhos a mais ou uma derrapagem financeira.

Sra. presidente da Câmara: – Peço desculpa à senhora deputada e agradeço a sua intervenção, porque me esqueci de responder a essa parte. O adicional ao contrato acontece devido à necessidade de trabalhos complementares no decorrer das obras, principalmente nos bairros do Terreiro em São Mateus e na Carreirinha. Foi necessário proceder a algumas melhorias ao nível da cobertura e outras situações que tiveram que ser colmatadas.

Uma vez que o PRR está com taxas de financiamento bastante aquém do que se esperava, foi feito ao IHRU, um pedido de reprogramação para acomodar estes trabalhos complementares. Nestas obras dos bairros sociais, além dos trabalhos complementares, existem também trabalhos a menos e revisões de preços.

A informação sobre a atividade municipal foi considerada apreciada pela Assembleia Municipal. (21/2026/AMAH).

Interrupção dos trabalhos para almoço.

1.2 – Int. 13382 - Documentos relativos à prestação de contas da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo relativos ao exercício de 2025. Para apreciação e votação da Assembleia Municipal em conformidade com o estabelecido na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, organizados de acordo com as instruções do Tribunal de contas que constam da instrução 1/2019 de 6 de março, as quais se encontram elencadas no anexo II e integralmente elaborados.

Os documentos de prestação de contas de 2025 apresentam a seguinte informação:

- O balanço apresenta um ativo no montante de 188 868 381,29 €, um património no valor de 160 201 950,80 € e um passivo no valor de 28 666 430,49 €.
- A demonstração dos resultados apresenta 33 645 754,84 € de rendimentos, e gastos no montante de 37 687 759,42 €, o que se traduz num resultado líquido negativo de 4 042 004,58 €.
- A demonstração dos fluxos de caixa apresenta pagamentos no total de 48 389 215,32 € e recebimentos no montante de 52 139 265,73 €.
- Os mapas de desempenho orçamental refletem um total de despesa paga de 48 103 722,98 € e de receita liquidada de 52 203 269,65 €.
- O saldo inicial de operações de tesouraria ascendia a 338 367,10 €, enquanto o saldo inicial de operações orçamentais ascendia a 373 721,47 €. O saldo final de operações de tesouraria ascende a 362 592,31 € e o saldo final de operações orçamentais ascende a 4 099 546,67 €.

- O valor do saldo de gerência para 2026 é de 4 099 546,67 €.
- O resultado líquido negativo é (-4 042 004,58 €) e este valor é o resultado transitado.

Sra. presidente da Câmara: – Estas contas foram sujeitas a uma auditoria pela entidade fiscalizadora antes de serem apresentadas em reunião de Câmara e posteriormente à Assembleia Municipal, ou seja, o Revisor Oficial de Contas emite um parecer favorável sem reservas às contas que hoje vos apresentamos, reforçando a credibilidade da informação financeira e o rigor da gestão municipal.

O ano 2025 foi marcado por um elevado investimento que totalizou 34,5 milhões de euros e terminou com um saldo de gerência superior a quatro milhões de euros, resultante das transferências que estavam em atraso e foram feitas pelo IHRU nos dias 28 e 29 de dezembro. As depreciações aumentaram de quatro para 6,7 milhões de euros desde o ano 2020 e em termos contabilísticos fazem com que o resultado líquido seja de -4 042 004,58 €. No dia 31 de dezembro de 2025 tínhamos no banco, mais de quatro milhões de euros e as depreciações são amortizações que decorrem do grande investimento que se fez no concelho. Aumentou-se o património, mas há uma desvalorização anual dos diversos ativos que executamos.

Houve um reforço de transferência de verbas para clubes desportivos, associações culturais, instituições de solidariedade social e o pagamento de indemnizações às empresas que exerciam atividade no Mercado Duque de Bragança, além das transferências para a TERAMB. Chegámos ao final do ano com uma execução de despesa de 78 % e uma execução de receita de 85 %.

Gostaria de realçar uma situação que me preocupa, já referida em reunião de Câmara e transmitida às entidades governamentais com competência nessas áreas. Estou a falar de valores superiores a novecentos mil euros que temos a receber do Governo Regional dos anos 2024 e 2025 referentes a empréstimos antigos para a compra de habitação, o que nos obriga a proceder a alterações orçamentais durante o ano, além do valor do IVA que está inscrito no Orçamento de Estado de 2025 e também não foi transferido pela Direção Regional da Cooperação com o Poder Local. Tenho insistido com as secretarias do Governo Regional com competências nestas matérias, mas ainda não obtive qualquer resultado.

Quero referir ainda que, nos últimos tempos, temos sido confrontados com muitos pedidos de apoio da parte de diversas instituições, que não são exclusivos do ano 2025. Na antepenúltima reunião de Câmara aprovámos apoios no valor de 2,3 milhões de euros e de mais de oitocentos mil euros para as instituições, destinados a obras, equipamentos e publicação de livros, ações que continuaremos a levar a cabo nos próximos quatro anos, porque sabemos que as entidades vão precisando de fazer obras nas suas instalações. Tal como aconteceu em dezembro do ano passado, muitas vezes os clubes de futebol dependem destas transferências para se deslocarem nas competições a nível nacional. Tive oportunidade de referir há pouco na apresentação da atividade municipal, os aumentos significativos no apoio à melhoria das condições de habitação e ao arrendamento.

Lembro que temos a possibilidade de um nível de endividamento até 42,2 milhões de euros. Em caso de necessidade, a Câmara Municipal de Angra poderá recorrer à banca e fazer um empréstimo para construção de habitação ou outros projetos de interesse para o concelho. Recordo que a dívida própria anda à volta de oitocentos mil euros, já que a restante é dívida excluída e deveria ser paga com as transferências que há pouco referi relativas a 2024 e 2025. A Câmara Municipal tem procedido aos respetivos pagamentos e precisa de ser ressarcida desses valores.

Esta prestação de contas deve ser analisada a vários níveis e não de forma simplista, porque consta nos mapas, um endividamento que não é efetivo. Dando um exemplo, ao recebermos um adiantamento do IHRU relativo à habitação social, o valor entra como dívida até que seja apresentada a despesa que o justifique, e o mesmo acontece relativamente a outras despesas.

As nossas contas estão completamente equilibradas. Chegámos ao final do ano com um saldo de gerência superior a quatro milhões de euros e se excluirmos as depreciações no valor de sete milhões, ficamos com um resultado líquido superior a três milhões de euros.

Sra. d. m. Guilhermina Silva: – Em 2025, o grupo municipal da Coligação apresentou três projetos, dos quais, dois foram aprovados para integrarem o orçamento municipal: o projeto-piloto da Rede Municipal de ATL e a descentralização da oferta cultural pelas dezanove freguesias do concelho. A senhora presidente da Câmara pode informar-nos acerca da execução financeira destes dois projetos?

Sra. presidente da Câmara: – A rede de ATL não está incluída no manifesto eleitoral do atual mandato por não ser uma competência desta Câmara Municipal que, em 2025, apoiou projetos ATL no concelho, como o pode confirmar o senhor presidente da Junta de Freguesia de São Bartolomeu de Regatos. A Câmara Municipal transferiu a verba necessária para que a Junta de Freguesia pudesse realizar obras na escola e concretizar o projeto ATL, que aguarda a contratualização de vagas da parte da Secretaria Regional da Solidariedade Social. A Câmara Municipal de Angra do Heroísmo fez um investimento significativo para que aquela escola tivesse as condições necessárias para receber um ATL, à semelhança de outras intervenções que tem feito ao nível das coberturas em diversas escolas do concelho que são propriedade sua e onde também funcionam ATL.

As redes ATL são, no nosso entender, da competência do Governo Regional. O nosso mandato eleitoral não contém uma única linha a indicar que pretendemos implementar uma rede ATL. Vamos continuar a colaborar com as juntas de freguesia do concelho, tal como acontece com a escola das Cinco Ribeiras, onde vai com certeza funcionar um ATL quando se fizer a obra.

No que diz respeito à descentralização, já no mandato anterior tivemos a preocupação de descentralizar a cultura pelas dezanove freguesias do concelho. Lembro o espetáculo que se preparou para que o 25 de abril fosse celebrado em todas as freguesias e não apenas na cidade de Angra do Heroísmo, apesar de as pessoas não terem aderido da maneira de que gostaríamos.

A «Mostra de Teatro a Noroeste» funciona nos Altares, Raminho e também nos Biscoitos, porque a Câmara Municipal apoia o teatro nas freguesias a 100 %, assim como acontece quando uma filarmónica pretenda realizar um espetáculo na sua freguesia; é a este nível que atuamos, apoiando as freguesias do concelho.

Não consta nesta prestação de contas, mas temos um projeto que será apresentado à Assembleia Municipal para que o seu regulamento seja aprovado, tal como um outro que decorrerá a partir do dia 28.

Queremos as nossas freguesias ativas, por isso não as esquecemos em termos culturais. O festival de bandas que acontece no Porto Judeu é também financiado pela Câmara Municipal, assim como muitas outras atividades que decorrem nas diversas freguesias do concelho.

Sr. d. m. André Castro: – Os documentos financeiros do município de Angra do Heroísmo relativos a 2025 merecem alguma atenção e prudência da nossa parte, sobretudo no impacto das contas do próximo exercício.

Não obstante as explicações da senhora presidente da Câmara, é importante olhar para estes dados com sentido de responsabilidade, comparando aquilo que foi planeado com a efetiva execução. Nesse sentido, surgiram-nos algumas dúvidas e preocupações que, no nosso entender, devem ser tidas em conta.

O documento previsional para 2025 apontava um resultado positivo na ordem de 1,7 milhões de euros, enquanto a execução agora apresentada revela um resultado negativo superior a quatro milhões de euros, uma diferença relevante que implica algum cuidado porque se verifica um crescimento significativo da despesa sem um acompanhamento da receita. Observa-se também alguma pressão ao nível da liquidez com um aumento dos prazos de pagamento aos fornecedores e uma maior exigência nas operações de tesouraria.

Consideramos positivo, o facto de o município apresentar um saldo de gerência para 2026 de valor superior a 4,4 milhões de euros, o que revela uma margem financeira acumulada e alguma capacidade de resiliência ao longo do tempo. Ainda assim, reforçamos a importância de assegurar um controlo mais cuidado e rigoroso na despesa corrente de forma a evitar desequilíbrios, o que se verifica nesse exercício. É fundamental que esta margem financeira seja acompanhada com prudência e uma gestão equilibrada. Não obstante o que a senhora presidente da Câmara já nos explicou, é importante compreender os fatores que levaram a este desvio e assegurar as medidas adequadas para reforçar o controlo da despesa, garantindo um maior equilíbrio nos próximos exercícios.

Importa também enquadrar aqui a atual dependência de transferências externas e a existência de uma menor expressão de receita própria, justificável em parte e associada à execução dos programas relevantes financiados pelo PRR e pelo 1.º Direito. Sendo naturalmente importantes para o desenvolvimento do concelho, esperamos que estes programas não venham comprometer a autonomia financeira do município.

Mais do que fazer críticas ou apontar o dedo, só porque sim, o que se pretende é contribuir para uma análise rigorosa e construtiva. É fundamental que o planeamento

financeiro seja realista e acompanhado pelo devido controlo. Acreditamos que ainda vamos a tempo de levar as coisas a bom porto e garantir uma maior previsibilidade e sustentabilidade da gestão financeira do município.

Sra. presidente da Câmara: – É importante esclarecer que não existe nenhum desequilíbrio financeiro no município de Angra do Heroísmo, quando terminámos o ano com um saldo de gerência superior a quatro milhões de euros. Tivemos uma situação mais complicada no último trimestre do ano, que levou a que alguns pagamentos ultrapassassem os prazos dos sessenta dias previstos nos contratos, porque não foram feitas as transferências a que temos direito da parte do IHRU e do Governo Regional. É inadmissível que até ao final de 2025 não tenham sido feitas as transferências para o município de Angra, incluindo as de 2024. O valor que o Governo Regional nos deve neste momento já ultrapassa um milhão de euros, para não falar do IVA que ainda não recebemos, inscrito no Orçamento de Estado de 2025.

Queremos uma gestão financeira equilibrada e muito temos feito, substituindo-nos muitas vezes ao Governo Regional. As próprias pessoas dizem que se realiza o FOLK AZORES, o ANGRAJAZZ ou até a mostra de teatro que há pouco referi, porque o município de Angra avança com as verbas. Queremos cultura na nossa terra e melhorar a vida e as condições de habitação das pessoas do nosso concelho. Como já vos disse, temos aumentos significativos nos valores de apoio ao arrendamento e não vi nenhuma outra entidade fazer obras no concelho em termos de reabilitação de habitações.

Há pouco tive a oportunidade de dizer que o resultado líquido negativo não pode ser visto de uma forma simplista porque houve um investimento superior a 35,4 milhões de euros neste concelho; aumentou-se o património do município e aumentaram também as depreciações, mas é um dinheiro que não sai. Retirando as depreciações, temos um resultado líquido positivo de mais de 3,6 milhões de euros e não há aqui desvio nenhum.

Se bem se lembram, esta Assembleia aprovou um empréstimo de dez milhões de euros para a habitação no âmbito do PRR, mas temos assegurado o pagamento aos empreiteiros com fundos próprios do município. Não fomos ao banco buscar um só euro desse empréstimo, mas talvez o façamos devido aos atrasos nos pagamentos do IHRU. Tivemos uma situação de quatro faturas que ultrapassaram o prazo de pagamento naqueles três meses em que não recebemos transferências do Governo Regional nem do IHRU.

As alterações orçamentais acontecem neste município, assim como noutras entidades. Se temos que dar resposta a situações que vão acontecendo e não recebemos a tempo o que nos é devido, temos que fazer a transferência de classificações económicas, uma prática corrente em todas as entidades, incluindo o Governo Regional, que há tempos o fez entre secretarias.

Não há aqui nada de anormal, nem se pode ver este resultado negativo de forma simples. O investimento que se fez está à vista de todos, apesar de não recebermos as transferências no devido tempo, e refiro-me ao ano 2024.

Não estou a dizer nada aqui, que não tenha transmitido previamente à senhora secretária regional e ao senhor diretor regional. Uma câmara municipal não tem que apresentar lucros; deve gerir com rigor o seu orçamento e servir as populações.

Sr. presidente da Mesa: – No caso, até deu lucro.

Sr. d. m. Délio Borges: – Peço à senhora presidente da Câmara que me esclareça se há pagamentos em falta, que já deveriam ter sido efetuados, ou se o IHRU avançou com algum adiantamento.

Quanto às dívidas de outras entidades para com a Câmara Municipal de Angra, nomeadamente as transferências do Governo, é bom fazer um bocadinho de história; talvez o seu antecessor se lembre dessa guerra e do que foi negado às câmaras municipais dos Açores, nomeadamente a sua cota-parte do IVA. Os atuais governos já assumiram esse compromisso, e se há pagamentos em falta, os mesmos deverão ser regularizados.

As contas da Câmara Municipal estão tecnicamente em condições e as respetivas instituições validarão a sua legalidade. Da nossa parte, nada temos a apontar, mas esta prestação de contas reflete as opções políticas deste executivo.

Perante a preocupação da senhora presidente relativa à tesouraria da sua Câmara Municipal e à necessidade de encontrar fundos para responder às carências diárias dos munícipes, não posso deixar de colocar aqui à discussão um número muito interessante: os 653 mil euros referentes a rendas da habitação social em atraso. Perante este comportamento reiterado, é caso para perguntar o que a Câmara Municipal está disposta a fazer para recuperar este valor. Conseguimos perceber que havia a expectativa inicial de uma cobrança de cerca de 150 mil euros, quando temos em atraso mais de 600 mil, o que significa que temos em média quatro anos de rendas em atraso. Para além dos valores de 2025 que foram pagos, dos tais 653 mil euros em atraso, apenas foi possível recuperar cerca de 30 mil.

Quando falamos da responsabilidade de uma câmara municipal que tem feito um trajeto de investimento na habitação, superior a quinze milhões de euros, que sinal estamos a dar à sociedade e aos munícipes? Estamos a incentivar e a alimentar discursos extremistas de falta de responsabilidade e da necessidade de um equilíbrio entre direitos e deveres dos cidadãos, um assunto que é recorrente.

O bom português, com a sua sabedoria, costuma dizer que deveríamos ter eleições todos os anos devido à necessidade de obras e da concretização dos anseios da população. Tendo em conta que, 2025 foi um ano de eleições autárquicas, preocupa-me que tenha eventualmente existido algum afrouxamento nas rendas em atraso. Tratando-se de um valor superior a 600 mil euros, pergunto que medidas estão pensadas no sentido de recuperar os atrasos das rendas da habitação social.

Sra. presidente da Câmara: – Não posso admitir que se fale em termos eleitorais, uma afirmação que não deve ser proferida. O povo voltou a confiar em nós, fomos eleitos para governar durante quatro anos, e todos começámos a trabalhar desde o primeiro dia. Estamos

aqui para governar e prestar contas àqueles que nos elegeram e também a quem não votou em nós.

Há pouco falei do IVA que está inscrito no Orçamento de Estado do ano 2025, mas não foi transferido e não me referia a situações anteriores. Temos a decorrer investimento na habitação num valor superior a 35 milhões de euros, estão concluídos onze dos treze bairros e o IHRU pagou-nos até ao momento, dezoito milhões de euros, incluindo adiantamentos. É lógico que o IHRU faz adiantamentos mas, neste momento, está a dever-nos mais de 2,3 milhões de euros e talvez nos fique a dever mais a partir de amanhã porque estamos constantemente a investir.

Relativamente às dívidas, como já tive oportunidade de o dizer em sessões anteriores desta Assembleia, temos estado a desenvolver um trabalho de bastante proximidade e a fazer um investimento considerável nos bairros sociais, porque queremos mudar completamente o paradigma que se vivia anteriormente. Queremos acompanhar as famílias e ser exigentes em relação ao pagamento de dívidas.

Para que vejam o trabalho que estamos a fazer junto dos nossos inquilinos, há relativamente pouco tempo, o valor que tínhamos em dívida dos bairros sociais era de pouco mais de cem mil euros. Não queremos facilitar a vida a uns e não a outros, nem continuar com os valores em dívida que temos tido ao longo dos tempos. Sabemos que há situações difíceis, temos processos em execução final e muitos desses valores constam em planos de pagamento, um direito que as pessoas têm.

Estamos a monitorizar diariamente as dívidas. Faço questão de estar junto das pessoas quando regressam às suas casas e temos dito nas reuniões, que não se admite que haja rendas em atraso, incluindo nos espaços comerciais. Temos feito um trabalho bastante rigoroso no que diz respeito à habitação social e a situação tem vindo a melhorar.

Como se pode constatar pelo mapa, desde 2020 temos aumentado as transferências de subsídios correntes, que já ultrapassam os oito milhões de euros. As diversas instituições vão-nos solicitando apoios, já que não os conseguem de outras entidades. São os impérios, as igrejas, as casas do povo, as sociedades, etc. O ano passado fizemos uma intervenção de fundo em várias sociedades do nosso concelho para que este ano pudessem receber as danças e bailinhos de carnaval. Falo da sociedade de São Sebastião, das Cinco Ribeiras e da Casa do Povo de São Bartolomeu, onde o carnaval estaria comprometido sem estas intervenções.

Abrimos concursos que vão aumentar também os gastos com pessoal e o absentismo em termos de horas de faltas por doença atinge os 39 %, na sua maior parte nos assistentes operacionais, o que nos leva a aumentar a despesa ao contratarmos serviços externos para o corte de ervas e outros serviços. Mesmo assim, chegámos ao final do ano com uma situação confortável e contas equilibradas, como é reconhecido pelo Revisor Oficial de Contas.

Não há aqui nada de eleitoralismo, basta acompanhar o nosso percurso desde 2020. Estamos aqui para servir as pessoas e não para tirar proveito de dinheiros públicos para outras quaisquer situações.

Sr. d. m. José Toste: – Julgava que todos, nesta sala, estavam mais ou menos consciencializados em relação aos problemas que os ATL podem trazer ao município, segundo as críticas de outras forças políticas responsáveis pela gestão de outras autarquias. Não queiramos importar para este concelho, os problemas da gestão municipal de ATL do município vizinho. Não tenho problemas em dizer que, um executivo municipal da Coligação herdou um problema com origem num executivo municipal do Partido Socialista e julgava que estávamos todos vacinados contra este tipo de compromissos, ideias ou propostas.

Voltando à questão da receita, a mesma encontra-se estabilizada em virtude de uma política de apoio às famílias deste município. Há cerca de doze anos que as taxas se têm mantido estabilizadas sem aumentos ao nível da água, com implicações na obtenção de receita da parte do município. A cada ano que passa, é maior a exigência e o rigor na gestão das verbas municipais para que seja possível manter esta política de apoio às famílias e de combate à inflação.

Foi sempre referida a grande política do município na manutenção dos valores cobrados em taxas; se existe a ideia da necessidade de um aumento da receita, pois que sejam apresentadas as devidas propostas. Devemos aumentar o preço da água ou os valores das taxas da gestão de resíduos, onde poderia haver um impacto no aumento das receitas?

Foi já aqui referido que a dívida dos bairros sociais, identificada em 653 mil euros, baixou para cerca de cem mil. Tratando-se de uma dívida dispersa por vários devedores, gostaria de ver o mesmo empenho a respeito da dívida à Câmara Municipal na ordem de um milhão de euros, oriunda de um só devedor que é o Governo Regional. Peço o apoio de todas as bancadas desta Assembleia para que tenhamos a capacidade de recuperar a dívida do Governo Regional, com a mesma eficácia e rapidez com que se recuperou a dívida dos nossos concidadãos que, infelizmente, ainda têm que viver em bairros sociais.

Importa sublinhar também que, antes das depreciações, o município apresenta um resultado positivo de cerca de 3,5 milhões de euros, o que demonstra que a atividade corrente gerou capacidade económica. O que pesa decisivamente no resultado final é, sobretudo, o valor das depreciações e amortizações no valor de cerca de 7,5 milhões de euros, o que significa que somos ricos em património, algo a valorizar e que tenderá a aumentar em 2026 e 2027, designadamente com a construção de quarenta casas. Infelizmente, esta rubrica das depreciações terá tendência a aumentar, mas por um bom motivo, porque temos património para depreciar.

Acresce ainda dizer que o ano 2025 ficou marcado por um acentuado desequilíbrio entre o financiamento do Governo Regional e o apoio deste município às entidades e coletividades da ilha Terceira. O que entrou de receita de IVA não foi suficiente para colmatar o que se gastou com associações e coletividades em virtude do desequilíbrio gerado pelo investimento que era feito pelo Governo Regional em determinados eventos, que passou a ser integralmente assumido pelo município de Angra do Heroísmo, refletindo-se nas contas de 2025.

A Câmara Municipal, e muito bem, tem prestado o seu apoio perante um aumento da pressão da parte das nossas associações e coletividades. No dia em que deixarem de acontecer, o ANGRAJAZZ ou o FOLK AZORES passarão a ser absorvidos por outras realidades e muito dificilmente se recuperará este tipo de eventos na ilha Terceira, com os custos daí resultantes.

Lembro ainda a importância da distinção entre o resultado contabilístico e a realidade operacional e financeira da autarquia. É mais ou menos consensual que o município não existe para gerar lucros, mas para prestar serviços públicos, manter infraestruturas, apoiar a comunidade e assegurar respostas às coletividades.

Uma nota também para as alterações orçamentais com um reforço verdadeiramente expressivo ocorrido nas transferências de subsídio de capital, que passaram de 19,5 para 30,7 milhões de euros. Do lado da despesa, a rubrica com maior expressão no orçamento corrigido continua a ser a aquisição de bens de capital, que passou de 25 milhões para cerca de 30 milhões de euros.

Não devemos chegar à conclusão que estas alterações têm um padrão eleitoralista, como há pouco aqui foi referido, e é preciso que fique claro que refutamos a ideia da existência de qualquer afrouxamento na cobrança das rendas dos bairros sociais porque estávamos em ano eleitoral, uma acusação profundamente lamentável.

Sr. presidente da Mesa: – A nossa discussão tem que se ater aos documentos e lembro o que está aqui escrito: «*O município teve uma receita de 52 milhões de euros e uma despesa de 48 milhões.*»

Sra. presidente da Câmara: – Ainda a respeito das rendas, já encontrei e disponho dos valores corretos. Nos documentos que vos foram apresentados, constam os planos de pagamento e as dívidas em execução fiscal, sendo a dívida efetiva de 160 445,31 €. Os planos de pagamento estão a ser cumpridos e não estamos a perdoar o pagamento da renda a nenhum inquilino. Temos uma lista de espera extensa e quem não cumpre, não tem direito a uma casa. Tem sido esta a minha maneira de atuar desde que entrei nesta Câmara Municipal há quase cinco anos com responsabilidades nesta área.

Já se falou aqui das tarifas de água e dos resíduos, que não sofrem aumentos há onze ou doze anos, mas temos em discussão pública, um regulamento referente a taxas urbanísticas, que também não estamos a aumentar, pensando nas dificuldades por que as famílias estão a passar neste momento. Como se pode verificar no relatório da atividade municipal, são muitos os pedidos que recebemos de cabazes de alimentos, além de outros apoios em termos de alimentação.

Sr. d. m. André Castro: – A minha intervenção foi no sentido de alertar para não cairmos em situações desagradáveis com estes resultados; contudo, e apesar das explicações da senhora presidente da Câmara, não posso deixar de referir que o prejuízo significa algum desequilíbrio financeiro.

Eu também gostaria que não tivesse que se substituir ao Governo Regional, mas não vejo qual é o problema, já que é para o bem do concelho e a Câmara Municipal está bem em termos financeiros. Tendo em conta a intervenção do senhor deputado José Toste, seria bom que o Governo Regional pudesse liquidar a dívida que existe.

A senhora presidente da Câmara tem toda a razão acerca das alterações orçamentais, porque é comum que a transferência de verbas entre rubricas vá acontecendo ao longo do ano; no entanto, havendo depreciações superiores a sete milhões de euros, é sinal de que o património está a perder valor contabilisticamente. Não digo que haja aqui um grande problema, apenas chamo a atenção no sentido de não se deixar desvalorizar o património, mantendo-o em bom estado.

Sra. presidente da Câmara: – Não é por estarmos numa situação estável em termos financeiros, que temos que nos substituir ao Governo Regional ou a quem quer que seja, e cada um deve assumir as suas competências. O dinheiro que despendemos quando nos substituímos ao Governo Regional, faz falta para outros projetos que poderíamos executar no concelho e são para nós também muito importantes. Não se admite que o Governo Regional, seja qual for a governação em exercício, esteja a dever a uma câmara municipal desde 2024.

Os municípios dos Açores estão a transferir verbas bastante significativas para a ERSARA (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos dos Açores), e de acordo com o que foi falado na Associação de Municípios, o saldo de gerência de quinhentos mil euros do ano passado foi integrado nas contas da Secretaria Regional das Finanças. Parece que os municípios dos Açores passaram a financiar o Governo Regional, o que nos deixa muito insatisfeitos. Este ano, o saldo de gerência volta a ser elevado, e espero que não seja de novo integrado na Secretaria Regional das Finanças.

O município de Angra do Heroísmo está a transferir cem mil euros para a ERSARA; não queremos que nos devolvam o dinheiro, mas que o apliquem nos territórios. Esta semana o senhor secretário do ambiente concordou comigo e disse que tinha falado com o senhor secretário das finanças a respeito da situação.

Foram integrados quinhentos mil euros nas contas da região do ano passado e talvez este ano se vá pelo mesmo caminho. Se calhar, estamos a falar já de um milhão de euros, um dinheiro dos municípios que é transferido para a ERSARA e integrado nas contas da região, o que não pode acontecer.

Seja qual for a governação regional, eu fui eleita para prestar contas aos nossos munícipes e defender o concelho de Angra do Heroísmo até às minhas últimas forças. Não temos que nos substituir a ninguém, cada um tem que fazer o seu trabalho.

Sra. d. m. Guilhermina Silva: – Gostaria de ver esclarecidas mais algumas dúvidas que nos surgiram na análise dos documentos: o facto de a execução do Plano Plurianual do Investimento ser de apenas 62 % e quais as razões do aumento em mais de 200 % na rubrica «outras despesas correntes».

Sra. presidente da Câmara: – As despesas correntes aumentam por todas as razões que tenho explicado até agora. Aumenta o apoio às rendas e a melhoria das condições de vida das famílias, que precisam de nós, assim como também aumenta o investimento que temos que fazer em termos culturais, porque mais ninguém apoia as entidades e nós temos essa possibilidade. Não percebo qual é a dúvida, se tudo tem aumentado desde o ano 2020.

No que diz respeito à taxa de execução de 2025, houve uma despesa de 78 % e uma receita de 85 %. Dentro da despesa e da taxa dos 78 %, as despesas correntes têm uma taxa de execução de 92 %, enquanto nas receitas correntes, a taxa de execução é de aproximadamente 100 %. Nas despesas de capital, a taxa de execução foi de 67 % e as receitas de capital, de 64 %. As taxas não apresentaram valores superiores porque o IHRU não nos transferiu as receitas. Não percebo as vossas dúvidas, quando estas taxas foram validadas pelo Revisor Oficial de Contas.

Como dizem, estes 217 % têm aumentado desde 2020. Se olharmos para as transferências, em 2021 tínhamos quase sete milhões de euros, depois oito milhões e temos vindo a aumentar todos os anos. Como já disse, as diversas entidades, como as igrejas, os impérios, etc., socorrem-se na Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e se não formos nós a apoiar, mais ninguém o faz. Como foi dito pelas próprias escolas na reunião do Conselho Local de Educação, não se executam projetos pedagógicos sem o apoio da Câmara Municipal. Financiamos também as visitas de estudo e um complemento da ação social escolar.

Sr. presidente da Mesa: – Lembro também esta Assembleia que neste ano, toda a execução financeira está marcada pelo PRR, que representa quase 80 % do investimento do município.

Terminadas as intervenções, os documentos de Prestação de Contas foram apreciados e votados por maioria, com 30 votos a favor, sendo 23 do Partido Socialista e 7 do Partido Social Democrata e 9 abstenções, sendo 5 do Partido Social Democrata, 3 do CDS-PP e 1 do deputado municipal do CHEGA. (22/2026/AMAH).

1.3 – Int. 13698 - Segunda revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal para 2026. Para aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sra. presidente da Câmara: – Há aqui duas alterações que foi necessário fazer às Grandes Opções do Plano. Foi-nos feita pelos auditores, uma recomendação para que separássemos o IMT Jovem, para o qual se abriu uma nova classificação no valor de trinta mil euros.

A outra alteração ao nível das GOP tem a ver com uma redução que tivemos que fazer em algumas rubricas no sentido de permitir alocar aqui um valor para abrirmos este ano, o primeiro concurso para construção da nova habitação. Tendo em conta a demora do concurso público, a execução este ano será residual.

Sra. d. m. Michéle Aguiar: – É com agrado que vemos um reforço na área da habitação, uma vez que a consideramos um dos pilares fundamentais da atualidade.

A questão da habitação assume hoje uma centralidade incontornável na vida das famílias e na sustentabilidade do nosso concelho. Vivemos um momento em que o mercado habitacional se encontra claramente pressionado com preços elevados, oferta reduzida e uma crescente dificuldade de acesso, não apenas para os agregados mais vulneráveis, mas também para uma faixa cada vez mais alargada da população, a classe média, e é precisamente sobre esta realidade que importa refletir.

Nos últimos anos tem existido um esforço relevante no âmbito das políticas de habitação, em particular através de programas dirigidos a situações de maior fragilidade social, um reforço importante que deve ser reconhecido. No entanto, há hoje um novo desafio que exige resposta: o acesso à habitação por parte de famílias que, não sendo consideradas vulneráveis, já não conseguem aceder ao mercado em condições normais. Estamos a falar de jovens casais, famílias com rendimentos estáveis, trabalhadores essenciais que se confrontam com preços que não acompanham a sua capacidade financeira.

Se nada for feito, o risco é claro: perda de população ativa, dificuldade em fixar jovens e um progressivo desequilíbrio social no território, por isso entendemos que é necessário dar um passo adicional na política da habitação, não apoiando apenas quem mais precisa, mas criando também soluções para quem está no meio e se encontra sem resposta.

Mais do que uma questão social, esta é também uma questão estratégica. A habitação influencia a coesão do território, a dinâmica económica e a capacidade do concelho em atrair e reter população, por isso a resposta não pode ser pontual, tem que ser estruturada, consistente e orientada para o futuro. Pergunto qual a estratégia do município para garantir que a classe média possa ter melhor acesso e não fique excluída da habitação no concelho.

Sra. presidente da Câmara: – Sempre referi que as novas moradias seriam direcionadas para a classe média e para os jovens. Devemos criar condições no concelho ao nível da habitação e do emprego para que, muitos dos jovens que beneficiam de bolsas de estudo camarárias ou de outras entidades, possam também regressar e ter aqui um emprego qualificado e bem remunerado.

Numa primeira fase temos que verificar se há vontade de aquisição dessas habitações por parte da classe média e dos jovens. O arrendamento com opção de compra poderá também ser uma das modalidades, uma estratégia que se pretende executar através de concurso. Quando for adjudicada a construção destas habitações, será aberto um concurso em simultâneo com determinados critérios para que estas faixas da população possam também candidatar-se.

Temos feito um enorme trabalho em termos de habitação social e sabemos que estas quarenta casas que nos comprometemos em construir neste mandato de quatro anos, não vão resolver os problemas de habitação dos jovens nem da classe média. Sem querer continuar a falar do mesmo, é preciso que outras entidades também invistam em habitação no nosso concelho, algo que não vi no Plano de Investimentos do Governo Regional para

2026; vi um valor de cerca de 26 milhões de euros para a Praia da Vitória, mas não vi nada refletido para o concelho de Angra, o que me entristece.

Assim como a Câmara Municipal, o Governo Regional deve trabalhar ao nível do investimento na habitação no concelho de Angra do Heroísmo; basta olhar para a lista de pedidos que tenho na Câmara Municipal, não apenas de quem necessita de uma habitação social, como também da parte da classe média. Se o Governo Regional vai construir, não constava no Plano de Investimentos que foi apresentado e também analisado em Conselho de Ilha.

A Revisão ao Orçamento foi aprovada por 30 votos a favor, sendo 23 do Partido Socialista e 7 do Partido Social Democrata, e 9 abstenções, sendo 5 do Partido Social Democrata, 3 do CDS-PP e 1 do deputado municipal do CHEGA. (23/2026/AMAH).

Sr. presidente da Mesa: – Faço a sugestão à senhora presidente da Câmara no sentido de serem apresentados em conjunto os dois pontos seguintes e pergunto se há oposição da parte das bancadas. Não havendo, peço à senhora presidente da Câmara que apresente os pontos 1.4 e 1.5.

Sra. presidente da Câmara: – Esta alteração ao mapa de pessoal do município deve-se à necessidade de abertura de concursos em algumas áreas. Temos um técnico que está a trabalhar em cibersegurança e noutras áreas da informática, o que é manifestamente insuficiente, por isso pretendemos alocar mais um recurso humano àquela área no sentido de nos mantermos preparados para eventuais ataques informáticos.

Quanto à segunda situação, a que refere o Ponto 1.5, temos dois lugares de assistentes técnicos a desempenharem funções como topógrafos, que tinham pedido licenças sem vencimento prolongadas para irem trabalhar para outros serviços, e regressaram há relativamente pouco tempo. Um funcionário trabalha na Unidade de Águas e Manutenção de Vias e o outro pretendia mais uma licença sem vencimento, o que não foi autorizado por mim, que tenho a competência em termos de recursos humanos.

Precisamos de assistentes técnicos, por isso não os podemos dispensar. Temos vagas ocupadas sem podermos abrir concursos, porque as pessoas estão a trabalhar fora noutras atividades. Como nos basta apenas um topógrafo, o que se propõe é uma mudança de funções para que este assistente deixe de exercer funções de topógrafo e transite para a área de urbanismo, que é fundamental.

1.4 – Int. 10676 - Segunda alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal, tendo em vista a introdução do seguinte posto de trabalho:

- Um técnico de sistemas e tecnologias de informação, da carreira especial de técnico de sistemas e tecnologias de informação.

Para aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea o), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

A alteração ao Mapa de Pessoal foi aprovada por unanimidade. (24/2026/AMAH).

1.5 – Ent. 8277 - Aditamento à segunda alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal tendo em vista a introdução do seguinte:

Unidade de Urbanismo e Infraestruturas Municipais (UUIM):

- A extinção do posto de trabalho de assistente técnico (topógrafo), Serviço de Sistemas de Informação Geográfica, Topografia e SIG, área funcional de SIG/Topografia, que ficou livre, por motivo de denúncia de contrato do respetivo titular, e por contrapartida:

- A criação de um posto de trabalho de assistente técnico, a afetar à Subunidade de Gestão Processual de Urbanismo e Edificação, com vista a reforçar o serviço de arquivo e facultar apoio geral administrativo àquela subunidade, no âmbito das competências definidas no artigo 17.º da Orgânica e do conteúdo funcional da categoria constante do Lei n.º 35/2014, de 20/06.

Para aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea o), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

O aditamento à segunda alteração ao Mapa de Pessoal foi aprovado por unanimidade. (25/2026/AMAH).

1.6 – Int. 7349 - Regulamento Municipal de Apoio à Saúde e Bem-Estar dos Animais de Companhia. Para aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 25.º, n.º 1, alínea g) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Sra. presidente da Câmara: – Achamos por bem introduzir algumas alterações a este regulamento com vista a torná-lo mais justo. O regulamento está aberto a qualquer pessoa, sendo-lhe entregue um cheque veterinário para fazer um tratamento animal numa clínica veterinária à sua escolha. É estabelecido um limite máximo do valor e o montante de rendimento, a partir do qual é atribuído o referido cheque veterinário.

Em reunião de Câmara, deliberámos colocar este regulamento a consulta pública durante um período, em que não recebemos qualquer comentário. Este regulamento torna-se assim mais justo, independentemente de todas as campanhas de vacinação, identificação e esterilização para controlo da população animal, que se fazem anualmente no concelho de Angra do Heroísmo.

Muito nos orgulha que o município de Angra do Heroísmo, dentro dos seis municípios que foram elencados, tenha sido reconhecido a nível nacional como um dos municípios que mais se preocupa em termos de bem-estar animal e maior número de cheques veterinários distribuí.

Temos feito um investimento significativo no Centro de Recolha Oficial de Animais, nomeadamente ao nível de uma amplificação daquele espaço para o dobro, que custou à

volta de duzentos mil euros, e vamos agora partir para um parque de matilha; no entanto, lembro que não podemos andar a ampliar centros de recolha oficial de animais, quando, o que tem que mudar é a mentalidade das pessoas relativamente ao abandono animal, uma situação que muito nos preocupa. Apesar de se tratar de um centro de recolha intermunicipal, temos feito investimentos significativos para recolhermos os animais que são abandonados, levando a situações de sobrelotação em muitos períodos.

Sra. d. m. Chantell Pacheco: – Tendo em conta a importância do canil para o bem-estar animal no nosso concelho, gostaria de questionar se a obra de ampliação já se encontra concluída a 100 %.

Sra. presidente da Câmara: – A obra já se encontra concluída em termos de empreitada, mas há sempre aspetos a melhorar, como alguns arranjos exteriores que vamos realizando ao nível da pintura e da substituição de uma ou outra porta ou gradeamento, assim como uma intervenção que vamos fazer ao nível do parque de matilha, para lá colocarmos os animais mais dóceis. Aumentámos para o dobro, o número de boxes, o que ainda é insuficiente para os casos de abandono de animais que temos no concelho, algo que muito nos preocupa porque as campanhas de adoção não estão a surtir o efeito de que gostaríamos.

Tencionamos agendar dentro de pouco tempo, uma reunião com a GNR, com a PSP e com os Serviços de Desenvolvimento Agrário, para apresentarmos o nosso plano de atividades para 2026 referente às identificações, esterilizações e vacinações, e faremos também um balanço do que foi o ano 2025 em termos do Centro de Recolha.

Esta questão do abandono animal é um trabalho que temos que levar a cabo em conjunto com a GNR e com a PSP porque, muitas vezes, deixam-nos os animais sem identificação amarrados à porta do canil. Sabemos que vivemos momentos difíceis, por isso é necessário sensibilizar cada vez mais as pessoas no sentido de esterilizarem os seus animais para um maior controlo da população e menos abandono.

Sra. d. m. Michéle Aguiar: – Somos totalmente a favor da proposta apresentada, mas gostaria de lembrar que é preciso desenvolver ações de sensibilização junto da população. No sentido figurativo, os animais comem à mesa com as pessoas. Um animal implica muita despesa com alimentação e cuidados veterinários adequados, nalguns casos emergentes com custos avultados. É importante que a população entenda que a adoção de um animal implica a assunção de uma responsabilidade para com esses encargos. É fundamental que o município desenvolva este tipo de programas para ajudar quem não tem possibilidades, mas reforço mais uma vez a necessidade da sensibilização e responsabilização das pessoas aquando da adoção. Noutros tempos era bom ter um cão em casa para comer os restos, mas hoje em dia já não é assim.

Sra. presidente da Câmara: – A senhora vereadora Sónia Ferreira tem esta área à sua responsabilidade. Pelo Natal foi feita uma ação de sensibilização divulgada na internet relativamente ao abandono animal e temos reunido com as associações de proteção dos animais. A Câmara Municipal tem um protocolo com a Associação dos Amigos dos Animais da

Ilha Terceira num valor superior a quarenta mil euros para a compra de ração e pagamento aos trabalhadores que cuidam dos animais.

Além daquele espaço que foi construído pelo município, temos tentado sensibilizar toda a gente para que não exista este abandono, mas concordo plenamente consigo porque há muito trabalho a fazer. É muito bonito adotar um animal quando é pequeno, mas ele vai crescer, ficar doente e envelhecer e o seu tratamento vai ter custos, que não são nada em conta.

As pessoas não cumprem a lei porque continuam a aparecer-nos muitos animais já com alguma idade e sem identificação, por isso vamos continuar com as nossas campanhas de sensibilização em conjunto com outras entidades envolvidas.

O regulamento citado foi aprovado por unanimidade. (26/2026/AMAH).

1.7 – Int. 1046 - Regulamento Municipal de Festival da Canção de Angra do Heroísmo. Para aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 25.º, n.º 1, alínea g) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Sra. presidente da Câmara: – No sentido de descentralizar a cultura, haverá sessões de cinema ao longo das freguesias com sessões ao ar livre e em recinto fechado, com início no próximo dia 28 de abril e até ao mês de outubro, uma atividade em articulação com todos os senhores presidentes de juntas de freguesia.

Pretendemos envolver ainda mais a população do nosso concelho através deste festival da canção, também em articulação com as diversas juntas de freguesia, faltando apenas a aprovação, por parte desta Assembleia, do regulamento que esteve em discussão pública durante o período respetivo.

Os participantes devem apresentar canções originais. As inscrições serão feitas nas dezanove juntas de freguesia do concelho, nas quais terá lugar uma primeira eliminatória. A Câmara Municipal atribuirá um valor de mil euros a cada junta de freguesia para a organização das respetivas eliminatórias. Os vencedores de cada freguesia participarão em duas meias-finais que terão lugar no Centro Cultural e de Congressos de Angra do Heroísmo, e dessas meias-finais, sairão os candidatos que participarão na final. O prémio final será a gravação de um videoclip e um CD.

Porque sabemos que somos uma ilha de cultura, temos apelado aos senhores presidentes das juntas de freguesia no sentido de incentivarem à participação neste Festival da Canção de Angra do Heroísmo, mais uma atividade que envolve as forças vivas das nossas freguesias, assim como as Sanjoaninas, o carnaval e muitas outras.

Sr. d. m. Délio Borges: – Estamos perante uma proposta bastante interessante e consensual que merecerá a nossa aprovação, tendo em conta também o acolhimento de algumas propostas em reunião da Câmara Municipal.

Ao ler o respetivo regulamento e sem prejuízo de surgirem melhorias desta experiência em anos futuros, podendo ter aberto as inscrições a todos os jovens do concelho até aos

dezasseis anos de idade, a Câmara Municipal optou por uma fase inicial de apuramento por freguesia, do qual resultarão dezanove candidatos. Percebo a intenção de envolver todas as freguesias, mas não podemos esquecer que algumas têm uma população, dez vezes superior à de outras, o que poderá implicar alguma falta de equidade de tratamento entre os eventuais candidatos, que terão que passar por uma fase prévia de apuramento por freguesia, o que coloca alguma entropia no processo. É legítimo este apuramento por freguesia, mas existe uma clara disparidade de potenciais candidatos. Apesar desta ressalva, esta proposta terá o nosso reconhecimento e aprovação.

Sra. presidente da Câmara: – Agradeço a sua observação, lembrando que este regulamento esteve em consulta pública e não houve qualquer observação que implicasse alterações à proposta que foi levada à reunião de Câmara. Vamos ver como decorre esta primeira experiência e depois, se for o caso, cá estaremos para introduzir alguma alteração, tal como fizemos em relação ao regulamento do bem-estar animal.

Sr. d. m. André Castro: – Começo por dar os parabéns à senhora presidente da Câmara pela ambiciosa iniciativa, esperando que tudo corra pelo melhor. Após uma análise ao regulamento e com o objetivo de contribuir para o seu melhoramento, deixo também uma sugestão para o futuro: já que são exigidas canções originais, seria bom que fossem apenas em português para se cultivar também a língua portuguesa. Sendo o júri composto por elementos ligados à música, à cultura ou às artes formativas, sugiro que haja pelo menos um ligado obrigatoriamente à música.

Sra. presidente da Câmara: – A nomeação do júri será deliberada em reunião de Câmara. É claro que terá que ser composto por pessoas abalizadas para esta atividade, assim como acontecerá com o júri nomeado pelas diversas freguesias. A composição do júri das meias-finais e da final resultará de um parecer da Câmara Municipal.

O regulamento citado foi aprovado por unanimidade. (27/2026/AMAH).

1.8 – Int. 8595 - Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação de Angra do Heroísmo. Para aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 25.º, n.º 1, alínea h) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Sra. presidente da Câmara: – Após uma consulta ao mercado, foi contratada a empresa «Fundo de Maneio» para nos preparar uma atualização do Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação de Angra do Heroísmo. Foram ouvidas várias entidades do concelho, presencialmente e através de entrevistas, o que resultou num conjunto de propostas que aqui estão e deverão ser implementadas, no que diz respeito por exemplo, ao banco de voluntários, à plataforma *online* de apoio à vítima, à corrida para a igualdade, etc. À semelhança de outros que temos vindo a implementar, este é um plano bastante exaustivo que faz um diagnóstico a todo o concelho e deve ser cumprido.

Sra. d. m. Isabel Berbereia: – Muito boa tarde senhor presidente e senhoras membros da Mesa, senhora presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

Felicitemos a elaboração do Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação de Angra do Heroísmo, que consideramos ser um bom documento, bem estruturado e cientificamente construído e validado. Está alinhado com a Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação, consolida e reforça as políticas sociais há muito assumidas por este município, sendo ele a formalização do compromisso de trabalho, que há muito se iniciou.

Do trabalho de diagnóstico que está aqui registado, desta avaliação feita a nível interno aos trabalhadores da Câmara e também à comunidade, a Câmara Municipal de Angra obteve em ambas uma avaliação qualitativa de «bom», significando que tem tido preocupação em aplicar e reforçar as medidas na promoção da igualdade e não discriminação, que vão para além da necessidade estritamente legal, o que é extremamente positivo. No entanto, destacamos o crescimento dos casos de violência doméstica, referidos no documento, um alerta social que exige um reforço de medidas de proteção, mas também estratégias de prevenção. Também os estereótipos e as construções sociais profundamente enraizadas perpetuam desigualdades de oportunidades e, em casos extremos, provocam elas mesmas fenómenos de violência, criminalidade e exclusão social.

Destacamos aqui o apoio que a Câmara Municipal tem já concedido às IPSS do concelho que trabalham nesta área e cuja atuação tem sido avaliada como «muito eficaz».

Destacamos a necessidade de este plano ser acompanhado de medidas e ações concretas por parte do Governo Regional no que respeita à saúde mental e a necessidade de reforço de técnicos especializados e de recursos financeiros para ações de prevenção, tratamento e acompanhamento deste fenómeno. Naturalmente, votaremos a favor.

O Plano Municipal citado foi aprovado, por maioria, com 34 votos a favor, sendo 24 do Partido Socialista, 6 do Partido Social Democrata, 3 do CDS-PP e 1 do deputado municipal do CHEGA e 5 abstenções do Partido Social Democrata. (28/2026/AMAH).

Sr. d. m. Rogério Sousa: (Numa declaração de voto) – Boa tarde senhor presidente da Assembleia Municipal, senhora presidente da Câmara e restante executivo camarário, colegas deputados municipais.

Estando em discussão, o Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação de Angra do Heroísmo, parece-nos de bom-tom que um documento destes fosse aprovado por unanimidade. Como deputado municipal e membro do grupo municipal do Partido Socialista, seria para mim impensável não votar favoravelmente este documento sem uma justificação, pela abstenção ou outra qualquer forma de votação contrária à nossa, que considero a forma correta de votar este tipo de diploma, ou seja, aprovando-o.

1.9 – Ent. 8833 - Pedido da Vitória Tráfego, solicitando autorização para a cedência à Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo, do direito de superfície sobre o lote n.º 67 da Zona Industrial de Angra do Heroísmo, sito na Canada do Cidral, freguesia do Porto Judeu, no âmbito de um processo de financiamento. Para autorização da Assembleia Municipal, nos termos da alínea i), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sra. presidente da Câmara: – A Vitória Trafego solicitou um financiamento para a execução de uma obra num lote do parque industrial, sobre o qual possui o direito de superfície. A Caixa Económica da Misericórdia vem solicitar como garantia, o direito de superfície deste mesmo lote para que possa facultar o respetivo financiamento à Vitória Tráfego, que tem um prazo para investir no lote que lhe foi atribuído. Esta situação não implica qualquer prejuízo para o município e se a Vitória Tráfego acabar por não construir, o referido lote reverte para a posse do município de Angra do Heroísmo.

Sr. d. m. André Castro: – O grupo municipal do CDS-PP não é contra a iniciativa privada no nosso concelho; contudo, gostaria que a senhora presidente da Câmara nos esclarecesse se a Câmara Municipal perde o lote, na eventualidade de a Vitória Tráfego não cumprir com as suas obrigações para com a Caixa Económica da Misericórdia.

Sra. presidente da Câmara: – Caso haja incumprimento, o direito de superfície reverterá sempre para a Câmara Municipal. O lote está a ser dado como garantia para a realização daquele investimento. Peço ao senhor presidente da Mesa que passe a palavra ao senhor vereador Guido Teles para nos explicar melhor toda a situação.

Sr. vereador Guido Teles: – Boa tarde senhor presidente e senhoras membros da Mesa, senhora presidente da Câmara e caros colegas vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

Esta é uma situação comum sempre que estejam em causa, investimentos de maior envergadura no parque industrial e em lotes cujo direito de superfície tenha sido constituído a favor de empresas que lá se instalam. Quando essas empresas necessitam de recorrer a um crédito junto de uma determinada instituição financeira, essa instituição pede sempre uma garantia. Neste caso em concreto, esta empresa não tem o direito de propriedade do lote em causa, apenas o direito de superfície.

Conforme acontece em casos similares, o que está a ser exigido é a garantia sobre o direito de superfície, ou seja, em caso de incumprimento por parte da Vitória Tráfego, a Caixa Económica da Misericórdia nunca ficará com o direito de propriedade, apenas com o direito de superfície daquele lote do parque industrial.

Sr. presidente da Mesa: – Apenas durante o período remanescente, porque o direito de superfície tem prazo.

Sra. d. m. Michéle Aguiar: – Uma garantia bancária é exatamente o que o nome indica, ou seja, a cedência do direito de superfície serve como garantia durante o prazo do respetivo

financiamento. Em caso de incumprimento e de uma consequente execução, o direito de superfície reverte para a Caixa Económica da Misericórdia como garantia daquela operação financeira, e só no final do prazo é que retorna à Câmara Municipal.

Sr. d. m. André Castro: – No *e-mail* que foi enviado consta a informação do agendamento da escritura para o dia 8 de abril; como estamos no dia 24, gostaria de saber se a mesma foi efetuada.

Sr. vereador Guido Teles: – A escritura ainda não foi realizada, precisamente devido à necessidade de uma deliberação por parte desta Assembleia Municipal, autorizando a constituição dessa garantia. Volto a sublinhar que a Caixa Económica da Misericórdia nunca ficará com o direito de propriedade.

Os direitos de superfície destes lotes são constituídos pelo prazo de cinquenta anos. Na eventualidade de um incumprimento por parte da Vitória Tráfego, a Caixa Económica da Misericórdia ficaria apenas como superficiária e o município nunca perderá aquele ativo.

O pedido da empresa Vitória Tráfego foi autorizado por maioria com 32 votos a favor, sendo 24 do Partido Socialista, 7 do Partido Social Democrata e 1 do deputado municipal do CHEGA e 8 abstenções, sendo 5 do Partido Social Democrata e 3 do CDS-PP. (29/2026/AMAH).

Sr. presidente da Mesa: – Já que se trata da mesma coisa, proponho a discussão conjunta dos pontos 1.10 e 1.11.

Nada a opor da parte dos senhores membros da Assembleia Municipal.

Sra. presidente da Câmara: – Com base na Portaria n.º 87/2026/A e de acordo com a atualização do salário mínimo nacional, é apresentada a esta Assembleia a atualização obrigatória dos contratos com estas duas empresas que prestam serviços de limpeza ao município.

1.10 – Ent. 8675 - Pedido da Samsic Portugal – Facility Services, SA, solicitando a atualização extraordinária do preço do contrato de aquisição de serviços de limpezas em edifícios municipais – Lote 2 - Incubadora Startup Angra e Centro Interpretativo. Para autorização da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 4.º da Portaria n.º 87/2026/A, de 23 de fevereiro.

O pedido da Samsic Portugal foi autorizado, por unanimidade. (30/2026/AMAH).

1.11 – Ent. 30071 - Pedido IBERLIM, Higiene e Sustentabilidade Ambiental, solicitando a atualização extraordinária do preço do contrato de aquisição de serviços de limpezas em edifícios municipais – Lotes I, III e IV. Para autorização da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 4.º da Portaria n.º 87/2026/A, de 23 de fevereiro.

O pedido da IBERLIM foi autorizado, por unanimidade. (31/2026/AMAH).

1.12 – Ent. 9278 - Ofício da TERAMB, EM, remetendo o Relatório de Gestão e Contas do exercício de 2025, acompanhado do parecer da Assembleia Geral, bem como do parecer do fiscal único, nos termos do artigo 42.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, na sua redação atual. Para conhecimento da Assembleia Municipal.

Sra. presidente da Câmara: – O resultado líquido da TERAMB ascendeu a 710 mil euros, sendo uma parte incorporada na reserva de investimento, o que muito nos satisfaz, independentemente de algumas situações em termos de investimento, que tenhamos que fazer durante este ano.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. (32/2026/AMAH).

1.13 – Int. 11222 - Relatório Anual de Sinistralidade Laboral do Município de Angra do Heroísmo, relativo ao ano de 2025. Para conhecimento da Assembleia Municipal.

Sra. presidente da Câmara: – Temos 317 colaboradores no município de Angra do Heroísmo. Penso que tiveram oportunidade de ler o relatório, mas posso adiantar-vos que temos muitos colaboradores de baixa e aconteceram nove acidentes durante o tempo de serviço, o que acontece mais às quintas-feiras na categoria de assistentes operacionais/homens.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. (33/2026/AMAH).

1.14 – Int. 4187 - Relatório de Avaliação do Grau de Observância do Estatuto do Direito de Oposição, relativo ao ano de 2025. Para conhecimento da Assembleia Municipal.

Sra. presidente da Câmara: – Este relatório é apresentado a esta Assembleia para conhecimento e refere o que foi cumprido neste período em termos do Grau de Observância do Estatuto de Oposição.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. (34/2026/AMAH).

1.15 – Ent. 4743 - Relatório Anual de Atividades e Avaliação referente ao ano de 2025, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Angra do Heroísmo. Para conhecimento da Assembleia Municipal.

Sra. presidente da Câmara: – Trata-se de um documento produzido pela CPCJ de Angra do Heroísmo que evidencia um aumento significativo dos casos de violência e de maus-tratos físicos. Importa referir o trabalho bastante exaustivo da equipa da CPCJ e das entidades envolvidas, junto dos pais, em situações que não deveriam acontecer relativamente a

crianças, o que nos deixa muito preocupados. É preciso prestar cada vez mais atenção a estas matérias, porque é bastante elevado o número de intervenções da CPCJ junto da população.

Sra. d. m. Michéle Aguiar: – Este relatório demonstra um enorme trabalho e contém informação muito importante que merece rigor e tempo na sua avaliação, mas não posso deixar de fazer uma crítica em relação à forma como o mesmo nos foi apresentado. Existe um documento que é impresso numa plataforma informática com um conjunto de quadros soltos. Considero esta informação demasiado importante e pertinente para nos ser apresentada desta forma. Deveria ser elaborado um documento mais fluido que nos permitisse fazer uma leitura adequada à importância do seu conteúdo.

Sra. presidente da Câmara: – Concordo com a senhora deputada e agradeço a sua observação. Vou transmitir à CPCJ que, em próximas reuniões da Assembleia Municipal, nos apresente um relatório, compilando toda a informação, em vez de um documento retirado de uma plataforma. Na análise dos documentos, constatei também a existência desses ficheiros soltos, que temos que abrir para analisar a informação que neles consta. Vou também solicitar autorização à CPCJ para que o documento que me foi enviado por correio eletrónico ontem ao final do dia, seja enviado a esta Assembleia Municipal, porque o seu conteúdo é demasiado importante e todos temos que estar cientes do que está a acontecer no nosso concelho.

Sra. d. m. Isabel Berbereia: – Este documento deve efetivamente ser-nos enviado de outra forma porque contém quadros síntese, que certamente serão de mais fácil leitura e interpretação.

Uma leitura exaustiva deste relatório da CPCJ deixa-nos muito preocupados, exatamente pelo número significativo de maus tratos, fatores muitas vezes associados à pobreza e à diminuição do acompanhamento dos técnicos da ação social no âmbito da medida do Rendimento Social de Inserção. Se lermos este relatório com atenção e cruzarmos as informações com outros dados relativos à situação da pobreza e dos rendimentos nos Açores, vamos concluir o que aqui está subentendido.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. (35/2026/AMAH).

2. DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:

2.1 – Int. 6989 - Primeira Alteração ao Regulamento n.º 4/2022, de 15 de março, Regulamento de Insígnias e Medalhas Municipais de Angra do Heroísmo, tendo em vista a introdução do artigo 8.º A. Para aprovação da Assembleia Municipal.

Sr. presidente da Mesa: – Antes de passarmos à discussão, gostaria de agradecer a colaboração de todos os membros do grupo de trabalho. O documento é muito curto, tratando-se apenas da introdução do referido artigo no regulamento em causa de forma a colocar algumas balizas no que diz respeito à aprovação de votos de diversa natureza.

A Assembleia Municipal aprovou a alteração ao citado Regulamento, por unanimidade, e deliberou remeter o mesmo à aprovação da Câmara Municipal. (36/2026/AMAH).

Sr. presidente da Mesa: – Após a aprovação pela Assembleia Municipal e tratando-se de um processo de codecisão, o regulamento será remetido à Câmara Municipal para eventual aprovação.

3. DO DEPUTADO MUNICIPAL DO CHEGA:

3.1 – Proposta para a criação de um grupo de trabalho contra a burocracia. Para votação da Assembleia Municipal.

O senhor deputado municipal José Bernardo apresentou a proposta em epígrafe.

«Na qualidade de representante eleito por muitos angrenses que em mim confiaram o seu voto, trago hoje a esta Assembleia uma das preocupações que mais frequentemente me é transmitida: o excesso de burocracia que continua a asfixiar a criação de riqueza, a geração de emprego e a valorização da nossa terra.

A realidade é que apenas os mais persistentes — e, permitam-me a expressão, os mais teimosos — continuam a resistir e a tentar ultrapassar, muitas vezes de forma isolada, este verdadeiro labirinto burocrático. Muitos outros cidadãos, perante estas dificuldades, optam por caminhos diferentes: os mais jovens procuram oportunidades no estrangeiro, onde encontram sistemas mais ágeis; outros refugiam-se na função pública; e há ainda quem, por desmotivação ou falta de alternativas, dependa de apoios sociais para conseguir viver.

Este cenário, longe de melhorar, tem vindo a agravar-se. Não é necessário grande esforço de análise para perceber que estamos a seguir um caminho preocupante, com consequências sérias para o futuro da nossa região.

Se analisarmos os números de forma simples, percebemos melhor a dimensão do problema: numa região com cerca de 240 mil habitantes, apenas cerca de metade se encontra em idade ativa. Dentro desse grupo, uma parte significativa trabalha na função pública, e uma fatia relevante depende de apoios sociais. No final, resta um número relativamente reduzido de cidadãos a sustentar a base produtiva e económica da região.

Entretanto, assiste-se a uma tendência igualmente preocupante: a criação constante de novas regras, muitas vezes excessivas e desajustadas da realidade. Para garantir o seu cumprimento, multiplicam-se os mecanismos de controlo, criando um sistema cada vez mais complexo, pesado e difícil de navegar — tanto para os cidadãos como para quem quer investir, produzir e trabalhar.

Perante este contexto, proponho que esta Assembleia dê um passo concreto no sentido de enfrentar este problema. Sugiro a criação de um grupo de trabalho, envolvendo deputados

municipais de todos os partidos aqui representados, com o objetivo de identificar, analisar e propor soluções concretas para reduzir a burocracia que afeta este município — onde, por exemplo, os prazos para o licenciamento de obras ultrapassam largamente o que é razoável e aceitável.

Tenho plena consciência de que muitas das leis e normas que condicionam a atuação da autarquia — como as relacionadas com o licenciamento de obras ou com o Plano Diretor Municipal — não podem ser alteradas apenas por decisão local. No entanto, acredito que uma ação concertada, envolvendo várias câmaras municipais, pode funcionar como um verdadeiro catalisador para a mudança necessária.

Não nos podemos refugiar nas normas nem resignar-nos a esta burocracia que nos atrasa, que nos limita e que nos empurra para a estagnação. Temos o dever de começar por dar o exemplo dentro de portas, reduzindo a burocracia no nosso município, para ganharmos a autoridade moral necessária para exigir o mesmo a outros níveis de decisão.»

Sr. d. m. José Bernardo: – Se fizermos uma lista das aspirações dos nossos munícipes, constataremos que a primeira é a burocracia das nossas instituições oficiais, entre elas porque não é exceção, a Câmara Municipal.

Um dos grandes males que temos aqui é o excesso de burocracia, que não depende só da Câmara, porque não é a Câmara que faz a maior parte das leis. Quando queremos trabalhar e fazer qualquer coisa na vida, somos sempre bloqueados com o excesso de burocracia, e uma vez que não funciona de montante para jusante, vamos tentar fazê-lo de jusante para montante.

Solicito a criação de um grupo de trabalho para começarmos a lutar contra esse grande mal que é a burocracia e afeta quase todos os setores. Sei que alguma burocracia não depende da Câmara Municipal nem dos seus dirigentes, mas dos pequenos poderes instalados, que muitas vezes bloqueiam as situações. Usando o que diz a sabedoria popular, «todos gostam de ser grandes, menos nas orelhas». Há indivíduos que aproveitam o excesso de leis e de burocracias para demonstrarem o seu poder, que são importantes, porque querem dar os seus pareceres, para bloquearem, etc.

Há coisas tão absurdas que não lembram a ninguém. Há aqui qualquer coisa que está mal. Este não é o fórum ideal para descrever todos os pormenores, por isso convido todos os meus colegas deputados de todos os partidos a criarmos um grupo de trabalho para tentarmos combater este mal que afeta toda a nossa sociedade. É mais ou menos esta a minha ideia. Muito obrigado por terem ouvido.

Sr. presidente da Mesa: – No caso de aprovação, a constituição do grupo de trabalho terá que ser resolvida em reunião de Conferência de Líderes. Entretanto, peço ao senhor deputado municipal do CHEGA que vá pensando na solução do referido grupo.

Sr. d. m. José Toste: – O Partido Socialista votará favoravelmente esta proposta que nos é apresentada, esperando que a mesma não leve à comum acusação de que se vai combater a

burocracia ainda com mais burocracia, tendo em conta a sua origem onde, normalmente, costuma haver uma postura crítica em relação à criação de grupos de trabalho e observatórios.

O primeiro passo para o combate à burocracia é a sua clara identificação, ou seja, perceber onde reside o grande mal dessa abstração. Sabemos que existe um mal burocrático quando, por exemplo, nos pedem duas vezes o mesmo documento, o que por si só poderá não significar burocracia, porque é ténue a fronteira que a separa das normais exigências formais. Votaremos favoravelmente esta iniciativa, sendo certo que não há nada mais burocrático do que a constituição de um grupo de trabalho para combater a burocracia.

Sr. d. m. André Castro: – O CDS-PP vai acompanhar esta iniciativa porque somos totalmente a favor da redução da burocracia sem se incorrer em ilegalidades, assim como somos também a favor da transição digital. Vamos tentar identificar as situações e perceber o que poderemos fazer de forma diferente e mais eficaz no sentido de melhorar e facilitar a vida dos angrenses.

Sr. d. m. Délio Borges: – Começo por sugerir uma pequena alteração ao texto da proposta em causa, para que conste: «*Para a diminuição da burocracia.*»

Vivemos num Estado em que a burocracia tem que existir e desempenha uma função necessária, seja a nível local, regional ou nacional; garante igualdade perante a lei e previsibilidade nas decisões e protege os cidadãos da eventualidade do livre arbítrio por parte do dirigente de uma qualquer instituição.

Sendo certo que não podemos alterar a lei, importa refletir sobre um possível e eventual trabalho interno de levantamento de atos administrativos que poderão ser redundantes. A verdade é que depois na rua este sistema burocrático não é respeitado pelo cidadão e podem surgir alguns obstáculos.

Nesta Assembleia Municipal debatemos a execução financeira e material dos projetos, assim como a atividade da Câmara Municipal em termos gerais, mas não conhecemos a sua gestão interna. Não possuímos informações referentes ao tempo médio de resposta para determinados assuntos, assim como também não temos acesso à quantidade e tipo de reclamações que foram feitas, por exemplo, em 2025, e que tratamento lhes foi dado. Falta-nos um conjunto de indicadores que nos permitiriam ir acompanhando a celeridade dos diversos assuntos por parte dos serviços da Câmara Municipal.

Deixo uma outra sugestão que poderá ser depois discutida no grupo de trabalho que vier a ser constituído. A Câmara Municipal de Angra poderia certificar a qualidade do atendimento dos seus serviços pela norma ISO 9001, que é utilizada por muitos serviços públicos, e permite algum conforto e validação do trabalho que é feito no cumprimento de alguns princípios de qualidade.

A proposta constante no Ponto 3.1 foi aprovada, por unanimidade. (37/2026/AMAH).

4. DOS GRUPOS MUNICIPAIS DO PS, PS, PSD, CDS-PP e CHEGA:

4.1 - Voto de Congratulação à atleta Leonor Batista, pelo título de campeã nacional de Solo das 10 danças no escalão de juniores 1 iniciados. Para votação por escrutínio secreto.

A senhora deputada municipal Rita Belo Santos apresentou o voto em epígrafe.

«Leonor Oliveira Batista, nasceu a 12 de março de 2014, em Angra do Heroísmo. Estuda na Escola Tomás de Borba, é uma aluna interessada e empenhada, estando no 6.º ano de escolaridade.

A Leonor começou a dançar pelo Posto Santo, a solo, em 2022, tendo desde cedo demonstrado aptidão para a prática desportiva.

Dedica-se a esta modalidade com determinação, resiliência e foco, sob a orientação dos seus treinadores, João e Marina Lopes.

A Leonor tem conquistado diversas medalhas em campeonatos regionais e nacionais, tendo em 2026 alcançado a nível nacional o 1.º Lugar no Campeonato Nacional de Solo na disciplina das 10 Danças no escalão de Juniores 1 Iniciados, que se realizou dia 31 janeiro em Albufeira.

Assim, os grupos municipais do PS, do PSD, do CDS-PP e o deputado municipal do CHEGA propõem à Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, reunida em sessão ordinária, a aprovação de um Voto de Congratulação a Leonor Batista, pela sua meritória participação e pelo excelente resultado no Campeonato Nacional de Solo das 10 Danças em Dança Desportiva do escalão de Juniores 1 Iniciados.»

Após votação por escrutínio secreto, o Voto foi aprovado por unanimidade. (38/2026/AMAH).

4.2 - Voto de Congratulação à atleta Isabel Silva, pelo título de campeã nacional de Solo na disciplina de Latinas no escalão de seniores B em dança desportiva. Para votação por escrutínio secreto.

A senhora deputada municipal Marília Vargas apresentou o voto em epígrafe.

«Isabel Maria Patrício Carvalho da Silva, nasceu a 27 de março de 1966, em Sesimbra. Trabalha no Centro Infantil de Angra do Heroísmo - Colégio do Baloço como Ajudante de Educação Especialista há 36 anos.

A Isabel começou a dançar pelo Posto Santo, em Grupo, em 2021, tendo iniciado a Solo em 2025, e desde o início demonstrou grande interesse e dedicação a esta modalidade de dança desportiva.

Dedica-se a esta modalidade com empenhado, determinação e resiliência, sob a orientação dos seus treinadores, João e Marina Lopes.

A Isabel, pela sua idade e dedicação é uma inspiração para todos os seus colegas, não só os da sua escola, e tem conquistado diversas medalhas em campeonatos regionais e nacionais, tendo em 2026 alcançado a nível nacional o 1.º Lugar no Campeonato Nacional de Solo na disciplina de Latinas no escalão Seniores B Iniciados, que se realizou dia 14 de março de 2026 em Setúbal.

Assim, os grupos municipais do PS, do PSD, do CDS-PP e o deputado municipal do CHEGA propõem à Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, reunida em sessão ordinária, a aprovação de um Voto de Congratulação a Isabel Silva, pela sua meritória participação e pelo excelente resultado no Campeonato Nacional de Solo de Latinas em Dança Desportiva do escalão de Seniores B.»

Após votação por escrutínio secreto, o Voto foi aprovado por unanimidade. (39/2026/AMAH).

4.3 – Voto de Congratulação ao Foto Gabriel, pelo 50.º Aniversário. Para votação por escrutínio secreto.

O senhor deputado municipal Alberto Melo apresentou o voto em epígrafe.

«É com grande apreço que se apresenta o presente voto de congratulação a Gabriel Vieira, amplamente conhecido como “Foto Gabriel”, pela celebração dos seus 50 anos de atividade profissional.

Ao longo de meio século, Gabriel Vieira construiu um percurso notável na área da fotografia, pautado pela dedicação, criatividade e constante evolução.

Gabriel Vieira, o “Foto Gabriel”, como todos o conhecem, é um dos mais populares profissionais de fotografia da ilha Terceira, e possivelmente de toda a região.

A sua carreira abrange diversos marcos importantes, desde os primeiros anos de atividade, marcados pelo espírito empreendedor, passando pela consolidação do seu nome como referência na fotografia profissional, até à adaptação às novas tecnologias e linguagens visuais que foram transformando o setor ao longo das décadas.

Destacou-se, também além-fronteiras e junto da diáspora, pelas imagens das marradas das nossas touradas à corda, que igualmente eternizou em vídeo com registos que se tornaram parte integrante da memória coletiva.

Figura bem conhecida nos arraiais, muitos recordam a sua emblemática “cadeirinha” presa a um poste, de onde captava ângulos únicos e momentos irrepetíveis. O seu trabalho acompanhou gerações, registando vivências, tradições e acontecimentos marcantes da nossa cultura.

Já após décadas de dedicação, e assinalando este meio século de atividade fotográfica, destacou-se ainda pela presença no meio digital, tendo criado um canal no YouTube que

reuniu centenas de milhares de seguidores, levando mais longe o seu trabalho. Mais recentemente, ao visitar o seu vasto arquivo, tem vindo a divulgar galerias que constituem um verdadeiro testemunho histórico da nossa terra.

Ao longo destes 50 anos, Gabriel Vieira tornou-se uma figura incontornável na sua área, sendo reconhecido pelo profissionalismo, pela consistência e pelo impacto duradouro do seu contributo.

Assim, é com inteira justiça que se presta esta homenagem, reconhecendo o mérito de uma carreira rica em realizações e marcos significativos, e desejando a continuação de muitos sucessos pessoais e profissionais.

Nos termos regimentais aplicáveis, os grupos municipais do PSD, do CDS-PP, do PS e o deputado municipal do CHEGA, propõem à Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo a atribuição do Voto de Congratulação em causa, devendo do mesmo, ser dado conhecimento ao Senhor Gabriel Vieira.»

Após votação por escrutínio secreto, o Voto foi aprovado por unanimidade. (40/2026/AMAH).

4.4 – Voto de Congratulação à atleta Ana Filipe, pela Vitória no Campeonato do Mundo em Espanha – Medalha de Ouro nos 60 metros barreiras e no triplo salto. Para votação por escrutínio secreto.

A senhora deputada municipal Chantell Pacheco apresentou o voto em epígrafe.

«É com elevado apreço, profundo orgulho e sentido reconhecimento que se apresenta o presente Voto de Congratulação à atleta Ana Filipe, pelo notável desempenho alcançado nos Campeonatos do Mundo Virtus de Pista Curta, realizados na cidade de Ourense em Espanha, entre os dias 4 e 9 de março.

Ao longo desta prestigiada competição internacional, Ana Filipe evidenciou um nível excecional de qualidade técnica, preparação física alcançando resultados de excelência que muito honra Portugal e o atletismo nacional. A conquista de duas medalhas de ouro, nas disciplinas de 60 metros barreiras e triplo salto, bem como a medalha de prata no salto em altura, constituem feitos de elevado mérito desportivo, fruto de um percurso pautado pela dedicação, persistência e paixão pela modalidade.

Mais do que os resultados alcançados, importa destacar o exemplo que Ana Filipe representa para a sociedade: um símbolo de superação, resiliência e compromisso, que inspira jovens atletas e toda a comunidade a acreditar no valor do trabalho, da disciplina e da determinação.

É um imenso orgulho para os Açores ver uma atleta como Ana Filipe alcançar tão elevados feitos no panorama internacional, levando consigo o nome da região com distinção e excelência. De forma muito especial, este orgulho estende-se à sua ilha Terceira, berço de

talento e determinação, e à cidade de Angra do Heroísmo, cuja história e identidade se engrandecem ainda mais com conquistas desta dimensão. O percurso e os resultados alcançados por Ana Filipe são motivo de inspiração para toda a comunidade açoriana, refletindo os valores de dedicação, superação e compromisso que tão bem caracterizam o povo desta ilha.

Assim, expressam-se as mais calorosas felicitações, desejando-lhe a continuação dos maiores sucessos pessoais e desportivos, certos de que continuará a elevar o nome da cidade com honra, dedicação e excelência.

Parabéns, Ana Filipe, por este extraordinário exemplo de mérito e inspiração!

Nos termos regimentais aplicáveis, os grupos municipais do PSD, do CDS-PP, do PS e o deputado municipal do CHEGA, propõem à Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo a atribuição do Voto de Congratulação em causa, devendo do mesmo, ser dado conhecimento à atleta Ana Filipe e à Assembleia de Freguesia do Posto Santo.»

Após votação por escrutínio secreto, o Voto foi aprovado por unanimidade. (41/2026/AMAH).

4.5 – Voto de Congratulação à Casa do Povo do Porto Judeu pelo seu 90.º Aniversário. Para votação da Assembleia Municipal.

A senhora deputada municipal Honória Leandro apresentou o voto em epígrafe.

«A Casa do Povo de Porto Judeu foi fundada a 27 de maio de 1936. Esta Instituição Particular de Solidariedade Social tem sido, ao longo de nove décadas, uma peça fundamental na vida da vila do Porto Judeu, acompanhando gerações e contribuindo de forma decisiva para o bem-estar da sua população.

Ao longo dos anos, a Casa do Povo do Porto Judeu soube crescer e adaptar-se, criando respostas importantes para as necessidades das famílias. Dispõe de creches, jardim de infância e centro de atividades de tempos livres, apoiando as crianças e ajudando os pais na conciliação da vida familiar e profissional. Integra também a rede de amas, reforçando o apoio na primeira infância.

No apoio aos mais idosos, desenvolve um trabalho de enorme valor através do Centro de Dia, Centro de Convívio e Serviço de Apoio Domiciliário, garantido acompanhamento, cuidado e, acima de tudo, dignidade.

Para além disso, presta diversos serviços à comunidade, muitos deles em parceria com outras entidades. No seu edifício, funciona o serviço de atendimento ao cidadão, como a loja RIAC, bem como respostas na área da saúde, incluindo núcleo de saúde familiar, posto de enfermagem, análises clínicas, fisioterapia e cuidados de medicina dentária. Participa ainda

em iniciativas como o Banco Alimentar e o Banco de Ajudas Técnicas e disponibiliza espaços para os eventos comunitários e familiares.

Mais recentemente, a Casa do Povo do Porto Judeu alargou a sua atividade com a criação de serviços de transporte, manutenção e fornecimento de refeições e *catering*, mostrando capacidade de inovação e vontade de continuar a servir melhor à população.

A Casa do Povo do Porto Judeu é muito mais do que uma instituição; é um verdadeiro ponto de encontro da sua comunidade, um espaço de apoio, de partilha e de solidariedade, onde diariamente se constroem relações e se fortalecem laços.

Este percurso só é possível graças ao empenho de todos os que fazem e fizeram parte desta casa. Merece um reconhecimento especial, o seu presidente, o senhor João Tavares, pela dedicação incansável, pelo compromisso e pelo trabalho que tem desenvolvido em prol da instituição e da vila. É igualmente justo agradecer a todos os dirigentes, colaboradores, voluntários e a todos aqueles que, ao longo dos anos, contribuíram para o crescimento e sucesso da Casa do Povo do Porto Judeu.

Os grupos municipais do Partido Socialista, do PSD, do CDS-PP e o deputado municipal do CHEGA reconhecem e enaltecem o trabalho extraordinário desenvolvido pela Casa do Povo do Porto Judeu ao longo destes noventa anos, felicitando todos os que dela fazem parte, desejando que continue, por muitos anos, a ser um orgulho para a sua terra e um apoio essencial para a nossa gente.

Assim, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, os grupos municipais do Partido Socialista, do PSD, do CDS-PP e o deputado municipal do CHEGA, propõem à Assembleia Municipal reunida em sessão ordinária no dia 24 abril de 2026, a aprovação de um Voto de Congratulação pelo nonagésimo aniversário da Casa do Povo do Porto Judeu. Do presente voto deverá ser dado conhecimento à Junta de Freguesia, à Assembleia de Freguesia, e à Casa do Povo da vila do Porto Judeu.»

O Voto foi aprovado por unanimidade. (42/2026/AMAH).

4.6 – Voto de Congratulação ao Agrupamento de Escuteiros 139 do Porto Judeu pelo seu 65.º Aniversário. Para votação da Assembleia Municipal.

A senhora deputada municipal Honória Leandro apresentou o voto em epígrafe.

«Este agrupamento nasce a 28 de março de 1961 e ao longo de mais de seis décadas tem tido um papel relevante na formação de crianças e jovens, promovendo valores como a solidariedade, espírito de serviço e responsabilidade, respeito pelo próximo e o sentido comunidade.

Estes 65 anos representam um percurso marcado pelo empenho, dedicação e voluntariado. Ao longo deste tempo, passaram pelo agrupamento, centenas de jovens onde encontraram um espaço de aprendizagem, crescimento e formação cívica.

O agrupamento tem também participado de forma regular em atividades regionais e nacionais como: JAMBOREE, ARAE, INDABA e iniciativas como a UNO 2.24. Destaca-se ainda o ano 2022 em que o JAMBOREE se realizou na vila do Porto Judeu, tendo este Agrupamento 139 assumido o papel de anfitrião.

Importa igualmente referir a aposta na formação dos seus dirigentes e momentos de destaque como a eleição de uma equipa de pioneiros para o TECOREE 2019.

Atualmente com 79 elementos, o agrupamento continua a demonstrar dinamismo e um forte compromisso com a sua missão.

É justo reconhecer o trabalho dos chefes, dirigentes e colaboradores que, de forma voluntária, têm garantido a continuidade deste projeto, transmitindo valores e contribuindo para a formação de melhores cidadãos.

Neste momento prestamos homenagem a todos os que fizeram e fazem parte desta história: fundadores, antigos escuteiros, dirigentes, famílias e amigos, pelo seu contributo para a nossa comunidade.

Assim, expressamos o nosso reconhecimento e felicitamos o Agrupamento de Escuteiros 139 CNE do Porto Judeu, desejando a continuação de um percurso de sucesso sempre ao serviço da comunidade.

Os grupos municipais do Partido Socialista, do PSD, do CDS-PP e o deputado municipal do CHEGA propõem à Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo reunida em sessão ordinária no dia 24 abril de 2026 e ao abrigo dos termos legais e regimentais aplicáveis, a aprovação de um Voto de Congratulação pela passagem dos 65 anos de atividade do Agrupamento de Escuteiros 139 CNE do Porto Judeu.

Do presente voto, deverá ser dado conhecimento à Junta de Freguesia, à Assembleia de Freguesia e ao Agrupamento de Escuteiros 139 CNE do Porto Judeu.»

O Voto foi aprovado por unanimidade. (43/2026/AMAH).

4.7 – Voto de Congratulação à Tertúlia Tauromáquica Terceirense “Tomé Belo de Castro” pelo seu 60.º aniversário. Para votação da Assembleia Municipal.

O senhor deputado municipal Arnaldo Teixeira apresentou o voto em epígrafe.

«A Assembleia Municipal de Angra de Heroísmo enaltece e parabenteia a Tertúlia Tauromáquica Terceirense pelos seus sessenta anos dedicados à tauromaquia terceirense com dedicação, brio e afición.

Sediada na freguesia de São Bento no concelho de Angra do Heroísmo, esta prestigiada coletividade tem sido, ao longo de seis décadas, uma referência incontornável na preservação, promoção e dignificação da cultura tauromáquica na ilha Terceira e em toda a região autónoma dos Açores.

Desde a sua fundação, a Tertúlia Tauromáquica Terceirense afirmou-se como um espaço de encontro de aficionados, promovendo, não só a paixão pela tauromaquia, mas também o convívio, a partilha de saberes e o fortalecimento dos laços comunitários.

Ao longo dos anos, tem desenvolvido um trabalho contínuo e meritório na organização de iniciativas culturais, recreativas e sociais, contribuindo para a valorização das tradições e da identidade cultural terceirense. O seu percurso é marcado pelo empenho, dedicação e espírito associativo de todos aqueles que ao longo de gerações integraram os seus órgãos sociais, colaborando nas suas atividades, assegurando a continuidade e a vitalidade desta instituição.

A sua sede na freguesia de São Bento constitui um importante polo de dinamização cultural e de encontro da comunidade, sendo um símbolo vivo da tradição e da história que a TTT representa.

Neste momento de celebração, é de inteira justiça, reconhecer publicamente o papel relevante da Tertúlia Tauromáquica Terceirense no enriquecimento da cultura da ilha Terceira, bem como o seu contributo para a preservação de uma tradição profundamente enraizada na vivência do povo açoriano.

Estendemos também as nossas saudações aos seus sócios fundadores e respetivas famílias. Um bem-haja ao grupo fundador de 31 pessoas que, em 22 de janeiro de 1966, assinaram um pedido de aprovação dos estatutos, que passou a constituir o núcleo dos sócios fundadores da Tertúlia. Foram eles: José Albino Fernandes, Guilherme Manuel Areia Borges Cota, Manuel Machado Cota, Marcelo Borges Pamplona, João Luís Pamplona dos Reis, Henrique de Sousa Barcelos, Maria Alvarina Soares Fernandes, Maria João Azevedo Ávila, José de Castro Parreira Coelho, José Dinis Fernandes, Virgínio Barcelos da Silveira Bettencourt, Álvaro Inácio Gomes, Gaspar Baldaya do Rego Botelho, Frederico Manuel da Ponte Pacheco, Guilherme Pacheco do Canto Brum, Jorge Abreu de Castro Parreira, Alberto Carlos de Ornelas Ourique, Pedro Alberto Moniz Leal, Pedro de Alcântara Sodrê de Areia, Rui do Valle, Luís Gaspar de Lima, Jacinto da Silva Soares, António Mendes Linhares, Fernando Ferreira de Ávila, Augusto Ferreira de Ávila, António Sodrê de Areia Borges, Diogo Meneses Ávila, José Gabriel Dinis Toledo, Luís António de Borba, António da Fonseca Carvão e Cândio Mendes.

A 4 de abril de 1966 foi emitido o alvará que aprovou os primeiros estatutos da Tertúlia Tauromáquica Terceirense “Tomé Belo de Castro”. Desde esta data até hoje decorreram seis décadas dedicadas ao conhecimento e à paixão ao toiro.

Assim, os grupos municipais do Partido Socialista, do Partido Social Democrata, do CDS-PP e o deputado municipal do CHEGA, expressam um sincero e sentido Voto de Congratulação pelos sessenta anos de existência da Tertúlia Tauromáquica Terceirense, desejando que continue a

desenvolver a sua missão com o mesmo entusiasmo, dedicação e espírito de comunidade, honrando o seu passado e projetando o seu futuro.»

O Voto foi aprovado por unanimidade. (44/2026/AMAH).

4.8 – Voto de Congratulação à Associação Cultural do Porto Judeu pelo seu 25.º aniversário. Para votação da Assembleia Municipal.

O senhor deputado municipal Paulo Fagundes apresentou o voto em epígrafe.

“A Associação Cultural do Porto Judeu nasceu de uma necessidade real da Vila de Porto Judeu, de unir as suas duas filarmónicas, numa altura em que ambas tinham cessado atividade. Após o término da atividade das filarmónicas Sociedade Recreativa Brianda Pereira e Sociedade Instrutiva e Recreativa Santo António, surgiu a vontade de unir os músicos e devolver ao Porto Judeu uma estrutura filarmónica forte, digna e capaz de preservar uma tradição musical profundamente enraizada na identidade da vila.

Foi assim que, no dia 21 de março de 2001, foram dados os primeiros passos formais para a criação da ACPJ, com a eleição do Maestro José João Dinis da Silva e do Diretor Francisco Teixeira Dutra (Rosca), bem como a constituição de uma comissão instaladora composta por 23 sócios fundadores, presidida por José Borges Martins.

Este projeto contou com o apoio da Junta de Freguesia do Porto Judeu e da Casa do Povo, instituições que acreditaram na importância desta associação para o futuro cultural da vila.

Ao longo destes 25 anos, a Associação Cultural do Porto Judeu afirmou-se como uma das mais importantes referências culturais da ilha Terceira, distinguindo-se pela excelência do trabalho desenvolvido pela sua Filarmónica, verdadeiro símbolo de dedicação, qualidade e orgulho coletivo.

A Filarmónica da ACPJ tem marcado presença em inúmeras festividades religiosas, eventos culturais, cerimónias oficiais e momentos de grande relevância social, representando sempre com enorme dignidade o Porto Judeu e levando o nome da nossa terra além-fronteiras. A sua qualidade artística e musical tornou-se motivo de enorme prestígio para toda a comunidade.

Importa destacar, de forma muito especial, o reconhecimento alcançado pela associação a nível regional e nacional. A Filarmónica da ACPJ teve a honra de atuar para receber Sua Excelência o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, aquando da sua visita à ilha Terceira, tendo atuado no palco da Praça Velha, em frente aos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo, num momento de elevado simbolismo e prestígio institucional, que muito honra a associação e toda a população da Vila de Porto Judeu.

Importa igualmente salientar a projeção cultural da ACPJ fora da nossa ilha, através das suas deslocações e atuações em várias localidades do país. A associação foi convidada por duas vezes para atuar em Arco de Baúlhe, vila irmã da Vila de Porto Judeu, fortalecendo os laços de amizade e cooperação entre comunidades. Destaca-se ainda a sua presença em Évora, cidade irmã de Angra do

Heroísmo, onde representou com enorme dignidade a cultura terceirense, contribuindo para a divulgação das tradições musicais e culturais açorianas no continente português.

A Associação Cultural do Porto Judeu destacou-se também pela gravação e lançamento de um CD, perpetuando musicalmente o seu trabalho e contribuindo para a valorização e preservação do património filarmónico e cultural da nossa terra.

Outro marco de enorme relevância cultural promovido pela ACPJ é o Festival de Bandas Filarmónicas da Ilha Terceira, criado e organizado pela associação e que este ano celebra a sua 12.ª edição. Este festival tornou-se uma referência cultural de grande importância na ilha Terceira, contribuindo significativamente para a valorização das filarmónicas terceirenses e para a formação musical de muitos jovens músicos, através das formações gratuitas por naipes promovidas durante o evento. Trata-se de uma iniciativa de enorme mérito, que demonstra a visão, capacidade organizativa e dedicação da associação ao desenvolvimento cultural da nossa ilha.

Contudo, o legado da Associação Cultural do Porto Judeu vai muito além da música. Ao longo destes 25 anos, a ACPJ foi também uma verdadeira escola de formação humana, contribuindo para a educação e crescimento de várias gerações de jovens e músicos. Através da música e do associativismo, foram transmitidos valores fundamentais como a disciplina, o respeito, o espírito de equipa, a dedicação, a amizade, o sentido de responsabilidade e o amor ao Porto Judeu.

A ACPJ representa hoje um património vivo da identidade cultural, sendo exemplo de perseverança, espírito comunitário e dedicação ao serviço da cultura e das tradições populares. O seu percurso é motivo de profundo orgulho para todos os porto-judenses e merece o reconhecimento público pela dimensão do trabalho desenvolvido ao longo destes 25 anos.

É, por isso, de inteira justiça homenagear todos aqueles que contribuíram e continuam a contribuir para o sucesso desta instituição — fundadores, dirigentes, maestros, músicos, colaboradores, voluntários e todos os que, de forma muitas vezes silenciosa e abnegada, ajudaram a construir esta história de sucesso, dedicação e amor ao Porto Judeu.

Assim, os Grupos Municipais do Partido Socialista, PSD e CDS-PP e o Delegado Municipal do Chega à Assembleia Municipal reunida em sessão ordinária no dia 24 de abril de 2026, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, a aprovação de um Voto de Congratulação à Associação Cultural do Porto Judeu pelos seus 25 anos de existência, expressando o mais profundo reconhecimento pelo seu inestimável contributo para a cultura, para o associativismo, para a formação de gerações de músicos e jovens, e para a valorização e promoção do nome do Porto Judeu, do concelho de Angra do Heroísmo e da ilha Terceira.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à Junta de Freguesia e Assembleia de Freguesia da Vila de Porto Judeu e à Associação Cultural do Porto Judeu.

Sra. d. m. Honória Leandro: – Alguns dos que aqui estão talvez se lembrem dos ciganos e castelhanos numa altura em que as duas sociedades estavam com problemas e as duas filarmónicas sem músicos. Ainda bem que se juntaram e foi criada a Associação Cultural do

Porto Judeu que agora celebra 25 anos, cada vez tem mais vida e muito tem dado à nossa terra. O percurso desta associação tem sido um orgulho para a vila do Porto Judeu.

O Voto foi aprovado por unanimidade. (45/2026/AMAH).

A senhora deputada municipal Chantell Pacheco ausentou-se da sessão no momento da discussão e votação deste assunto, por se encontrar impedida nos termos do artigo 69.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo.

4.9 – Voto de Congratulação à Livraria Adriano pelo seu 100.º Aniversário. Para votação da Assembleia Municipal.

A senhora deputada municipal Isabel Berbereia apresentou o voto em epígrafe.

«Adriano Gomes Figueiredo inaugurou, a 31 de julho de 1926, o seu estabelecimento dedicado à papelaria, artigos de escritório, bijuteria, miudezas, louças e vidros, na antiga Loja do Carmo, situada na Rua Direita, n.º 165 e 165A, conforme anunciado no jornal A União.

Desde então, a Loja do Adriano integrou-se profundamente no quotidiano de sucessivas gerações de terceirenses, afirmando-se como um projeto duradouro e parte integrante da história da cidade. Concebida com o propósito de servir a comunidade, cedo se consolidou como uma referência no comércio local.

O seu percurso histórico pode ser compreendido em quatro etapas distintas. A primeira corresponde à gestão do fundador, desde a abertura em 1926, até ao seu falecimento em 1955. Seguiu-se uma segunda fase conduzida pelos seus filhos, doutor Oldemiro Figueiredo, doutora Adriana Melo Santos e Aldegundes Figueiredo Ourique, com o apoio do sócio-gerente José Borba Teixeira.

A terceira etapa teve início em 1995, com a reorganização do capital social, sob a gerência de Adriana Margarida Figueiredo Ourique Lourenço, prolongando-se até 2010. Este período ficou marcado por um processo consistente de modernização, que incluiu a informatização dos serviços, a remodelação do espaço, a ampliação da área comercial e o reforço do fornecimento a clientes institucionais.

Desde 2010, a gestão encontra-se a cargo de Hugo da Silva Ourique Lourenço, bisneto do fundador, assegurando a continuidade familiar que sempre caracterizou a identidade da casa.

Adriano Gomes Figueiredo destacou-se como um homem culto, respeitado e profundamente estimado por clientes e colaboradores. Comerciante visionário, orientou a sua atividade por sólidos valores humanistas, conciliando competência empresarial com uma forte consciência social. Participou ativamente na vida cultural da cidade, sendo um entusiasta e promotor do teatro radiofónico.

A sua relação com os trabalhadores pautava-se pela valorização humana e profissional. Incentivava a formação contínua, o acesso à cultura e a participação sindical, reconhecendo

no Sindicato dos Empregados de Escritório e Comércio, uma via de qualificação e progresso. Promovia a frequência de cursos inovadores nas áreas da contabilidade, da língua inglesa e das técnicas de vendas, e dedicava-se pessoalmente à transmissão de conhecimentos, ensinando de forma rigorosa cada função do negócio.

Acompanhava de perto a evolução dos seus colaboradores, apoiando a progressão profissional em todos os níveis: dos marçanos (aprendizes) aos caixeiros e encarregados. Distinguiu-se pela adoção de práticas de gestão avançadas para a época, quer no trato humano, quer na política remuneratória, praticando salários acima das tabelas vigentes e aderindo precocemente ao sistema de previdência social, numa clara afirmação de responsabilidade social.

Ao longo das décadas, a Loja do Adriano construiu uma identidade sólida, amplamente reconhecida pelo serviço prestado à comunidade e pela diversidade e qualidade da sua oferta. Tornou-se uma referência incontornável no comércio tradicional da cidade e dos Açores.

Na área da papelaria, destacou-se pela representação exclusiva de prestigiadas marcas e casas comerciais nacionais, como a Papelaria Fernandes, a AMBAR Porto e a Pelónio Bastos. Foi pioneira na disponibilização de material de desenho técnico utilizado por arquitetos e, através da AMBAR, introduziu no mercado local livros de contos ilustrados a cores. Durante largos anos, foi ainda a única empresa da ilha a comercializar canetas da marca Parker. Assumiu igualmente a representação exclusiva da Casa da Moeda, assegurando o fornecimento de impressos destinados às repartições públicas.

Na vertente de livraria, manteve uma relação próxima com as principais editoras nacionais. Privilegiava a divulgação de autores portugueses, contribuindo ativamente para a promoção da história, da cultura e da língua nacionais.

Para além do espaço comercial, a livraria afirmou-se também como um lugar de encontro e reflexão, frequentado por empresários e figuras da vida intelectual, onde se debatiam ideias, política e diferentes perspetivas do mundo. Merece até hoje, particular destaque, a promoção de autores locais com a realização de apresentações de obras, frequentemente com a presença dos próprios autores açorianos.

A Loja do Adriano consolidou-se igualmente como uma referência no fornecimento de manuais escolares, garantindo a distribuição dos livros adotados pelas diversas escolas e abrangendo toda a ilha e em determinado período, toda a região. Esta vertente constituiu um dos pilares da sua atividade, traduzindo-se numa relevante contribuição para a formação e educação de sucessivas gerações de estudantes.

Fiel à sua missão original, a loja manteve, ao longo de um século, o compromisso de servir a comunidade, sustentado por uma cultura de proximidade, rigor e continuidade familiar. A confiança construída com clientes e fornecedores, aliada à permanente busca de qualidade, novidade e inovação, permanece como um dos seus principais valores.

Ao assinalar cem anos de existência, a Loja do Adriano projeta-se no futuro, reforçando a sua presença no meio digital através das redes sociais e de um *website* próprio, adaptando-se às novas dinâmicas do comércio.

Assim, os grupos municipais do PS, do PSD, do CDS-PP e o deputado municipal do CHEGA propõem à Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, reunida em sessão ordinária, a aprovação de um Voto de Congratulação à Loja do Adriano.»

O Voto foi aprovado por unanimidade. (46/2026/AMAH).

4.10 – Voto de Congratulação aos Forcados de Turlock, pelo seu 50.º Aniversário. Para votação da Assembleia Municipal.

A senhora deputada municipal Michéle Aguiar apresentou o voto em epígrafe.

«O Grupo de Forcados Amadores de Turlock iniciou a sua atividade em abril de 1976, caracterizando-se por ser o primeiro grupo de forcados constituído fora de Portugal, constituído por jovens oriundos maioritariamente dos Açores: Joaquim do Carmo, José Manuel Martins, Mateus Ramalheite, Mateus Martins, Eduardo Machado, Amaro Fernandes e José Vitória, sendo o primeiro cabo, John Hermínio.

Desde a sua constituição, o grupo teve um papel muito mais relevante do que apenas atuar em corridas de toiros, representando um elo cultural entre os Açores e a diáspora, caracterizando-se também por manter viva a tradição dos forcados nos Estados Unidos da América.

Ao longo da sua história, o grupo participou em inúmeras corridas de touros na Califórnia, Portugal e Espanha.

Na década de 1980, o grupo realizou a sua primeira apresentação internacional na Monumental Praça de Touros da Ilha Terceira, regressando em 1996 para nova participação na Feira de São João.

Entre 2007 e 2008 participaram em eventos taurinos nas ilhas de São Jorge e Graciosa, considerando como ponto alto da história do grupo, a apresentação na Praça de Touros do Campo Pequeno em 2009, onde arrecadaram o prémio de melhor pega.

Regressaram às Sanjoaninas em 2010 e desde 2016 que se tornaram presença assídua na feira de São João.

Em setembro de 2023 marcaram presença em duas monumentais corridas de touros em Espanha, na Praça de Touros de Cabra na cidade de Córdoba e na Feira Taurina de Baza, localizada na província de Granada.

É com muita satisfação que registamos a participação deste grupo de forcados na Feira de São João 2026, ano em que assinala o seu 50.º aniversário de existência.

Os grupos municipais do CDS-PP, do PSD/PPD, do PS e a representação municipal do CHEGA propõem a aprovação do presente Voto de Congratulação na sequência da comemoração dos 50 anos de existência do Grupo de Forcados Amadores de Turlock, destacando a importância na preservação da identidade e cultura açorianas na diáspora.

Do presente voto deve dar-se conhecimento ao Grupo de Forcados Amadores de Turlock.»

O Voto foi aprovado por unanimidade. (47/2026/AMAH).

4.11 – Voto de Congratulação à Caixa Económica da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo pelo seu 130.º Aniversário. Para votação da Assembleia Municipal.

A senhora deputada municipal Sónia Capaz Teixeira Pinto apresentou o voto em epígrafe.

«A Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo, Caixa Económica Bancária, S.A., conhecida por CEMAH, assinala em 2026, 130 anos de existência, percurso que merece o reconhecimento público das instituições açorianas e da comunidade que, ao longo de várias gerações, encontrou nesta instituição uma referência de confiança, proximidade e serviço.

Fundada a 26 de abril de 1896, a CEMAH nasceu no seio da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo, com uma matriz profundamente ligada à economia social, à solidariedade e ao apoio às famílias, às empresas e às comunidades locais. A sua história remonta a uma ideia surgida em 1883, por iniciativa do então Governador Civil Afonso de Castro, concretizada depois no âmbito da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo, com aprovação dos estatutos em 1894 e fundação formal em 1896.

Ao longo destes 130 anos, a CEMAH soube crescer sem perder a sua identidade. Enfrentou mudanças económicas, alterações profundas no sistema financeiro, novas exigências regulatórias e transformações sociais, mantendo sempre uma ligação muito própria aos Açores e aos açorianos. A sua permanência não é apenas sinal de longevidade institucional; é também testemunho de resiliência, adaptação e compromisso com a região.

Num arquipélago marcado pela dispersão geográfica, pela pequena dimensão de muitos mercados locais e pela necessidade permanente de proximidade entre instituições e cidadãos, a CEMAH tem desempenhado um papel especialmente relevante. A sua presença física nas ilhas representa mais do que uma rede bancária. Representa confiança, acompanhamento personalizado e sensibilidade às especificidades da realidade açoriana.

Atualmente, a CEMAH dispõe de catorze balcões distribuídos por seis ilhas da região autónoma dos Açores, designadamente nas ilhas do Faial, do Pico, de São Jorge, da Graciosa, da Terceira e São Miguel, aos quais se junta um balcão na cidade do Porto, perfazendo quinze pontos de atendimento. Esta presença é particularmente significativa num tempo em que muitas instituições bancárias têm reduzido ou encerrado balcões, sobretudo em territórios periféricos e insulares.

A abertura do balcão do Porto, na sequência da integração da Caixa Económica do Porto na CEMAH, constitui também um marco histórico, por representar a expansão da instituição para fora da região autónoma dos Açores, sem romper com a sua matriz de banca de proximidade, de economia social e de serviço às pessoas.

A CEMAH é, por isso, parte da história económica, social e institucional dos Açores, com especial relevância para o concelho de Angra do Heroísmo. Ao longo do seu percurso, apoiou famílias, empresas, empresários, instituições e projetos locais, contribuindo para o desenvolvimento regional, para a dinamização da economia e para a consolidação de uma cultura de poupança, investimento e responsabilidade financeira.

Celebrar os seus 130 anos é reconhecer o valor de uma instituição açoriana que nasceu em Angra do Heroísmo, cresceu com os Açores e continua a afirmar-se como uma referência de solidez, proximidade e serviço público no sentido mais nobre da expressão, “O serviço à comunidade”.

Assim, os grupos municipais do CDS-PP, do PSD/PPD, do PS e a representação municipal do CHEGA propõem a aprovação do presente Voto de Congratulação à Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo pelos seus 130 anos de existência, saudando os seus órgãos sociais, trabalhadores, clientes e todos quantos, ao longo de gerações, contribuíram para a construção desta história de confiança, resiliência e compromisso com os Açores.

Do presente voto, deve dar-se conhecimento à Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo, à Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo e à “A Beneficência Familiar — Associação de Socorros Mútuos”.»

O Voto foi aprovado por unanimidade. (48/2026/AMAH).

4.12 – Voto de Congratulação pelos 50 Anos de Autonomia Constitucional da Região Autónoma dos Açores. Para votação da Assembleia Municipal.

O senhor deputado municipal André Castro apresentou o voto em epígrafe.

«A Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo assinala, com elevado sentido institucional e profundo reconhecimento histórico, a celebração dos 50 anos da Autonomia Constitucional da Região Autónoma dos Açores, um marco maior na afirmação democrática, política e identitária do povo açoriano.

A consagração da Autonomia teve lugar com a aprovação da Constituição da República Portuguesa de 1976, que instituiu as regiões autónomas dos Açores e da Madeira, dotadas de órgãos de governo próprio e de capacidade político-administrativa e financeira, dando resposta às legítimas aspirações históricas das populações insulares.

Este novo quadro constitucional representou uma transformação estrutural na organização do Estado português, permitindo reforçar a participação democrática dos cidadãos açorianos,

promover o desenvolvimento económico e social do arquipélago e valorizar as suas especificidades geográficas, culturais e históricas, sem prejuízo da unidade nacional. Não obstante os avanços alcançados, importa reconhecer que persistem, ainda hoje, constrangimentos decorrentes de uma excessiva centralização de competências ao nível da administração da República, os quais, por vezes, limitam a plena concretização do potencial autónomo da região.

Ao longo de meio século, a Autonomia afirmou-se como um instrumento essencial de progresso, coesão e afirmação regional, permitindo aos Açores trilhar um caminho próprio de desenvolvimento, consolidar instituições democráticas e reforçar a identidade açoriana no contexto nacional e europeu.

As comemorações dos 50 anos da Autonomia, que decorrem ao longo de 2026 em todas as ilhas, visam não apenas celebrar este percurso, mas também promover uma reflexão sobre os desafios futuros, envolvendo a sociedade açoriana, em particular as novas gerações, na valorização deste património político e democrático, incluindo a necessidade de continuar a aprofundar a Autonomia e a superar entraves de natureza centralista que subsistem.

Importa ainda sublinhar o papel determinante de Angra do Heroísmo na história política dos Açores, enquanto centro histórico e institucional, profundamente ligado à construção e consolidação do regime autónomo.

Os Grupos Municipais do CDS-PP, do PSD/PPD, do PS e representação Municipal do CHEGA congratulam o povo açoriano, em especial os angrenses, pela celebração dos 50 anos da Autonomia Constitucional da Região Autónoma dos Açores, evocando este marco histórico como um momento determinante na consolidação da democracia, do desenvolvimento regional e da identidade açoriana.

Reconhece ainda o contributo de todos aqueles que, ao longo destas cinco décadas, desempenharam funções políticas, institucionais e cívicas no fortalecimento da Autonomia e reafirma o compromisso com a sua valorização e aprofundamento no respeito pelos princípios constitucionais.

Do presente voto deve dar-se conhecimento à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e à Presidência do Governo Regional dos Açores.»

O Voto foi aprovado por unanimidade. (49/2026/AMAH).

4.13 – Voto de Congratulação ao Grupo Folclórico Etnográfico da Ribeirinha «Recordar e Conhecer» pelo seu 30.º Aniversário. Para votação da Assembleia Municipal.

O senhor deputado municipal Alberto Melo apresentou o voto em epígrafe.

«Manifestamos publicamente o Voto de Congratulação ao Grupo Folclórico e Etnográfico da Ribeirinha “Recordar e Conhecer” pela celebração do seu 30.º aniversário, assinalado no próximo dia 22 de maio.

Ao longo de três décadas de dedicação à preservação e valorização da cultura popular, este grupo tem desempenhado um papel de inegável relevância na defesa da identidade cultural terceirense e açoriana, fiel à inspiração do seu Patrono, Beato João Baptista Machado.

Dotado de sede própria, onde se encontram expostas diversas peças centenárias, o grupo mantém igualmente na sua casa-museu, a recriação de uma vivenda rural tradicional. Nos anexos da sua sede estão representadas várias atividades e profissões rurais, ligadas à agricultura, à tecelagem e a outras artes e ofícios tradicionais, contribuindo para a preservação da memória coletiva e para a transmissão de saberes às gerações vindouras.

O Grupo Folclórico e Etnográfico da Ribeirinha tem igualmente desenvolvido uma intensa atividade cultural, realizando intercâmbios em diversas ilhas dos Açores, na Madeira e no Continente, bem como uma marcante digressão à Califórnia, levando às comunidades da diáspora açoriana, a saudade, as vivências e as tradições dos nossos antepassados. Teve ainda a honra de visitar e atuar no Parlamento Europeu em Bruxelas, dignificando a região autónoma dos Açores além-fronteiras.

Com CD e DVD editados e atuações realizadas em toda a ilha Terceira, o grupo afirma-se como um relevante embaixador cultural. A recente integração de novos elementos reforça a esperança na sua continuidade, garantindo a solidificação e a perpetuação deste projeto cultural de reconhecido mérito.

Assim, pelo trabalho desenvolvido, pelo exemplo de dedicação à cultura popular e pelo contributo prestado à afirmação da identidade açoriana, é de inteira justiça felicitar o Grupo Folclórico e Etnográfico da Ribeirinha “Recordar e Conhecer”, desejando-lhe a continuação de muitos anos de sucesso na nobre missão de recordar, conhecer e preservar as nossas tradições.

Nos termos regimentais aplicáveis, os grupos municipais do PSD, do CDS-PP, do PS e o deputado municipal do CHEGA, propõem à Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, reunida em sessão ordinária a 24 de abril de 2026, a atribuição do Voto de Congratulação em causa. Do presente voto, deve dar conhecimento à direção e aos órgãos sociais do Grupo Folclórico e Etnográfico da Ribeirinha “Recordar e Conhecer”.»

O Voto foi aprovado por unanimidade. (50/2026/AMAH).

5. DOS GRUPOS MUNICIPAIS DO PS, DO PSD E DO CHEGA:

5.1 – Voto de Congratulação à Fanfarra Operária Gago Coutinho e Sacadura Cabral pelo seu 120.º Aniversário. Para votação da Assembleia Municipal.

O senhor deputado municipal Paulo Mendonça apresentou o voto em epígrafe.

«Fundada no início do século passado (19 de março de 1906), no seio da classe trabalhadora, a Fanfarra Operária Gago Coutinho e Sacadura Cabral foi primeiramente designada por Sociedade Operária Pátria Liberdade D. Carlos I, modificada em 1907 para Real Fanfarra D. Carlos I. Com a instauração da República, é então alterado o nome para aquele que perdura até aos dias de hoje – Fanfarra Operária Gago Coutinho e Sacadura Cabral, em homenagem aos dois heróis da travessia aérea do Atlântico, na circunstância, os ditos Gago Coutinho e Sacadura Cabral.

Precisamente em 19 de março de 1906, a coletividade inaugura o seu salão de festas na antiga Fábrica dos Curtumes, tendo como padroeira, Nossa Senhora da Conceição.

A 12 de agosto de 1980, a Fanfarra Operária foi, por Decreto do Governo Regional dos Açores, declarada como Pessoa Coletiva de Utilidade Pública, por ter exercido uma atividade meritória, não só ao nível dos serviços dos respetivos associados, como da comunidade em geral. O incêndio de 22 de janeiro de 2003 destruiu, contudo, uma estrutura já centenária.

A direção em exercício assumiu então, com coragem e determinação, a elaboração de um novo projeto, obedecendo a um critério minucioso, até porque novas culturas deveriam ser objeto de uma atenção cuidada, tendo em vista novos públicos e a importância da Fanfarra Operária ser efetivamente um agente ativo. Projetou-se um edifício para novas gerações, apelativo, dinâmico e polivalente.

A partir dos anos 60 do século passado, a Fanfarra colocou à disposição da comunidade uma escola de música, funcionando como um autêntico viveiro de músicos que, ao longo de gerações, integraram e integram as várias bandas dispersas pela ilha.

No dia em que a Fanfarra festejou o 1.º centenário, foi lançada a 1.ª pedra. As grandes obras para a nova sede social centraram-se em diversos setores, como sejam: Centro de Convívio da Terceira Idade, ginásio, estúdio de gravação, salas de formação, entre outros. Com esta nova estrutura, a Fanfarra Operária ficou mais rica, valorizando especialmente a cidade de Angra do Heroísmo - Património Mundial e a freguesia de Nossa Senhora da Conceição.

Muitos dos grandes nomes da história das nossas filarmónicas têm o selo de qualidade da Fanfarra Operária.

Durante a sua vasta existência, a Filarmónica da Fanfarra Operária teve a oportunidade de atuar em vários pontos do país, dignificando a ilha Terceira em particular e os Açores em geral.

O trajeto da Fanfarra Operária Gago Coutinho e Sacadura Cabral honra os valores culturais, sociais e recreativos do burgo angrése. São, em linhas gerais, 120 anos de dedicação, trabalho e promoção.

Uma instituição que sempre esteve ao serviço da cultura açoriana, com especial destaque para a música, é verdade, mas não esquecendo, por exemplo, áreas como o cinema, teatro, folclore, leitura, tauromaquia e desporto (aqui, especial relevância para o ténis de mesa).

Nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, os grupos municipais do PS, do PSD, e o deputado municipal do CHEGA, propõem à Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, a atribuição de um Voto de Congratulação pela passagem dos 120 anos da Fanfarra Operária Gago Coutinho e Sacadura Cabral. Esta congratulação é naturalmente extensiva a todos os sócios e dirigentes.»

O Voto foi aprovado por unanimidade. (51/2026/AMAH).

6. – DO GRUPO MUNICIPAL DO CDS-PP:

6.1 – Voto de Congratulação à Fanfarra Operária Gago Coutinho e Sacadura Cabral pelo seu 120.º Aniversário. Para votação da Assembleia Municipal.

O senhor deputado municipal André Castro apresentou o voto em epígrafe.

«A Fanfarra Operária Gago Coutinho e Sacadura Cabral comemorou o seu centésimo vigésimo aniversário de existência, sendo uma das mais emblemáticas instituições culturais do concelho e da região autónoma dos Açores.

Fundada a 19 de março de 1906, esta filarmónica tem desempenhado, ao longo deste período, um papel ímpar na promoção da cultura musical, na formação artística e cívica de gerações de angrenses e na dinamização da vida cultural da ilha Terceira.

Ao longo do seu percurso, a Fanfarra afirmou-se como uma verdadeira escola de música e de cidadania, proporcionando o ensino musical a jovens e contribuindo para a preservação e valorização das tradições culturais açorianas.

Em 22 de janeiro de 2003, ocorreu um dos momentos mais dolorosos da história desta instituição, com um incêndio que destruiu o seu edifício-sede. No entanto, à semelhança de outros momentos marcantes da própria história dos Açores, a dor e a destruição foram superadas pela força, pelo ânimo e pela firme determinação de transformar a adversidade numa oportunidade de reconstrução e de futuro.

Foi assim que surgiu um projeto ambicioso, mas sustentado, de reconstrução da Fanfarra, preparando-a para continuar a desempenhar um papel relevante na vida social, cultural e desportiva das gerações vindouras.

Reconhecida como instituição de utilidade pública desde 1980, a sua ação tem sido determinante na formação de músicos e no enriquecimento do panorama cultural e associativo local, participando ativamente em eventos culturais e desportivos, festividades e iniciativas de relevo no concelho de Angra do Heroísmo.

Importa ainda destacar o simbolismo do nome que a instituição ostenta, evocando Gago Coutinho e Sacadura Cabral, figuras maiores da história de Portugal, exemplos de coragem, engenho e determinação, cujos valores continuam a inspirar gerações.

Ao celebrar 120 anos de atividade ininterrupta, a Fanfarra reafirma-se como um pilar da identidade cultural angrense, mantendo viva a tradição filarmónica e contribuindo para a coesão social, a formação cívica e o enriquecimento cultural da comunidade.

Do presente voto deve dar-se conhecimento aos membros da direção e respetivos sócios da Fanfarra Operária Gago Coutinho e Sacadura Cabral.»

O Voto foi aprovado por unanimidade. (52/2026/AMAH).

Sr. presidente da Mesa: – Tendo em conta o regime de incompatibilidades, comunico a esta Assembleia que passei, desde há umas semanas, a exercer as funções de presidente da Associação Humanitária Os Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo. Assim sendo, as questões relacionadas com bombeiros terão que ser tratadas nessa condição.

Informo ainda que a 3.^a sessão ordinária da Assembleia Municipal foi agendada para o próximo dia 12 de junho de 2026.

A senhora deputada municipal Wendy Mary Toste Ferreira Vieira, na qualidade de 1.^a secretária da Mesa, procedeu à leitura da minuta das deliberações que, após votação, foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão por volta das 17h20min do dia 24 de abril de 2026, da qual se lavrou a presente ata que vai assinada pelo presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo.

O presidente da Mesa da Assembleia Municipal

José Gabriel do Álamo de Meneses